

REVISÃO DO
**PLANO—
DIRETOR**

| Arroio Trinta | SC



Diagnóstico |



CINCATARINA
www.cincatarina.sc.gov.br

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

A revisão do Plano Diretor elaborada pelo CINCATARINA resulta em lei municipal que organiza o crescimento e o funcionamento da cidade. Considera-se o Projeto da Cidade que queremos. Engloba princípios e regras orientadoras da ação dos agentes (públicos e privados) que constroem e utilizam o espaço urbano. Estes princípios inseridos no Plano Diretor é que vão nortear a construção dos outros níveis de planejamento.

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina CINCATARINA é um consórcio Público, Multifinalitário, constituído na forma de associação Pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa.



CNPJ: 12.075.748/0001-32

www.cincatarina.sc.gov.br

cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305,
Bairro Canto Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621



DIAGNÓSTICO

Revisão do Plano Diretor de Arroio Trinta

Novembro/2021



APRESENTAÇÃO

A elaboração do presente documento tem como objetivo oferecer subsídios no processo de instrumentalização das diretrizes do planejamento urbano do município de Arroio Trinta. Tendo como base os preceitos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, bem como da Resolução nº 25/2005 e Resolução Recomendada nº 83/2009, ambas do Conselho das Cidades e atinente a revisão de Planos Diretores.

O diagnóstico visa analisar diversos aspectos do município de Arroio Trinta, considerando que o espaço geográfico utilizado, só tem significado se observado juntamente a imagem da cidade, seus usos, índices e usuários (população). Assim, revelam-se ações passadas e presentes, constituídas por naturezas diversas, que integram a paisagem construída e trazem vida e significado aos espaços. Por meio, dos levantamentos e análises é possível diagnosticar as carências e demandas do município de Arroio Trinta em relação a sua atual legislação urbanística e edilícia, bem como, as potencialidades encontradas.

Desta forma, a elaboração do diagnóstico, contempla as etapas de leitura técnica e leitura comunitária. Através disso, são elencadas as condicionantes, deficiências e potencialidades existentes no município, constituindo assim o diagnóstico de revisão do Plano Diretor.

A leitura técnica foi realizada através de análises de legislação vigente, pesquisas e levantamentos a campo realizados pelos técnicos do CINCATARINA, bem como, análise do material fornecido pela municipalidade e comissão técnica de acompanhamento de revisão do Plano Diretor.

A leitura comunitária é constituída por meio do conhecimento espacial e ambiental da população, com base em seu cotidiano, bem como, em suas experiências e memórias. A participação da população acontece através de mobilizações, reuniões comunitárias, disponibilização de materiais informativos, questionários e espaços para contribuições.

Por fim, é possível identificar que muitas das informações apuradas através do levantamento técnico foram validadas nas contribuições da comunidade.

EQUIPE TÉCNICA

Franciele Verginia Civiero
Arquiteta e Urbanista
CAU A 112527-3

Gesiane Heusser Lermen
Arquiteta e Urbanista
CAU A 149454-6

Guilherme Müller
Biólogo
CRBio03 053021/03-D

Gustavo Marcondes
Bel. Em Direito e Corretor
CRECI 31961F

Luiz Gustavo Pavelski
Engenheiro Florestal
CREA-SC 104797-2

Maurício de Jesus
Engenheiro Sanit. e ambiental
CREA-SC 147737-1

Mayara Zago
Engenheira Civil
CREA-SC 147796-6

Raphaela Menezes
Geóloga
CREA-SC 138824-3

Raquel Gomes de Almeida
Engenheira Ambiental
CREA-SC 118868-3

Salomão Francisco Ferreira
Tecnól. em Gestão Ambiental
CRQ 13.201.489

COORDENAÇÃO

Stella Stefanie Silveira
Arquiteta e Urbanista
CAU A 190893-6

APOIO OPERACIONAL

**Celso Afonso Palhares
Madrid Filho**
Coordenador de Atuação
Governamental

Lucca Dias da Silva
Auxiliar Administrativo

Tainara Aparecida Xavier
Auxiliar Administrativo

COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

(Nomeada pelo Decreto nº 1969 de 27 de fevereiro de 2020)

MEMBROS

Amarildo José Turmina

Sergio Nesi

Karine Araldi

Gislaine Zamboni

Michel Junior Sereghelli

Arthur Manenti

Junior Gemelli

Jean Marcelo Ziero

SUMÁRIO

LEITURA TÉCNICA	6
1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	7
2 LEGISLAÇÃO	7
2.1 Plano diretor	7
2.2 Zoneamento, uso e ocupação do solo.....	8
2.3 Parcelamento do solo	13
2.4 Código de obras	15
2.5 Código de posturas.....	17
3 EIXOS NORTEADORES.....	19
3.1 Econômico e social.....	19
3.2 Estruturação urbana	21
3.3 Mobilidade urbana	30
3.4 Qualificação ambiental	35
3.5 Patrimônio histórico e cultural.....	44
LEITURA COMUNITÁRIA	49
4 PARTICIPAÇÃO POPULAR	50
4.1 Palestra técnica	50
4.1.1 Resultado do questionário aplicado a comissão de revisão	53
4.2 Reunião comunitária.....	76
4.2.1 Reunião comunitária I – Interior	78
4.2.2 Reunião comunitária II – Área Central e Interior	82
4.2.3 Resultado do CDP	85
4.2.3.1 Econômico e social	85
4.2.3.2 Estruturação urbana	88
4.2.3.3 Mobilidade urbana.....	90
4.2.3.4 Qualificação ambiental	92

4.2.3.5	Patrimônio histórico e cultural	93
4.3	Questionários de contribuição	95
4.4	Contribuições (e-mail ou protocolo físico).....	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
5.1	Econômico e social.....	112
5.2	Estruturação urbana	114
5.3	Mobilidade urbana	116
5.4	Qualificação ambiental	117
5.5	Patrimônio histórico e cultural.....	118
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
	ANEXOS	124
	ANEXO I – NOMEA COMISSÃO DE REVISÃO	124
	ANEXO II – APRESENTAÇÃO DA PALESTRA TÉCNICA	125
	ANEXO III - QUESTIONÁRIO TÉCNICO	142
	ANEXO IV – ATA DA PALESTRA TÉCNICA.....	143
	ANEXO V – LISTA DE PRESENÇA DA PALESTRA TÉCNICA.....	144
	ANEXO VI – CONVOCAÇÃO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS NO DIÁRIO OFICIAL	145
	ANEXO VII - CONVITE DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS.....	146
	ANEXO VIII - LISTAS DE PRESENÇA DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS.....	148
	ANEXO IX - ATAS DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS	150
	ANEXO X - APRESENTAÇÃO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS	154
	ANEXO XI – TABULAÇÃO DE DADOS DO CDP DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS	174
	ANEXO XII – RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO DO CONTRIBUIÇÃO	178
	APÊNDICES.....	184

LEITURA TÉCNICA

A leitura técnica tem como desígnio identificar os principais aspectos da realidade do município de Arroio Trinta, em eixos estratégicos, sendo esses: eixo econômico e social, estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação ambiental e patrimônio histórico e cultural. Além do mais, cabe a este documento fazer uma análise das legislações vigentes, avaliando suas diretrizes e respectivos efeitos na realidade local e, sua aplicabilidade em cada um dos eixos supramencionados.

Cabe ressaltar que as análises técnicas realizadas consideram os levantamentos a campo e os dados disponibilizados das bases de dados oficiais do município, do estado e união.

Tal documento está estruturado de forma que facilite a leitura e interpretação da matéria em análise, tratando da caracterização geral de Arroio Trinta no contexto das cidades catarinenses, acompanhado pela análise da legislação existente e prosseguindo para análise dos eixos que discorrem a realidade municipal.

Nesse sentido, a conformação do cenário atual, resultado das análises técnicas apresentadas nesse documento, é de suma importância para se acordar um panorama desejável para o município de Arroio Trinta e, conseqüentemente, para revisão do plano diretor, marco da política de gestão territorial do município.

1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Arroio Trinta situa-se no estado de Santa Catarina, pertencente à Mesorregião do Oeste Catarinense, dentro da Microrregião do Alto Vale do Rio do Peixe, pertencendo a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP.

Os municípios limítrofes dele são: Iomerê, Macieira, Caçador, Videira, Salto Veloso e Treze Tílias. Sua área territorial é de 94,418 km² (IBGE, 2019) e em sua divisão territorial o município é construído pela sede urbana e zona rural.

O município apresenta como principais vias de ligação as rodovias estaduais SC-464 e SC-465 que possibilitam a conexão direta com os municípios de Iomerê, Salto Veloso e Macieira. Em relação a capital do estado, Florianópolis, o município de Arroio Trinta situa-se a uma distância de 419 km.

2 LEGISLAÇÃO

Neste título, analisou-se as legislações relacionadas à revisão do plano diretor de Arroio Trinta, identificando as possíveis demandas e incoerências ou ainda pontos que foram negligenciados, havendo comparações aos dispositivos do Estatuto da Cidade.

2.1 Plano diretor

O plano diretor de Arroio Trinta, foi instituído pela lei complementar n°1.024, promulgada em 22 de abril de 2004. Em seu artigo 2º são estabelecidas as leis que fazem parte da legislação urbanística de Arroio Trinta, sendo elas: lei de diretrizes urbanísticas, lei de parcelamento do solo urbano, lei de zoneamento de uso e ocupação do solo urbano, código de obras e código de postura.

As diretrizes estipuladas na lei visam assegurar os serviços de infraestrutura básica, criar áreas industriais, impedir a ocupação de locais inadequados, intensificar o uso das regiões dotadas de infraestrutura, direcionar o crescimento urbano para áreas propícias e proteger o meio ambiente.

Na lei do plano diretor, não há previsão dos instrumentos de participação democrática, como consultas públicas na forma de audiências e reuniões, bem como,

há ausência parâmetros para divulgação destes eventos, o que gera carências na participação democrática para realização de revisões da legislação.

Outro item citado, no artigo 7, parágrafo 2º, é a necessidade do parecer técnico do Conselho de Desenvolvimento Urbano para alterações ou emendas ao plano diretor. Contudo, não se identificou decretos criando em qualquer momento tal conselho e, ainda segundo informado pelo município não há nenhum conselho instituído que delibere quanto as matérias relativas ao plano diretor, fato que impossibilita a execução de todas as atribuições do conselho citadas nas legislações urbanísticas.

A lei também dispõe no artigo 8º que a revisão do plano diretor deverá ser feita a cada cinco anos, no entanto, a revisão da legislação não veem ocorrendo no período estipulado na lei.

2.2 Zoneamento, uso e ocupação do solo

A lei complementar nº 1.027, de 22 de abril de 2004, dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano, bem como, o zoneamento do município de Arroio Trinta.

A lei foi revisada no ano de 2014, porém, as alterações não foram acrescentadas no corpo do texto da LC nº 1.027/2004 que está disponibilizada para consulta pública. As emendas estão apresentadas na lei complementar nº 1.709, de 21 de outubro de 2014, que faz revisões no corpo do texto da lei original. Contudo, a existência de dois textos gera dubiedade na interpretação da lei, especialmente se utilizada somente a lei antiga que não apresenta quais foram os trechos alterados ou excluídos e que permanece com o texto antigo.

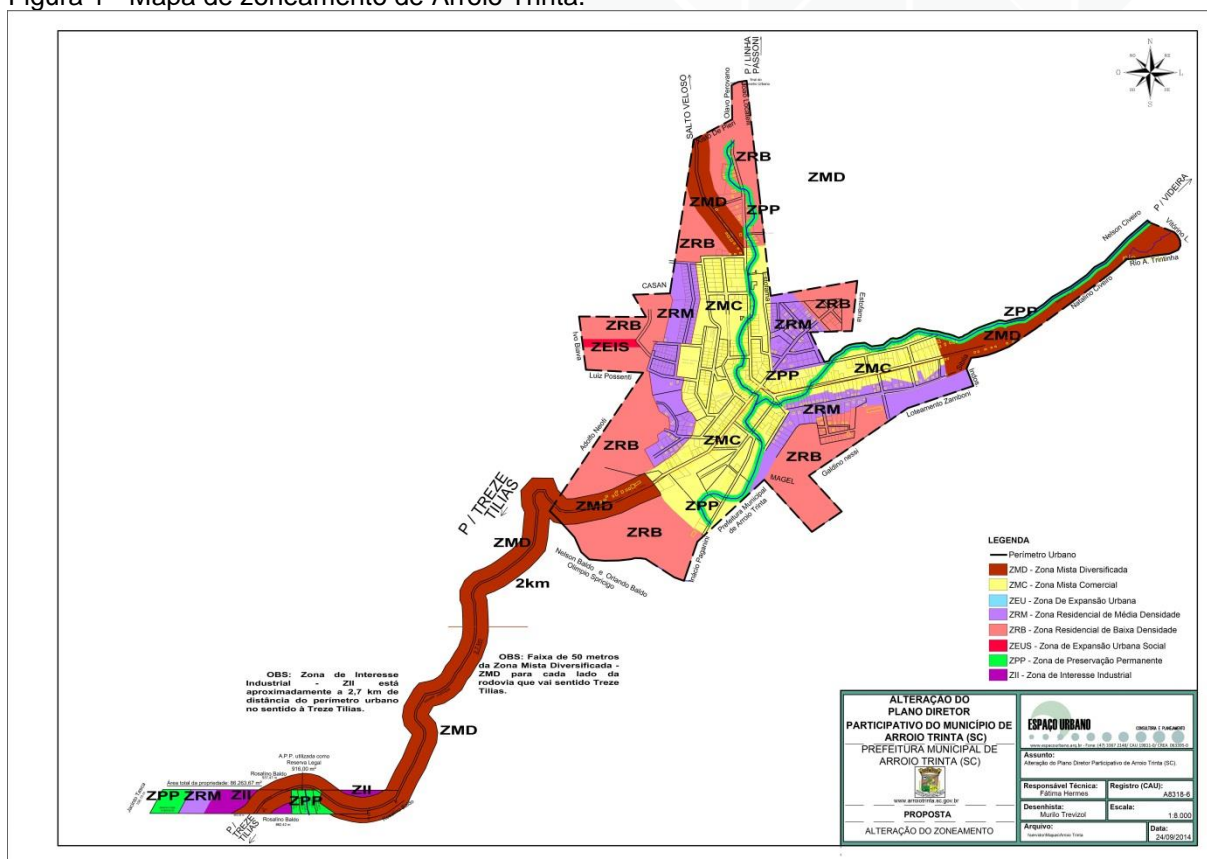
O zoneamento do município é dividido em três macrozonas, sendo elas: Macrozona Rural, contemplando as áreas rurais com características agropecuárias e com potencial turístico; Macrozona Urbana, contemplando as áreas urbanizadas com ocupação mais densa e consolidada e; Macrozona de Expansão Urbana Turística, contemplando as áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento com característica turística.

Já o zoneamento urbano fica subdividido, nas seguintes zonas: ZMD - Zona Mista Diversificada, ZMC - Zona Mista Central, ZRM - Zona Residencial de Média Densidade, ZRB - Zona Residencial Baixa Densidade, ZPP - Zona de Preservação

Permanente, ZEIS - Zona Especial de Interesse Social e ZII - Zona de Interesse Industrial.

Averiguou-se, que maior parte das zonas são destinadas para usos mistos e residenciais, o que possibilita a diversificação dos usos do solo. Na distribuição espacial das zonas urbana apresentada na Figura 1, averiguou-se que as zonas ZMC e ZRM (central), atendem os princípios de crescimento radial e ordenado, contudo, ao sudoeste as zonas ZMD, ZII, ZRM e ZPP, situam-se distantes das áreas que apresentam maior infraestrutura urbana, fato que onera e espraia a oferta de serviços e infraestrutura, ocasionando o aumento dos gastos públicos.

Figura 1 - Mapa de zoneamento de Arroio Trinta.



Fonte: Prefeitura de Arroio Trinta (2014)

A classificação do uso do solo do município é dividida em seis tipologias, conforme o artigo 20, sendo elas: Uso 1 - Habitação; Uso 2 - Comércio e Serviço Vicinal; Uso 3 - Comércio e Serviços De Bairros; Uso 4 - Comércio e Serviço Geral; Uso 5 - Comércio e Serviço Específico e Uso 6 – Indústria. Cabe salientar que estas tipologias são subdivididas em diversas similares.

Já o artigo 21, discorre que as atividades não contempladas no artigo 20, serão submetidas ao conselho da prefeitura e analisados por similaridade. No entanto, as atividades econômicas ausentes na classificação do artigo 20, se analisadas por similaridade, podem gerar distorções, ambiguidades e conflitos perante o uso do solo. Dito isso, há necessidade de classificação de todas as atividades econômica existentes, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE¹, visando à redução de conflitos e dúvidas no uso do solo.

Analisando a Tabela III da LC nº 1.709/2014, que trata dos parâmetros de ocupação do solo urbano, verificou-se que a área mínima de lotes (360 m²) e testada (15 m) são iguais para as zonas mistas (ZMD e ZMC) e zonas residenciais (ZRB e ZRM), as dimensões estipuladas para os lotes destas zonas atendem as medidas mínimas para lotes residenciais e comerciais da lei estadual nº 17.492, de 22 de janeiro de 2018 que dispõe sobre o parcelamento do solo.

Quanto as demais dimensões de lotes, verificou-se que o lote mínimo da ZII é de 800 m², valor este abaixo do que determina a lei estadual 17.492/2018, a qual define que lotes industriais deverão ter dimensões mínimas de 1.000 m², desta forma, se faz necessário a adequação deste parâmetro. Observou-se, também que a legislação não apresenta regulamentação e limitação do tamanho máximo para lotes urbanos, conforme é solicitado pela lei federal de nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe do parcelamento do solo.

Atualmente a ZMC é a zona que possibilita a maior verticalização, sendo possibilitado 7+5 pavimentos, contudo, os edifícios encontrados hoje na área de abrangência desse zoneamento, não ultrapassam os 6 pavimentos, ou seja, os edifícios existentes são menores do que os valores possibilitados na lei.

Ainda na Tabela III, verificou-se que não são encontrados parâmetros para ocupação compulsória de lotes em situação de vazios urbanos ou subutilizados na cidade, tais como o índice de aproveitamento mínimo que irá determinar se o imóvel está cumprindo a função social da propriedade conforme a zona e a infraestrutura do entorno.

¹ Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE é a classificação oficial adotada pelos órgãos e instituições do Brasil, como instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do Brasil. Essa classificação aplica-se a empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física).

Quanto ao índice de aproveitamento, verificou-se que o valor estipulado para ZEIS de 0,5 não atende a Resolução nº 148, de 7 de junho de 2013 do CONCIDADES, que determina que o coeficiente de aproveitamento básico seja de no mínimo 1 (um) para toda a zona urbana, exceto em função de interesse público quando poderá ser inferior a 1 (um) para áreas de proteção ambiental e de patrimônio cultural.

A taxa de permeabilidade de 10% estipulada para a ZMC e a ZMD, é considerada baixa para o município, pois, não permite a infiltração adequada das águas no solo, o que pode acarretar e agravar processos de inundação e alagamentos, especialmente na ZMC que possui cursos d'água em sua área de abrangência e está disposta nos pontos mais baixos da cidade.

As zonas mistas (ZMD e ZMC), apresentam recuos laterais e de fundos diferenciados para edificações comerciais e residenciais, no qual o comercial é livre até o 7º pavimento, fator que impulsiona a instalação deste tipo de empreendimento nas zonas, no entanto, há redução na qualidade dos ambientes e de seu entorno. Já as edificações residenciais utilizam parâmetros baseados na altura da edificação e no tipo de permanência do ambiente (transitória ou prolongada) fator que permite a diferenciação dos recuos conforme o uso do ambiente construído.

Os recuos laterais e de fundos estipulados para a ZRB, ZRM e ZEIS na Tabela III, estão de acordo com as disposições do artigo 1.301 do Código Civil. Já os recuos laterais e de fundos para a ZII são livres, fato que implica na qualidade dos ambientes e de seu entorno por se tratar de Zona de Interesse Industrial.

Quanto às macrozonas, a Tabela III não dispõe de parâmetros ocupacionais para a Macrozona Rural, fato que desordena a forma de ocupação do solo rural e vai contra o artigo 40, parágrafo 2º do Estatuto da Cidade que dispõe que o plano diretor deverá englobar o território do município como um todo.

Figura 2 - Tabela III da LC nº 1.709/2014.

TABELA III – OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO ZONEAMENTO								
ZONEAMENTO								
ZONAS	ÁREA MÍNIMA m ²	TESTADA MÍNIMA	TAXA DE OCUPAÇÃO (1)	ÍNDICE APROVEITAMENTO	NÚMERO DE PAVIMENTOS (2)	TAXA DE PERMEABILIDADE (%)	RECUO FRONTAL	RECUO LATERAL E FUNDO (3)
ZMD Zona Mista Diversificada	360m ²	15,00	Com. 80% Res. 60%	IB=4,8 IM=6,6	7 +3	10	Com. Livre Res. 2,00m	Com. Livre até o 7º pav. Acima do 7º Res. PT.H/10 PP.H/8
ZMC Zona Mista Comercial	360m ²	15,00	Com. 80% Res. 60%	IB=4,8 IM=7,8	7+5	10	Com. Livre Res. 2,00m	Com. Livre até o 7º pav. Acima do 7º Res. PT.H/10 PP.H/8
ZRB Zona Residencial Baixa Densidade	360m ²	15,00	60%	1,5	Térreo +1	20	2,50m	1,50 se houver abertura
ZRM Zona Residencial de Média Densidade	360m ²	15,00	60%	IB=2,9 IM=4,2	4 +3	20	2,50m	1,50 se houver abertura
ZPP Zona de Preservação Permanente	-	-	-	-	-	-	-	Uma faixa de 15m para cada lado do rio
ZII Zona de Interesse Industrial	800 m ²	20,00	70	1,5	Térreo + 1	20	10,00	Livre
ZEIS Zona Especial de Interesse Social	240 m ²	12,00	50	0,5	Térreo + 1	30	3,00	1,50 se houver abertura
MACROZONEAMENTO								
MACROZONAS	ÁREA MÍNIMA m ²	TESTADA MÍNIMA	TAXA DE OCUPAÇÃO (1)	ÍNDICE APROVEITAMENTO	NÚMERO DE PAVIMENTOS (2)	TAXA DE PERMEABILIDADE (%)	RECUO FRONTAL	RECUO LATERAL E FUNDO (3)
MU Macrozona Urbana	Os índices estão detalhados no Zoneamento							
MR Macrozona Rural	-	-	-	-	-	-	-	-
MEUT Macrozona de Expansão Urbana Turística	360 m ²	15,00	60	1,5	Térreo + 1	20	3,00	Área que vai pela estrada da Linha Passoni até o CTG e a Gruta, com uma faixa de 50 metros para cada lado do eixo da estrada. Nesta Macrozona será implantado incentivo ao desenvolvimento de atividades turísticas, conforme Lei Regulamentar.

1) Taxa de Ocupação – valor expresso em porcentagem ou fração da área do lote que pode ser ocupada pela projeção, em plantas das construções neste lote.
 2) Índice de aproveitamento – é o número pelo qual se deve multiplicar a área do lote para se obter a área máxima de construção neste lote.
 3) Paredes, sem aberturas poderão ser construídas nos alinhamentos laterais e/ou fundos.
 - Nos lotes de esquina, o recuo frontal será de 3,00m na menor testada e 2,00m na maior testada.
 - PT : permanência transitória (circulações, banheiros, lavabos, vestiários e depósitos).
 - PP: permanência prolongada (salas, cômodos destinados ao preparo e ao consumo de alimentos, ao repouso, ao lazer, ao estudo e ao trabalho).

Fonte: Prefeitura Municipal de Arroio Trinta (2014) adaptado CINCATARINA (2020)

A zona ZPP de Arroio Trinta demarca as áreas de preservação permanente dos principais cursos d'água, não apresentando parâmetros ocupacionais na tabela III, sendo apenas delimitado recuo lateral e fundos que deve ser respeitado uma faixa de 15 m para cada lado rio. No entanto, conforme o artigo 4º do Código Florestal², as faixas de APP's (Áreas de Preservação Permanente) são determinadas em função da largura dos cursos d'água, sendo o mínimo 30 m, o que torna as faixas de APP's uma restrição ocupacional variável. Portanto, as características da ZPP se adequam mais a uma área com restrição ocupacional e não um zoneamento com parâmetros urbanísticos distintos.

As exigências para vagas de garagem estão dispostas na Tabela I, itens “a” e “b” e são separadas nas categorias: garagens residenciais, garagens comerciais,

² Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

garagens serviços e garagens indústrias. A separação em categorias facilita o dimensionamento adequado das vagas de veículos para cada atividade, contudo, o dimensionamento de vagas de garagens/estacionamentos é uma matéria pertinente a edificação e, deste modo, deve ser tratada no código de obras.

Em relação às vagas de estacionamento/garagem constatou-se ainda que a lei não apresenta exigência de vagas de bicicletário, vagas de carga/descarga e vagas de motocicletas, fato que desestimula o uso de outros modais de transporte, deste modo, se faz necessário a previsão de vagas de estacionamento/garagem para outros modais de transporte.

Quanto aos instrumentos de Outorga Onerosa de Construir, Direito de Preempção, Estudo de Impacto de Vizinhança e IPTU Progressivo no Tempo, a municipalidade informou que estes nunca foram aplicados no período de vigência do atual plano diretor.

2.3 Parcelamento do solo

O parcelamento do solo urbano do município é designado pela Lei Complementar nº 1026, de 22 de abril de 2004 e pela Lei Complementar nº 1708, de 21 de outubro de 2014, a última lei trata das emendas dadas na revisão ocorrida em 2014.

A legislação disciplina o parcelamento do solo de Arroio Trinta nas modalidades: loteamento, desmembramento, remembramento e arruamento.

Na lei não há diferenciação das tipologias de loteamento (residencial, de interesse social e industrial), somente há uma diferenciação que pode reduzir a área a ser doada ao município para loteamento com uso industrial cujos lotes forem maiores que 1.000,00 m², porém, não há valores estipulados na lei que tratem desta redução, fato que dificulta a sua aplicação.

A legislação dispõe que loteamentos ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social serão aprovados por leis específicas, contudo, em busca pela legislação municipal não foram encontradas tais regulamentações.

Os requisitos urbanísticos para loteamentos dispõem que o proprietário cederá no mínimo 35% da área a lotear para o município na proporção de 8% para implantação de equipamentos urbanos e comunitários, de 7% para áreas verdes e espaços livres de uso público e de 20% ao sistema de circulação. Mediante isto,

constatou-se que os valores requisitados atendem os requisitos da lei estadual nº 17.492/2018.

No entanto, a legislação municipal não menciona como serão tratadas e computadas as áreas de preservação permanente (APP's) dentro dos requisitos urbanísticos para os loteamentos

No que tange os requisitos para desmembramentos, os lotes resultantes destes, deverão apresentar áreas mínimas equivalentes aos valores estipulados na tabela de parâmetros urbanísticos na lei de uso e ocupação do solo urbano, isto significa que os lotes resultantes vão garantir e conservar as medidas padrões da zona.

Em relação aos espaços destinados para a circulação, segundo o artigo 13 da lei vigente, as vias em novos parcelamentos deverão ter gabarito mínimo de 12 m, todavia, não foram encontradas classificação e hierarquização viária, bem como, demais parâmetros urbanísticos relevantes para a circulação, sendo eles: o tipo de pavimentação, estacionamentos, malha cicloviária, acessibilidade, arborização e etc.

Ainda referente aos espaços de circulação, a lei apresenta fatores favoráveis, como o comprimento máximo da quadra em 120 m e largura mínima de 60 m; inclinação máxima do leito carroçável de 17%.

Também na lei encontramos a estipulação de vias exclusivas para pedestres que deverão ter largura mínima de 5% do comprimento da quadra e nunca inferior a 4 m e com rampas de inclinação máxima de 8%.

Portanto, constatou-se que tais exigências auxiliam nos padrões mínimos para implantação de infraestruturas de acessibilidade e mobilidade, pois, reduzem os deslocamentos a pé.

Analisou-se ainda, que o comprimento máximo para ruas sem saídas é de 110 m, sendo possível a implantação de aproximadamente 7 lotes levando como base a testada de 15 m, que comparado com o comprimento máximo das quadras (120 m) no qual possibilita a implantação de aproximadamente 8 lotes com a mesma testada, verifica-se que as extensões possibilitam quase o mesmo número de lotes. Portanto, se faz necessário a redução da extensão de ruas sem saída, pois, nelas não há possibilidade de continuidade da malha urbana, o que gera prejuízos a mobilidade urbana.

Quanto a exigência de infraestrutura, o artigo 6º, traz que todas as vias públicas deverão possuir no mínimo: meio-fio, rede de abastecimento de água,

galerias de águas pluviais, rede de energia elétrica e iluminação pública e a marcação das quadras e lotes, no entanto, tais exigências não atendem os requisitos mínimos de infraestrutura exigidos pela lei estadual nº 17.492/2018.

Quanto ao processo administrativo a municipalidade informou que as análises de projetos de parcelamento do solo são realizadas pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP e que os projetos ainda não são entregues em meios digitais georreferenciados. Neste sentido, também cabe evidenciar que a legislação municipal não dispõe de diretrizes sobre a entrega de projetos em meios digitais.

A municipalidade informou que possui interesse na incorporação de parâmetros de condomínios, loteamentos industriais e loteamentos de interesse social na lei de parcelamento do solo, visto que a lei vigente não contém diretrizes que abordem o tema.

Constatou-se por fim, a necessidade de atualização do processo de aprovação dos novos parcelamentos de modo a tornar os processos mais eficientes e céleres.

2.4 Código de obras

O código de obras do município de Arroio Trinta é instituído pela lei complementar nº 1025, de 22 de abril de 2004, que estabelece as normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais.

Quanto à acessibilidade a lei dispõe no artigo 4º que todos os logradouros públicos e edificações, exceto de habitação unifamiliar, deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e deverão seguir as orientações previstas em regulamento e legislação federal pertinente.

Ainda quanto à acessibilidade a lei discorre que cabe ao município estabelecer um padrão para seus passeios que garanta a acessibilidade, a seguridade, a durabilidade e a fácil manutenção. E, que cabe ao proprietário sua execução, manutenção e adequação.

Entretanto, a lei não dispõe como serão regularizados e padronizados os passeios públicos, rampas de acessibilidade nos passeios, instalação de guias táteis

e sinalização, bem como, disponibilização de equipamentos e de mobiliários urbanos. Além disso, em busca na legislação municipal não foram encontradas regulamentações que tratem do tema.

Conforme a lei o processo administrativo é constituído pelas etapas de consulta prévia, aprovação do projeto e liberação do alvará de licença para construção. Quanto aos prazos do processo, temos que a aprovação de um projeto a partir da solicitação é de 30 dias e que neste ato também é outorgada a licença para construção e segundo a municipalidade estes prazos veem sendo atendido.

Ademais, a municipalidade informou que nunca foi aplicado um prazo para a consulta prévia, visto também que a legislação municipal não estipula tal prazo, tais fatos podem causar atrasos no processo administrativo.

Em relação aos prazos para a emissão do “habite-se”, o artigo 28 dispõe que o município tem 15 dias após o requerimento para realizar a vistoria e mais 15 dias para aprovar ou recusar sua emissão. E, segundo informado pela municipalidade estes prazos estão sendo cumpridos.

Ainda, quanto o processo administrativo o município informou que os projetos de edificações são analisados pela AMARP.

Segundo o artigo 38, as edificações classificam-se em: residenciais unifamiliar ou multifamiliares; para o trabalho que são as edificações comerciais, industriais e serviços; especiais destinadas às atividades de educação, pesquisa, saúde e locais de reunião e; mistas que reúnem em uma mesma edificação duas ou mais categorias. E, somente as edificações residências são classificadas com de caráter permanente, as demais segundo o artigo 43, são atividades de caráter temporário. Portanto, a legislação possibilita a distinção de diferentes exigências para cada classificação de edificações.

Conforme a legislação o dimensionamento do pé direito, de aberturas, dos poços de iluminação e ventilação, das circulações (corredores, escadas, rampas, elevadores e das escadas rolantes) dos compartimentos e dentre outras determinações, são estabelecidos em regulamentação própria, no caso o decreto nº 560, de 23 de abril de 2004. Fato que facilita a alteração destes parâmetros para o atendimento de normas específicas de outros órgãos e ainda não gera conflitos de exigências.

Quanto aos estacionamentos a lei os classifica em três modalidades, sendo: privativo, coletivo e comercial. E, também dispõe que será permitida a ocupação de

afastamentos e de recuos para estacionamentos, desde que estejam no mesmo nível de piso dos compartimentos de permanência prolongada das edificações de uso multifamiliares. No entanto, a possibilidade de ocupação no recuo frontal do terreno é conflitante com a possibilidade de alargamento do gabarito das vias que é um dos motivos para a exigência deste recuo.

A municipalidade informou que nunca houve a aplicação de sanções referentes às infrações do código de obras. E, que atualmente o município não conta com profissionais para fiscalização. E, caso houvesse aplicações de multas referentes ao código de obras os valores recebidos seriam revertidos para Secretaria de Infraestrutura/Urbanismo. Mediante isso, averiguou-se a necessidade de profissionais para a fiscalização e cumprimento dos dispositivos do código de obras.

Constatou-se, ainda que a legislação não apresenta regras de transição, somente sendo revogadas disposições contrárias no artigo 148, tal como, também não foram encontrados normativas para residências geminadas, depósitos de lixos, planta livre, cisternas e rebaixo de passeios.

2.5 Código de posturas

O código de posturas de Arroio Trinta é instituído pela lei complementar nº 941, de 27 de novembro de 2002, que contém as medidas de polícia administrativa, em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos; institui normas disciplinadoras do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços.

A legislação apresenta restrições para ruídos que causam perturbações ao sossego público, bem como, os horários de funcionamento e restrições de localização para atividades que produzam ruídos. E, ainda remete que as proibições, limitações e permissões deverão atender as normas da ABNT.

O código prevê medidas contra a criação de animais não domésticos dentro da área urbana, bem como, sanções aos maus tratos e abandono de animais.

A percorrer o código de posturas, notou-se de modo generalista que a lei remete a observância de normas específicas na fiscalização sanitária, fato que reduz a incompatibilidade entre legislações e facilita a fiscalização.

Quanto aos horários de funcionamento de cada atividade, percebe-se que a legislação oferta flexibilidade para o exercício das atividades econômicas e dita

parâmetros para o sossego das vizinhanças, contudo, a legislação deve ser adequada às normas trabalhistas.

Em relação a identidade visual do município a lei prevê sanções para a manutenção da sinalização e dos equipamentos e mobiliários públicos, bem como, dispõe que o município é responsável pela determinação dos padrões que os equipamentos e mobiliários públicos deverão possuir.

Quanto ao paisagismo urbano a lei prevê também que é de responsabilidade do município a definição das espécies arbóreas, sendo ainda sua responsabilidade exclusiva a poda das árvores em solo urbano. Contudo, em busca pela legislação municipal não fora encontrada nenhuma regulamentação ou plano de arborização urbana que determine as espécies utilizadas no paisagismo urbano de Arroio Trinta, portanto, há demandas por normas deste tema.

O código de posturas dispõe que o fechamento dos terrenos urbanos deverá ser feito em muros de alvenaria com altura máxima 1,60 m, além disso, a lei também dispõe que os muros podem ser dispensados em áreas residenciais quando não interferir na paisagem urbana. Dito isto, constatou-se que a lei prevê medidas para delimitação entre espaços públicos e privados. E, que também possibilitam a sensação de segurança do transeunte e o uso de fachada ativa. Apesar disso, a limitação a altura de muros é uma temática que deve ser tratada no código de obras, por tratar-se de parte da construção.

A lei igualmente prevê a exigência do fechamento dos terrenos rurais quando a prefeitura julgar necessário, tal como, a exigência de fechamento do alinhamento frontal dos terrenos que margeiam as estradas de rodagem. Neste sentido, a legislação ainda determina como serão as cercas divisórias em propriedades rurais.

O município informou que nunca aplicou multas referentes ao código de posturas, bem como, não possui profissionais para fiscalização. E, que se houvessem a aplicação de sanções referentes a esta lei, os valores recolhidos seriam revertidos a Secretaria de Infraestrutura/Urbanismo. Portanto, constatou-se a necessidade de profissionais para a fiscalização e cumprimento dos dispositivos do código de posturas.

A legislação não apresenta disposições transitórias, somente revoga disposições contrárias à mesma no artigo 232, faltando assim às disposições em relação à transição da legislação.

3 EIXOS NORTEADORES

Os eixos norteadores apresentados neste documento abordam de forma estratégica as informações do diagnóstico técnico e estarão posteriormente embasando o prognóstico com as proposições e disposições para administrar, sanar ou reverter às situações identificadas.

Os eixos norteadores foram apresentados na seguinte ordem: econômico e social, estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação ambiental, patrimônio histórico e cultural.

3.1 Econômico e social

Pela capacidade de gerar riquezas, proporcionando melhoras na qualidade de vida da população, o desenvolvimento econômico de um município está diretamente relacionado com o desenvolvimento social, sendo assim, um ponto chave para a evolução de uma cidade.

Através da análise dos aspectos econômicos e sociais é possível averiguar os contrastes e demandas existentes no município e posteriormente traçar objetivos e diretrizes para sanar e/ou moderar estas condições.

Conforme IBGE (2010), Arroio Trinta possuía 3.502 habitantes, destes, 68,44% residiam na área urbana e 31,56% residiam na área rural, portanto, sua população é majoritariamente moradora da área urbana. No entanto, a população urbana de Arroio Trinta apresenta percentual inferior ao nacional, que segundo o IBGE (2010) é de 81,46%.

A população total estimada para o ano de 2019, segundo estimativas do IBGE foi de 3.550 pessoas, demonstrando uma tendência de crescimento moderado da população, sendo pouco mais de 5 pessoas para cada ano no período de 2010-2019.

Conforme o PNUD, Ipea e FJP (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM de Arroio Trinta é de 0,764, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto e acima do índice nacional que é de 0,727. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM alto do município é longevidade, seguida da renda e educação.

Segundo o comparativo do RAIS/ME (2019) de 2017 a 2018, Arroio Trinta apresenta um decréscimo de 1,9% de seus vínculos empregatícios, sendo que eram

840 para 824 empregos. Os setores que tiveram quedas no número de empregos foram: da administração pública em 11,29% sendo de 124 para 110 empregos, de serviços em 8,99% sendo 278 para 253 empregos e de comércio em 0,79% sendo de 127 para 126 empregos.

Contudo, houve setores que apresentam crescimento no número de vínculos empregatícios, como: a indústria de transformação em 3,74% com aumento 214 para 222 empregos, a construção civil em 8,7% com aumento de 23 para 25 empregos, as atividades agrícolas em 8,96% com aumento de 67 para 76 empregos e os serviços industriais de utilidade pública que tiveram um acréscimo expressivo de 114,29% com aumento de 7 para 15 empregos. Apesar da queda no número de vínculos empregatícios o setor que mais emprega no município é o comercial, seguido pela indústria de transformação.

Além disso, conforme o cadastro central de empresas do IBGE (2019), o município possuía 214 empresas atuantes no município, com 773 pessoas assalariadas, sendo a média salarial de 2,1 salários-mínimos.

Em se tratando de equipamentos públicos a serviço da população, mediante as informações repassadas pela municipalidade, no ano de 2019, na saúde o município conta com uma unidade básica saúde e um hospital beneficente privado. A assistência social possui um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Em relação à educação, possuía duas escolas municipais e uma estadual. Já em relação a esporte e lazer, o município de Arroio Trinta conta com três praças, um complexo esportivo, um campo de futebol suíço, um estádio municipal e uma quadra de areia.

Em análise a legislação, constatou-se que o Plano Diretor³ em seu artigo 3º traça diretrizes amplas para desenvolvimento do município e que possibilita assegurar a qualidade e oferta de infraestrutura e serviços para a população.

Na lei complementar nº 114/2011, Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Arroio Trinta, em seu artigo 3º, discorre que no plano diretor do município deverá conter diretriz a fim de garantir áreas destinadas à implantação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, para o atendimento das demandas de habitação social no município.

³ Lei complementar nº 1024, de 22 de abril de 2004. Institui o plano físico e territorial urbano, dispõe sobre as normas, fixa objetivos e diretrizes urbanísticas de Arroio Trinta – SC, e dá outras providências.

E, conforme a lei nº 1.027/2004, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano e zoneamento, o município possui um zoneamento específico para o atendimento das demandas de habitações sociais. Deste modo, constatou-se que há aparatos legais para implantação de habitação de interesse social. Contudo, outro ponto de destaque na parte de habitação é a ausência de estudos específicos no município demonstrando e quantificando o déficit habitacional.

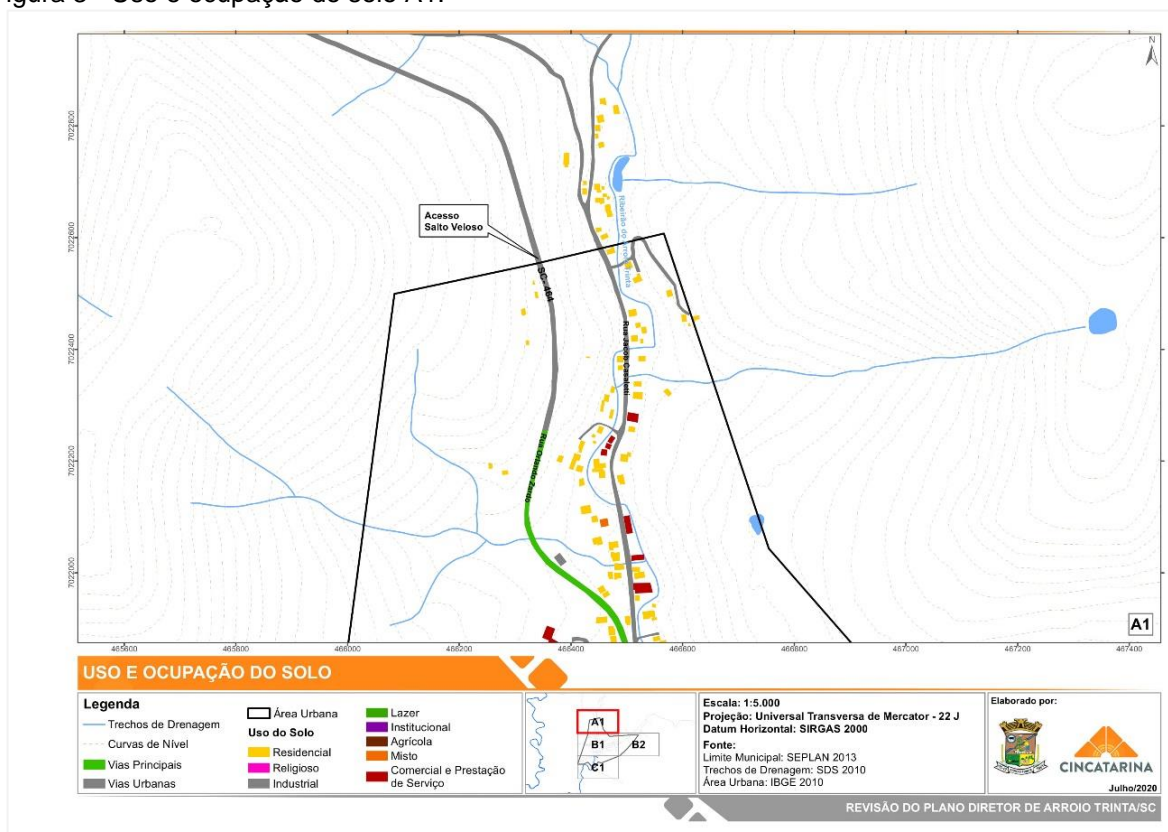
3.2 Estruturação urbana

A estruturação urbana retrata as diversidades socioespaciais de Arroio Trinta, bem como, a predominância do uso e ocupação do solo, tendências de expansão urbana, áreas que necessitam de regularização e condicionantes físicas que modelam a cidade.

A análise dos aspectos da estruturação urbana busca averiguar as demandas existentes em Arroio Trinta e, posteriormente, traçar diretrizes para sanar e/ou moderar estas condições.

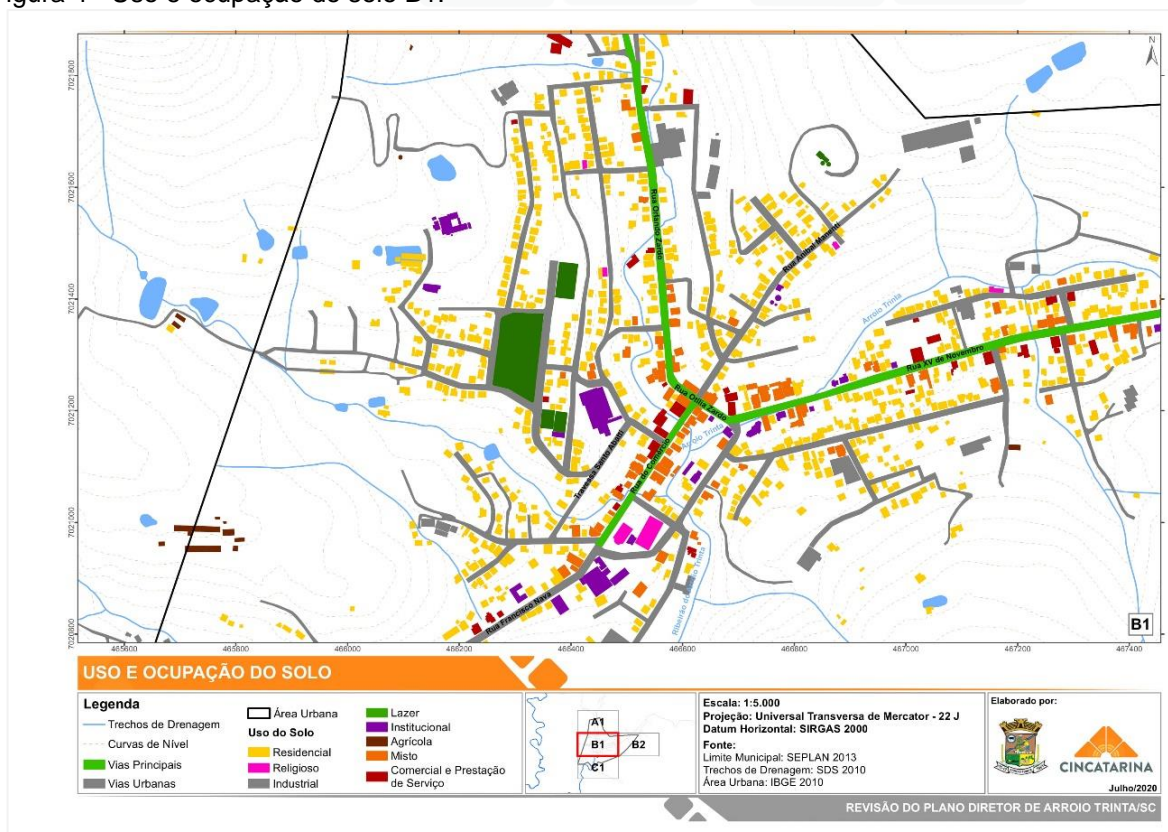
A verificação do uso e ocupação do solo foi realizado através de levantamento a campo, sendo os usos existentes, apresentados entre Figura 3 a Figura 6 (Apêndice 01 ao Apêndice 04).

Figura 3 - Uso e ocupação do solo A1.



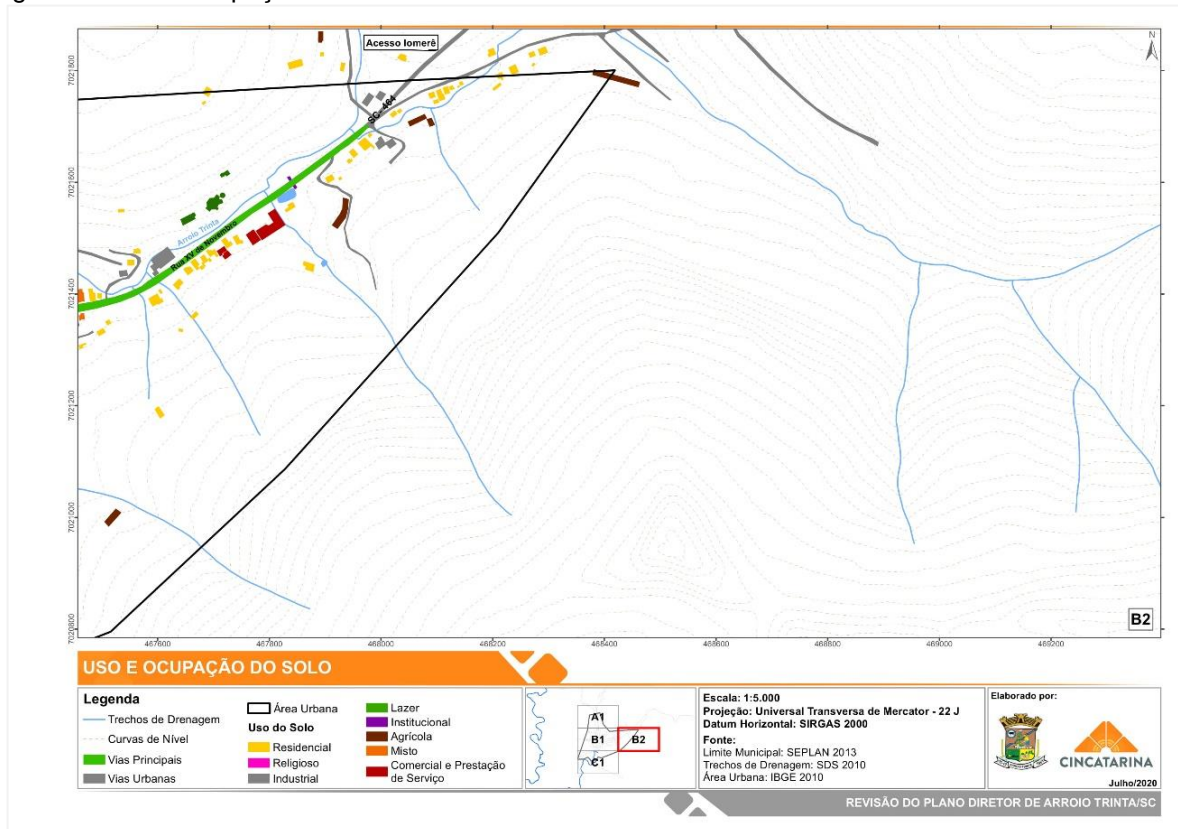
Fonte: CINCATARINA (2020)

Figura 4 - Uso e ocupação do solo B1.



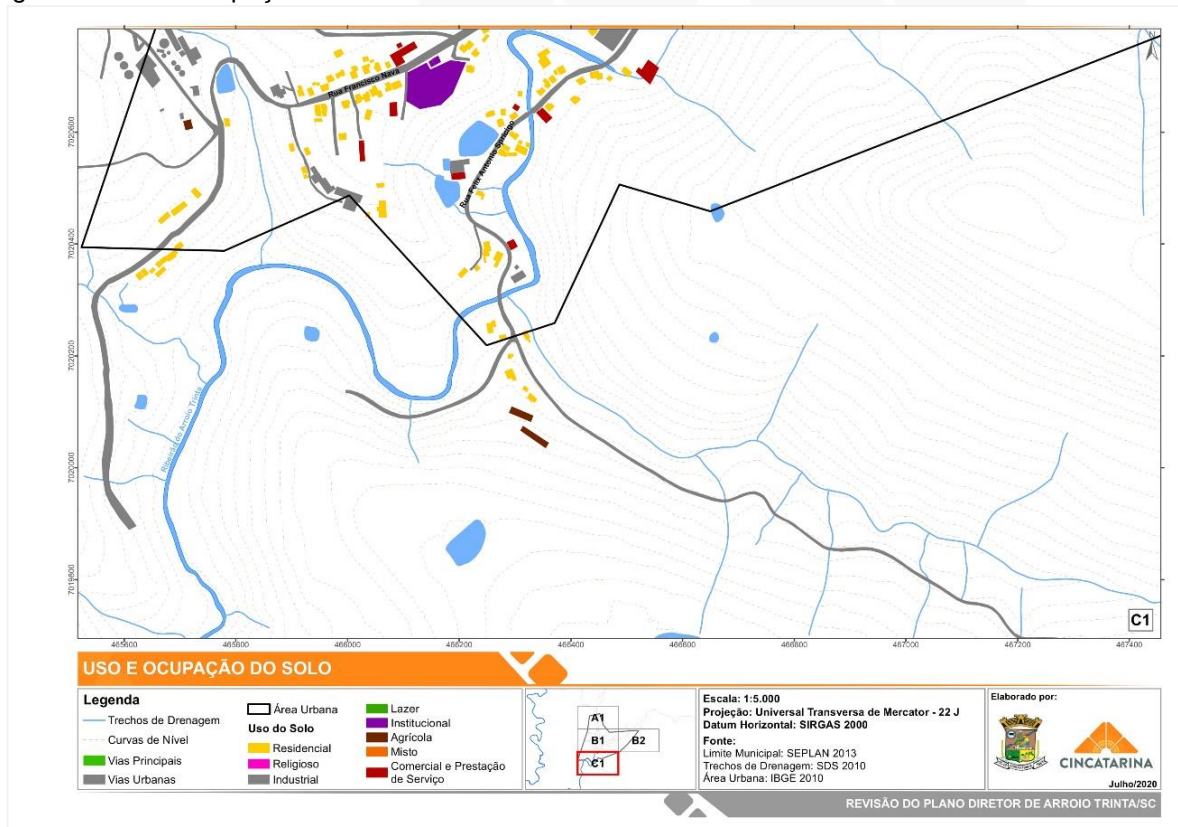
Fonte: CINCATARINA (2020)

Figura 5 - Uso e ocupação do solo B2.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Figura 6 - Uso e ocupação do solo C1.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Em relação ao uso e ocupação do solo levantado no município, foi encontrado 1.226 edificações na área urbana do município, sendo que as classes de usos são apresentadas na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Situação do uso e ocupação do solo levantado no município de Arroio Trinta.

Usos	Número de Edificações	Porcentagem (%)
Residencial	970	79
Comercial e Prestação de Serviço	56	5
Religioso	6	0
Industrial	41	3
Lazer	7	1
Institucional	31	3
Agrícola	22	2
Misto	93	8
Total	1.226	100

Fonte: CINCATARINA (2020)

Constatou-se no levantamento que o uso predominante nas edificações é o residencial (79%) e que os usos mistos, comercial e prestação de serviços, institucionais concentram-se majoritariamente nas vias Rua do Comércio, Rua XV de Novembro, Rua Otília B. Zardo e Rua Orlando Zardo. Já os usos de lazer encontram-se dispostos predominantemente ao oeste do município.

Enquanto, o uso religioso é encontrado nas vias Rua do Comércio, Rua Anibal Manenti, Rua Videira, Rua Nilde Mazzuco Serighelli, Rua Orestes Constantini.

O uso industrial é encontrado em toda área urbana de Arroio Trinta, cabe ressaltar que há empreendimentos industriais consolidados em área centrais da cidade, como nas vias Rua XV de Novembro, Rua Orlando Zardo, Rua Felix Antônio Spricigo e Rua Francisco Nava.

No levantamento de campo, ainda foram encontradas edificações com uso agrícola dentro da área urbana, especialmente em glebas não parceladas, fato que descaracteriza o uso do solo urbano e gera conflitos.

Ainda, em levantamento a campo, observou-se que as edificações urbanas não ultrapassam os seis pavimentos, conforme demonstrado nas Figura 7 e Figura 8. Além disso, também foi constatado “in loco” que as edificações do município respeitam os parâmetros estipulados para o gabarito de cada zona e que as edificações existentes preservam a imagem urbana.

Figura 7 - Vista geral de Arroio Trinta.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Figura 8 - Edifício com cinco pavimentos.



Fonte: Google Street View (2019)

Em relação aos cheios e vazios, averiguou-se que os parcelamentos já consolidados apresentam poucas áreas vazias, todavia, os parcelamentos mais recentes ao leste da área urbana estão em processo de ocupação.

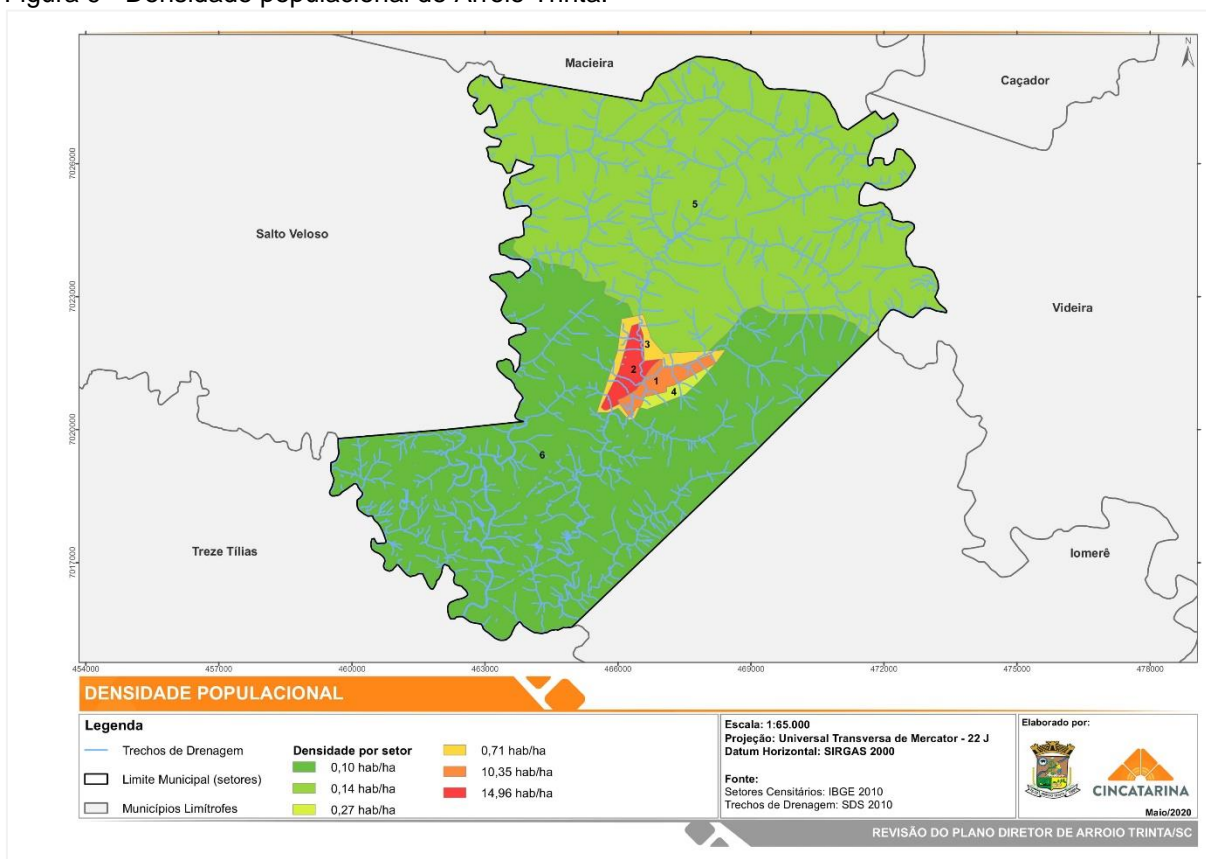
Dito isso, pode-se afirmar que o município possui um crescimento urbano ordenado e condizente, cujos vazios urbanos situam em regiões ainda não parceladas e ocupadas, tal fato é benéfico, pois, não gera ônus para oferta de infraestrutura urbana.

A análise da densidade demográfica permite avaliar a distribuição da população em um determinado território, bem como sua relação com a infraestrutura e serviços disponíveis.

Segundo PARANHOS (2019), o valor mínimo para a sustentabilidade de infraestrutura existente deve considerar, 1 habitação por lote, com 3 pessoas por habitação, considerando 25 lotes a cada 10.000m², ou seja, 75 hab/ha.

Conforme o Censo Demográfico (IBGE, 2010), a densidade demográfica média de todo o município é de 0,37 hab./ha. Já a região censitária mais adensada possui a densidade de 14,96 hab./ha, conforme demonstrado na Figura 9 (Apêndice 05). Valor este considerado 80,1% inferior ao mínimo estimado para a sustentabilidade da infraestrutura urbana básica.

Figura 9 - Densidade populacional de Arroio Trinta.



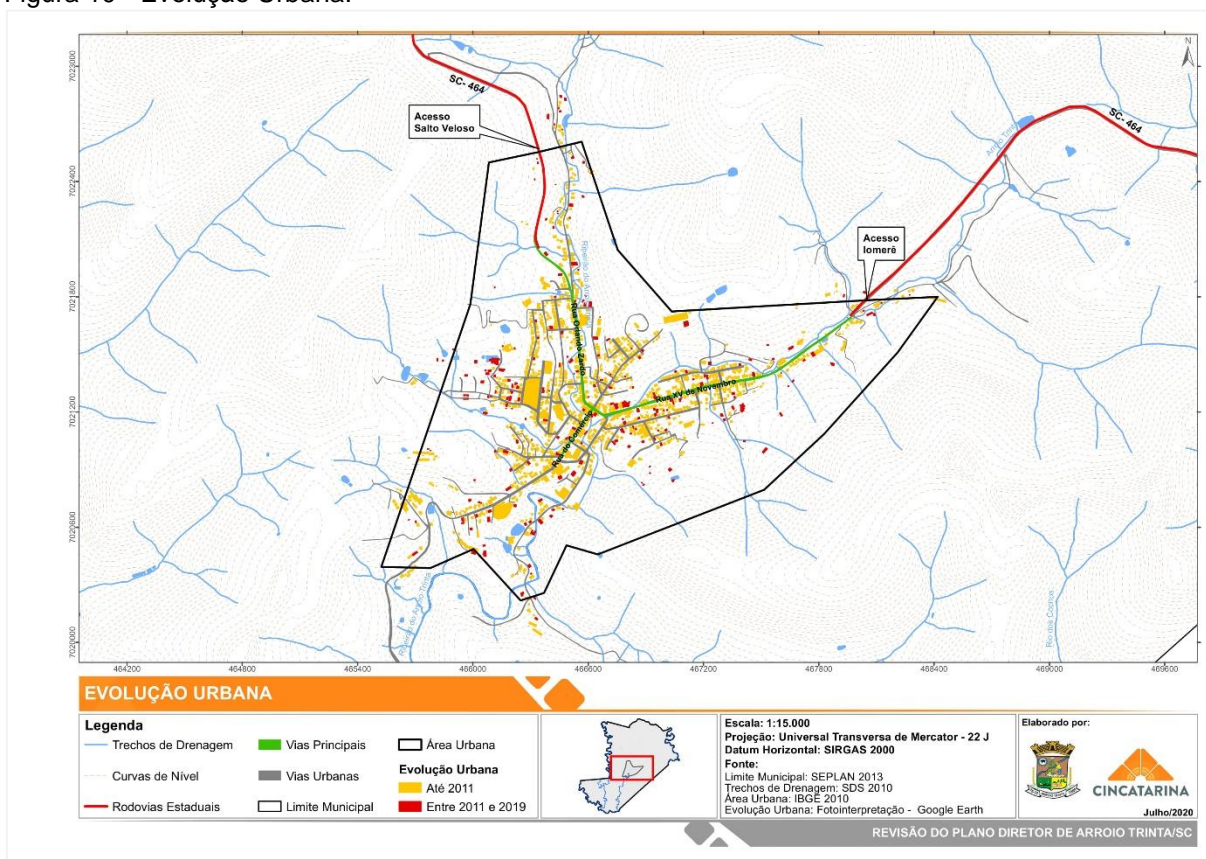
Fonte: IBGE (2010)

A maioria das quadras do município apresentam formatos irregulares, com grandes extensões e que chegam a aproximadamente 500 m, como no caso da quadra composta pelas vias: Rua Delvinio Manenti, Rua Otávio Carvalho, Rua XV de Novembro e Rua Zibio Marolli.

Mediante a isto, constata-se que as quadras do município não possuem dimensões adequadas para deslocamentos a pé. E, também não atendem a lei de parcelamento solo, que limita a extensão de quadras 120 m.

A análise da evolução urbana procedeu-se através da identificação progressiva das novas edificações até 2011 e entre 2011 a 2019, conforme apresentada na Figura 10 (Apêndice 06).

Figura 10 - Evolução Urbana.



Fonte: CINCATARINA (2020)

No período entre 2011 a 2019, constatou-se que houve um acréscimo de 23,22% no crescimento do número de novas edificações urbanas em Arroio Trinta, representando um crescimento anual de médio de 2,9%, conforme demonstra Tabela 2, que apresenta a época de construção das 1.226 edificações encontradas na área urbana do município.

Tabela 2 – Época de construção das edificações levantadas no município de Arroio Trinta.

Época de Construção	Número de Edificações	Porcentagem de edificações (%)	Crescimento (%)
Até 2011	995	81,16	-
Entre 2011 e 2019	231	18,84	+ 23,23
Total	1.226	100	-

Fonte: CINCATARINA (2020)

Portanto, se o município seguir este ritmo de crescimento ocupacional não haverá necessidade de ampliação da área urbana dentro de um curto prazo.

Quanto à expansão urbana, notou-se que as ocupações não apresentaram um sentido predominante de crescimento e sim ocuparam lotes vazios em

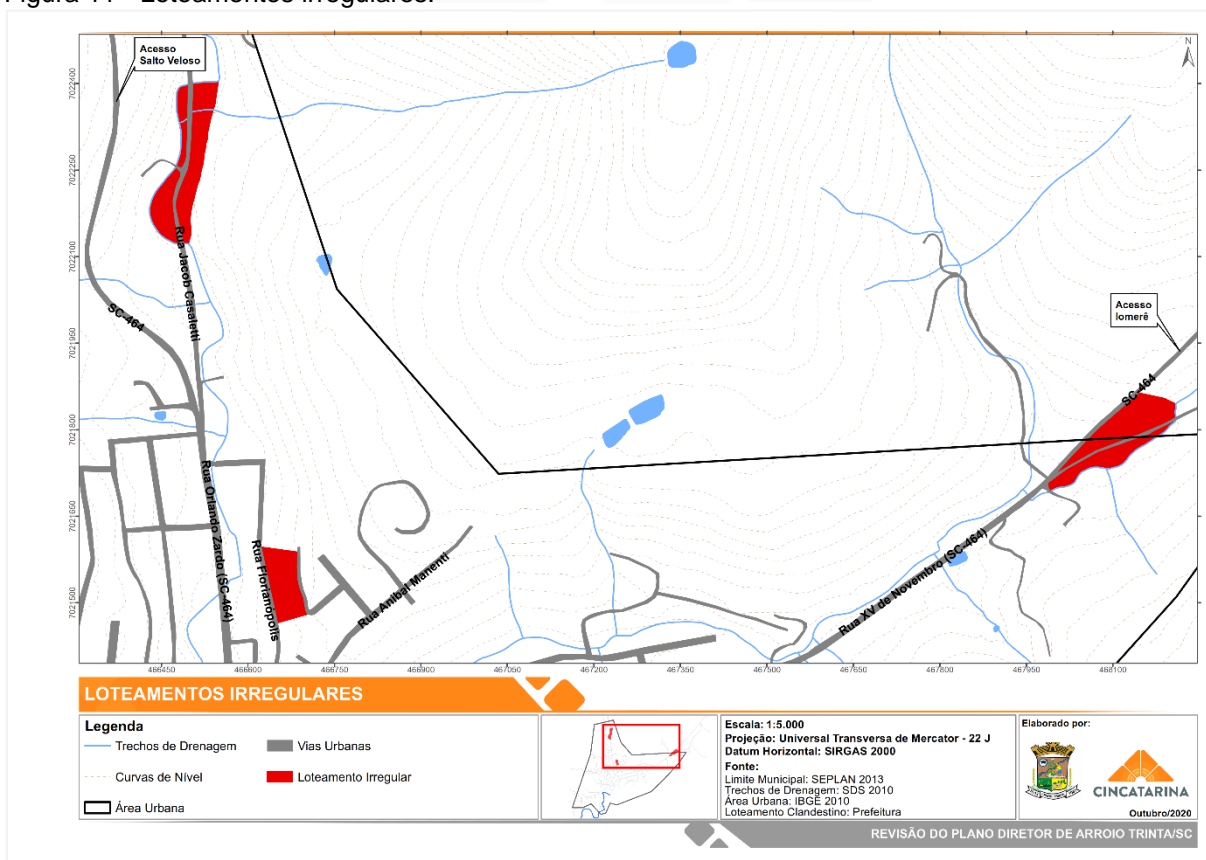
parcelamentos já existentes. Contudo, é importante salientar que na região oeste da área urbana houve novos parcelamentos que ainda estão em processo de ocupação.

Assim, constatou-se que a cidade deu preferência para as ocupações nas áreas com infraestrutura urbana, fato de gera equidade na oferta dos serviços e infraestruturas públicas.

As ocupações irregulares são um problema recorrente nos centros urbanos e traz consigo sérios reflexos nas áreas ambientais e urbanísticas. São provenientes de invasões irregulares ou de loteamentos clandestinos e não observam os requisitos mínimos urbanísticos, sociais, ambientais e econômicos.

Conforme informado pela municipalidade Arroio Trinta possui três loteamentos irregulares, situados nas vias: SC-464 em sentido ao município de Iomerê, na Rua Jacob Casaletti e na Rua Florianópolis, dispostos conforme a Figura 11 (Apêndice 07) a seguir.

Figura 11 - Loteamentos irregulares.



Fonte: Adaptado por CINCATARINA (2020)

Deste modo, é necessária averiguação da situação para a futura regularização ou remoção destas ocupações, conforme seu perfil ocupacional, visando sempre a bem-estar e a segurança da população.

3.3 Mobilidade urbana

Quando analisamos a mobilidade urbana visando a qualidade de vida da população, levamos em conta os deslocamentos de munícipes e visitantes, a maneira como ocorrem estes deslocamentos, os meios de transporte e as principais vias utilizadas. Analisamos ainda, aspectos relacionados à acessibilidade, segurança, atrativos e infraestrutura existentes.

Analisando os modais de transporte, atualmente, o município de Arroio Trinta não conta com serviço de transporte público coletivo, todavia, há transporte coletivo intermunicipal ligando aos municípios vizinhos de Salto Veloso e Iomerê, conforme informações disponibilizadas pelo SIE/SC (2020). Além disso, o município conta com uma rodoviária na Rua Otília B. Zardo e pontos de ônibus.

Pelo território do município passam duas rodovias estaduais, sendo elas: a SC-464 que passa na área urbana de Arroio Trinta e faz a ligação com os municípios de Salto Veloso e Iomerê, esta rodovia possui pavimentação asfáltica fato que facilita os deslocamentos e transportes de cargas e bens. E, a SC-465 que faz ligação com o município de Macieira que se encontra em leito natural.

Na área urbana as principais vias são a Rua do Comércio, Rua XV de Novembro, Rua Otília B. Zardo e Rua Orlando Zardo, as quais foram classificadas por analogia como vias coletoras, dando acesso a grande parte das vias do município, e edificações de cunho comercial, prestação de serviço, institucional, religioso e educacional.

Analisando a legislação do município de Arroio Trinta, foi verificado que ela não possui normas e mapas que tratem acerca da classificação do sistema viário bem como a hierarquização das vias, exigência da lei estadual nº 17.492/52018, fato que pode acarretar dificuldades no desenvolvimento estratégico do município bem como o direcionamento de verbas públicas.

Em verificação “in loco”, constatou-se que grande porção das vias urbanas apresenta pavimentação asfáltica ou de paralelepípedos, entretanto, há ainda vias

que não possuem pavimentação na área urbana, destacando a Rua Francisco Nava que leva à zona industrial do município.

Quanto à pavimentação, ainda pode-se afirmar que nas vias principais sua tipologia é adequada ao fluxo de trânsito e cargas. Todavia, conforme averiguado no levantamento a campo, constatou-se a necessidade de adequação da pavimentação no sentido da área industrial na Rua Francisco Nava conforme demonstrado na Figura 12, que atualmente encontra-se em leito natural.

Figura 12- Condição da pavimentação na Rua Francisco Nava.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Em Arroio Trinta não foi diagnosticada a existência de malha cicloviária, fator que desestimula o uso deste modal como um meio de transporte diário.

Quanto à infraestrutura para deslocamentos a pé e de acessibilidade, observou-se que o município não possui rotas acessíveis. Foi verificada a existência de passeios executados com sinalização tátil e de alerta, porém, de modo que inviabilizam a circulação segura e contínua de pessoas com deficiência visual por ausência de padronização em frente a cada terreno.

Devido à topografia acidentada do município, em algumas vias foram instaladas escadarias nos espaços destinados para as calçadas, conforme exemplificado na Figura 13.

Figura 13 - Escadaria na Rua Orestes Constantini.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Ainda foi diagnosticada a presença de passeios públicos com irregularidades ou inexistentes, deterioração, obstruções e falta de manutenção, conforme demonstrado nas Figura 14 a Figura 16, que impedem que pessoas com mobilidade reduzida em cadeira de rodas, muletas, com carrinhos de bebê e, entre outros, exerçam seu direito a caminhabilidade, fatores que tornam o acesso autônomo para pessoas como deficiência e/ou mobilidade reduzida, pelas vias do município atualmente algo precário. Mediante a isto, constataram-se as demandas por diretrizes para regularização e padronização dos passeios públicos de Arroio Trinta.

Figura 14 – Passeios da Rua Florianópolis.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Figura 15 - Passeios da Rua Orestes Constantini.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Figura 16 - Passeios da Rua Albano Gemeli.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Na legislação municipal não foi encontrada regulamentações específicas para a acessibilidade, tanto para espaços públicos, bem como, para as edificações, havendo a necessidade de incremento de dispositivos que tratem do assunto, atendendo as legislações Federais e Estaduais.

A sinalização viária é existente em Arroio Trinta, contudo, não é completa em todas as vias, havendo ruas sem nomenclatura, faixas de pedestres e sinalizações de trânsito, fatores que tornam inseguro a trafegabilidade nas vias urbanas.

Quanto ao mobiliário urbano, caracterizado por elementos como bancos, mesas, lixeiras e entre outros, disponibilizados em espaços públicos para uso da população, foi verificado em levantamento a campo que estes estão concentrados apenas nas áreas centrais, como na: Piazza Itália (praça), Praça do Cinquentenário e Praça do Imigrante, deste modo, foi diagnosticado que o município apresenta demandas de mobiliários urbanos nas regiões periféricas.

Em relação à malha urbana de Arroio Trinta foi diagnosticada a presença de formatos irregulares para vias e quadras, resultantes de ocupações antigas sem planejamento e das condicionantes físico-territoriais.

Outra constatação sobre a mobilidade urbana no município é a tendência de pontos de conflito viário por grande concentração de serviços de utilidade pública na área central do município.

Foi diagnosticada a interligação da maioria das vias da área urbana, o que vem de encontro à conectividade da cidade, porém, também foram localizadas em áreas residenciais, ruas sem saída que não apresentam praça de retorno, dificultando a mobilidade urbana.

3.4 Qualificação ambiental

Os aspectos relacionados à qualificação ambiental são relacionados às áreas de preservação ambiental, geologia, recursos hídricos, topografia, áreas de risco, condições climáticas, dentre outros. E, como estes afetam a vivência nos espaços urbanos.

Esses estudos se tornam essenciais na compreensão do ambiente, na obtenção da vida vegetal e das boas condições de conforto ambiental para a população. Além disso, os resultados obtidos podem auxiliar no planejamento ambiental e urbano ao englobar soluções que contemplem índices adequados de uso e ocupação do solo e a preservação ou reconstituição de áreas verdes e demais recursos naturais.

Segundo a classificação de Köppen e Geiger o clima do município de Arroio Trinta é classificado como Cfb, ou seja, clima temperado, com verão ameno.

Para o levantamento da umidade relativa de Arroio Trinta foram utilizados os dados das Normais Climatológicas do Brasil 1961-1990 com referência no município de Campos Novos, devido sua aproximação geográfica. Obteve-se que a umidade relativa mensal média mais elevada ocorre no mês de março com 79,5% e a menor no mês de outubro com 71,4%.

Conforme dados do Climatempo (2020), as maiores temperaturas para o município de Arroio Trinta estão relacionadas ao mês de fevereiro, quando as médias mensais máximas podem atingir os 26°C. Já as temperaturas mais baixas ocorrem no mês de julho quando as médias mensais mínimas marcam 9°C.

Ainda segundo o Climatedo (2020) o mês que apresenta maior precipitação é outubro com 206 mm e o mês mais seco é agosto com média de 111 mm de chuvas.

A orientação solar é um dos fatores a serem considerados em novas ocupações, pois é primordial para o bom condicionamento térmico das ocupações, bem como para a distribuição adequada dos espaços. No hemisfério sul, bem como no município de Arroio Trinta, a face norte é a que recebe a maior incidência solar durante o dia e a face sul é a que menos recebe sol, a face leste recebe o sol da manhã e a oeste o sol da tarde.

Os ventos predominantes no município são nordeste (NE), obtidos através das Normais Climatológicas do Brasil 1961-1990, sendo utilizado como parâmetro para esta definição o município de Campos Novos. Já a intensidade (velocidade) máxima dos ventos ocorre no mês de agosto, quando a velocidade média dos ventos chega a 3,67 m/s e a menor intensidade dos ventos ocorre no mês de maio com 2,56 m/s.

O estudo da hidrografia tem como objetivo identificar os principais corpos d'água e áreas inundáveis. Além disso, a hidrografia é uma forte condicionante para a ocupação urbana, pois, restringe as áreas passíveis de parcelamento, sendo fundamental para o desenvolvimento urbano e econômico do município, pois, ocupa importante função no abastecimento urbano e agrícola.

A hidrografia do Estado de Santa Catarina foi subdividida em 10 Regiões Hidrográficas (RH) para planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos, de acordo com a Lei Estadual n° 10.949/1998.

O município de Arroio Trinta está inserido na Região Hidrográfica (RH) 3 – Vale do Rio do Peixe que tem uma área de 8.188 km² que é composta pela Bacia do Rio do Peixe (5.238 km²) e pela Bacia do Rio Jacutinga (2.950 km²) (Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina, 2018).

Os principais cursos d'água que compõe a hidrografia do município são: Rio São Bento, Rio Santo Antônio, Rio Salto do Veloso, Rio Quinze de Novembro, Rio dos Cochos, Ribeirão São Domingos, Ribeirão do Cocho, Ribeirão do Arroio Trinta, Lajeado Paulina, Lajeado dos Marianos, Lajeado do Potrilho, Córrego São Valentim, Córrego Santo Antônio, Córrego Mendes, Córrego Linha Alta, Córrego Esperança ou Arroio Carijó, Córrego Aparecida, Arroio Xisto e Arroio Trinta.

Conforme a base cadastral Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS no município de Arroio Trinta são encontrados 39 poços tubulares, diversos utilizados para o abastecimento e consumo humano especialmente em áreas rurais.

Para compreensão do consumo dos recursos hídricos, foi utilizado os dados do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina, o qual apresenta uma relação por setores de consumo, destacando a bacia hidrográfica do Vale do Rio de Peixe, o qual o Município de Arroio Trinta é pertencente. Constatou-se que o maior consumo é para uso industrial, seguido pelo consumo da população urbana residente e em terceiro lugar para a produção rural.

Tabela 3 - Uso das águas Região Hidrográfica 3 – Vale do Rio do Peixe (m³/s).

Uso das águas na Região Hidrográfica 3 - Vale do Rio do Peixe	
Vazão de retirada	(m³/s)
População Urbana Residente	0,866
População Urbana Flutuante	0,196
População Rural	0,107
Animal	0,564
Industrial	1,627
Aquicultura	0,188
Mineração	0,012
Irrigação	0,013
Total	3,573

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina (2018)

O Estatuto da Cidade determina em uma das diretrizes da política urbana a ordenação e controle do uso do solo, mecanismos para evitar a exposição a riscos de desastres⁴ e tornando obrigatória a elaboração do Plano Diretor para os municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos⁵, abarcando a necessidade do mapeamento de áreas de risco.

Conforme o CPRM (2018) a expansão urbana do município está ocorrendo sobre as encostas da cidade e boa parte do município situa-se na planície de inundação dos arroios Trinta e Trintinha, entretanto, segundo o coordenador de defesa

⁴ Art. 2º, VI, “h”, da Lei nº 10.257/01.

⁵ Art. 41, VI, da Lei nº 10.257/01. Neste caso, o conteúdo do Plano Diretor é também diferenciado (art. 42-A)

civil da época do levantamento, não há relatos de eventos de movimento de massa e/ou inundações ou enchentes que tenham atingido alguma moradia.

Ainda de acordo com o CPRM (2018) parte da cidade ainda pode sofrer consequências de processos de instabilização de encostas e processos hidrológicos caso a expansão urbana não ocorra de forma controlada, sendo a fiscalização um importante aliado na minimização de áreas de risco.

Para definição das áreas susceptíveis, foram utilizados os levantamentos das áreas de riscos ambientais realizados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (2018), apresentados no relatório de Setorização de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massa, Enchentes e Inundações para o município de Arroio Trinta, que descrevem que:

As áreas vistoriadas nesta etapa não apresentaram riscos Alto ou Muito Alto a processos de movimentos de massa, enchentes ou inundações, não sendo, portanto, delimitados setores de risco [...].

Entretanto, existem no município áreas com grau de risco baixo e/ou médio, que não tem relatos de transtornos a moradores, mas demandam atenção. Estas áreas apresentam risco à movimentos de massa e processos hidrológicos [...]. (CPRM, 2018, pag. 8)

Segundo o mesmo relatório do CPRM (2018) as áreas visitadas apresentam um ponto de inundação ocasional situado na praça municipal (Figura 17) e necessidade de monitoramento de moradias situadas acima da calha do Rio Trinta (Figura 17), conforme descrito no trecho do relatório, a seguir:

Um dos pontos visitados foi o encontro dos rios Trinta e Trintinha, onde situam-se a ponte da Encruzilhada, casa da cultura, uma praça municipal, e ocupações residenciais na planície de inundação. Entretanto segundo o coordenador de defesa civil relatou que não há histórico de eventos de inundações nestes rios, apenas a praça municipal é atingida ocasionalmente em chuvas torrenciais devido ao represamento da água das chuvas e os leitos dos rios estarem cheios. Como foi observado em campo não há marcas de inundações ou enchentes nas moradias situadas às margens desses rios no centro da cidade. Este é um ponto importante para monitorar, pois algumas moradias (vulnerabilidade baixa a moderada) estão situadas acima da calha principal do rio Trinta, o que no futuro pode vir a apresentar problemas por erosão fluvial e/ou inundações (CPRM, 2018, pag. 8).

Figura 17 - Locais suscetíveis a riscos hidrológicos.



Figura 8. Praça municipal próxima ao encontro dos rios Trinta e Trintinha, ocasionalmente atingida por represamento de água chuva (alagamento).



Figura 9. Moradias construídas acima e junto ao leito do Rio Trintinha na Rua Galdino Nezi.

Fonte: CPRM (2018) Adaptado CINCATARINA (2021)

Ainda, o relatório do CPRM descreve a existência de locais suscetível ao risco de movimentação de carga, descritos no trecho do relatório e na Figura 18, a seguir:

Os outros locais visitados foram pontos em encostas, algumas ocupadas por corte/aterro, entretanto as moradias estão distantes dos taludes de cortes, bem como possuem vulnerabilidade baixa (Figura 10). Na Rua Albino Possenti, no bairro Centro, atrás de uma moradia localizada no topo de uma encosta foi observado lançamento de lixo e entulho (Figura 11) (CPRM, 2018, pag. 8).

Figura 18 - Locais suscetíveis a riscos de movimentação de carga.



Figura 10. Vista geral do município de Arroio Trinta.



Figura 11. Lixo e entulhos lançados atrás da moradia no topo de uma encosta.

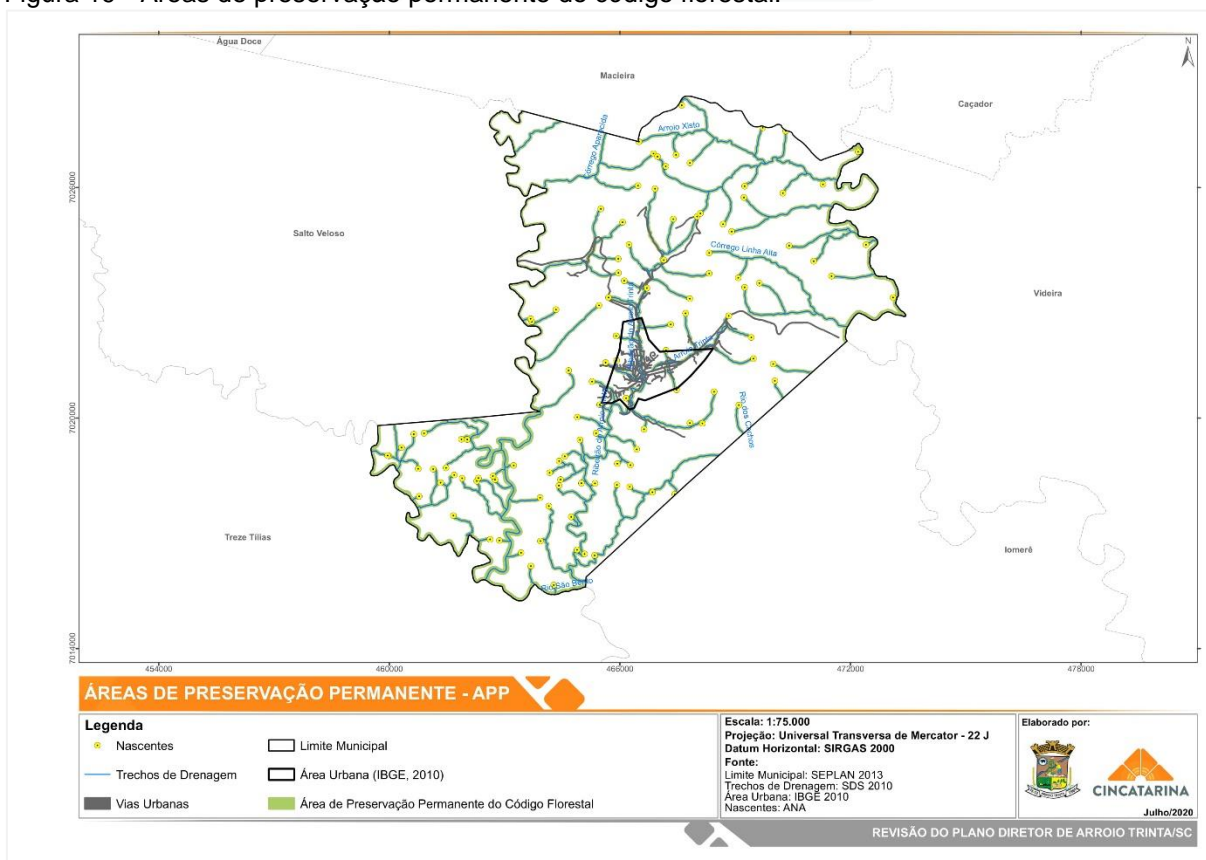
Fonte: CPRM (2018) Adaptado CINCATARINA (2021)

Conforme definição da Lei nº 12.651/2012⁶, a área de preservação permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Além disso, as Áreas de Preservação Permanente (APP) em áreas urbanas representam um importante mecanismo de manutenção da qualidade de vida e da minimização de consequências nocivas à sociedade, regulando o microclima e o sistema hidrológico/hidrográfico local.

A indicação e o mapeamento das áreas de APP's de Arroio Trinta acontecem nos termos da Lei Federal nº 12.651/2012, tendo como base os trechos de drenagem do Levantamento Aerofotogramétrico de Santa Catarina (SDS, 2011) e a simulação das áreas de APP's dispostas na Figura 19.

Figura 19 - Áreas de preservação permanente do código florestal.



Fonte: CINCATARINA (2020)

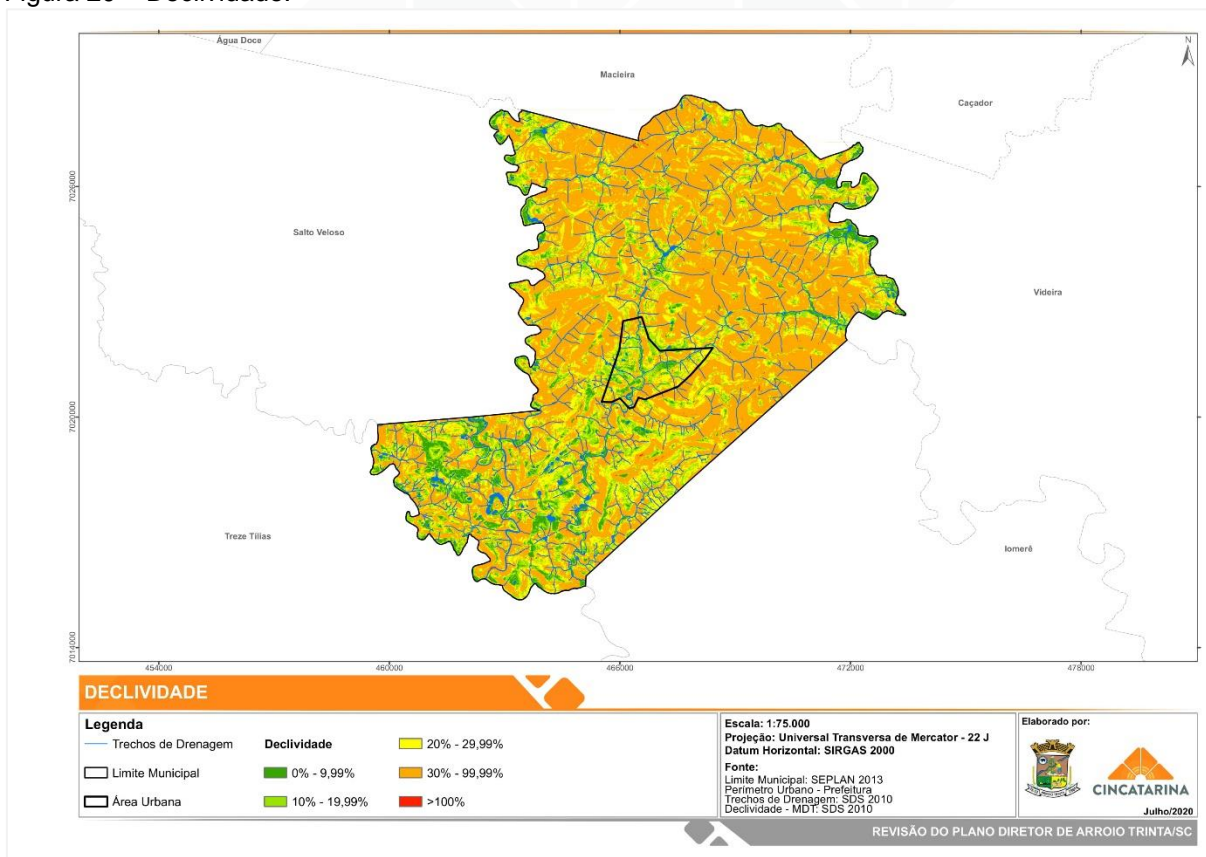
⁶ Lei Federal nº 12.651/12, dispõe sobre Código Florestal.

Através do mapa de declividade apresentado Figura 20, pode-se observar a constituição geomorfológica do município de Arroio Trinta, verificando a constituição de morros, montanhas e demais formações geológicas, tendo assim uma explanação geral das declividades.

O fator declividade é de extrema importância para avaliação das restrições e possibilidades de gestão territorial, os parâmetros de declividade são fixados na legislação como parâmetros que impedem parcelamento para fins urbanos, desmatamento e delimitação de áreas de proteção permanente.

Observa-se que a área urbana de Arroio Trinta apresenta todas as faixas de declividade dispostas na legenda da Figura 20 (Apêndice 09). Do mesmo modo, pode-se afirmar que a faixa de declividade predominante na extensão territorial do município é de 30% a 99,99%, fato que caracteriza a topografia como acidentada.

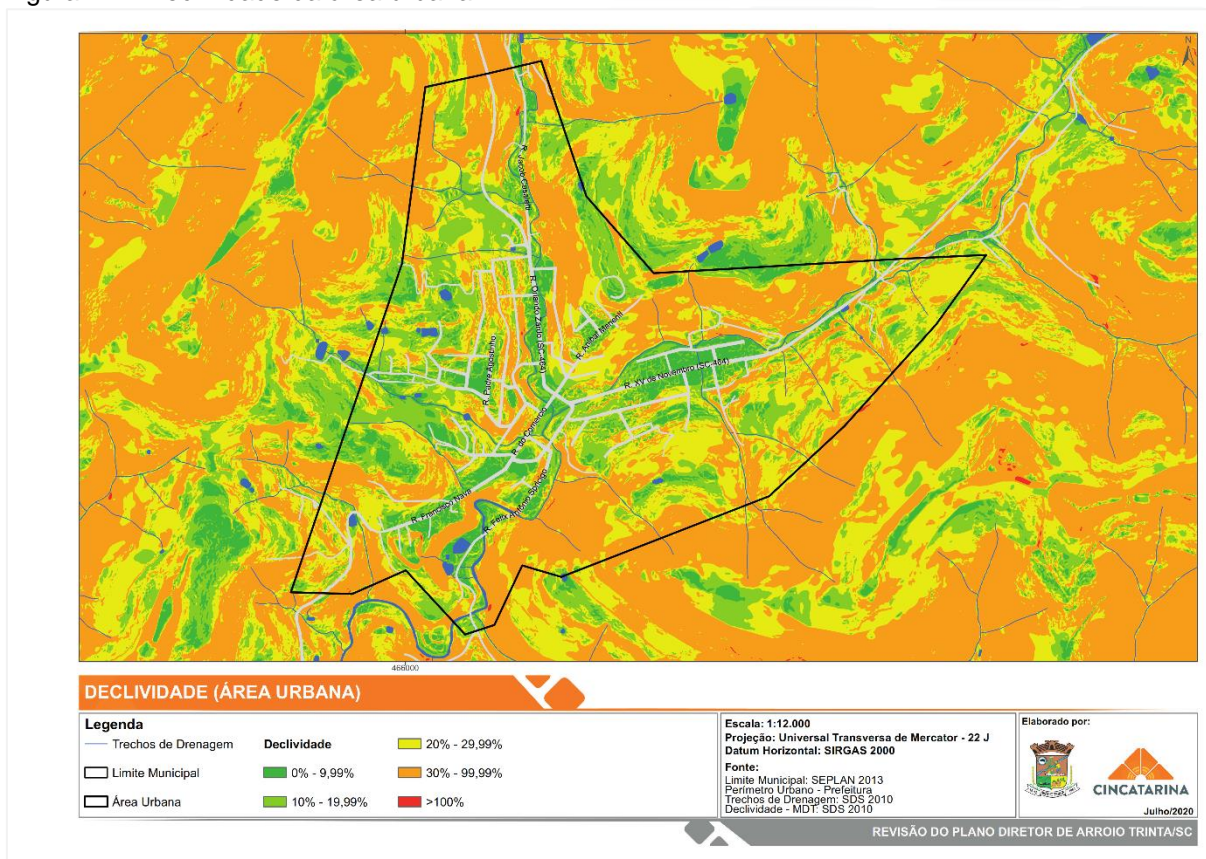
Figura 20 – Declividade.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Através do levantamento de declividade, podem-se definir quais são as áreas de preservação, definidas pelo Código Florestal⁷, o qual indica que terrenos com declividade igual ou maior a 100%, devem ser preservados, dado que áreas com declividades superiores ao referido valor não devem ser urbanizadas, devido aos possíveis riscos geológicos. Observou-se ainda que na área urbana do município são encontrados pontos com declividade superior a 100% de inclinação, conforme demonstrado na Figura 21 (Apêndice 10).

Figura 21 – Declividade da área urbana.



Fonte: CINCATARINA (2020)

A lei municipal de parcelamento do solo⁸ dispõe em seu artigo 5º que no município não será permitido parcelamentos de solo em terrenos com declividade igual ou superior a 45%. Este entendimento é diferente nas legislações federal⁹ e

⁷ Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012.

⁸ Lei nº 1026, de 22 de abril de 2001, que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no município de Arroio Trinta, e dá outras providências.

⁹ Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamentos do solo para fins urbanos.

estadual¹⁰, que abordam que não serão permitidos parcelamentos solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30%. Deste modo, pode-se afirmar que legislação municipal não está em conformidade com as demais legislações e, ainda, é entendida como menos restritiva.

Constatou-se ainda, que as áreas propícias para novos parcelamentos do solo, situam-se predominantemente ao leste da área urbana, cujo local apresenta topografia com até 30% de declividade.

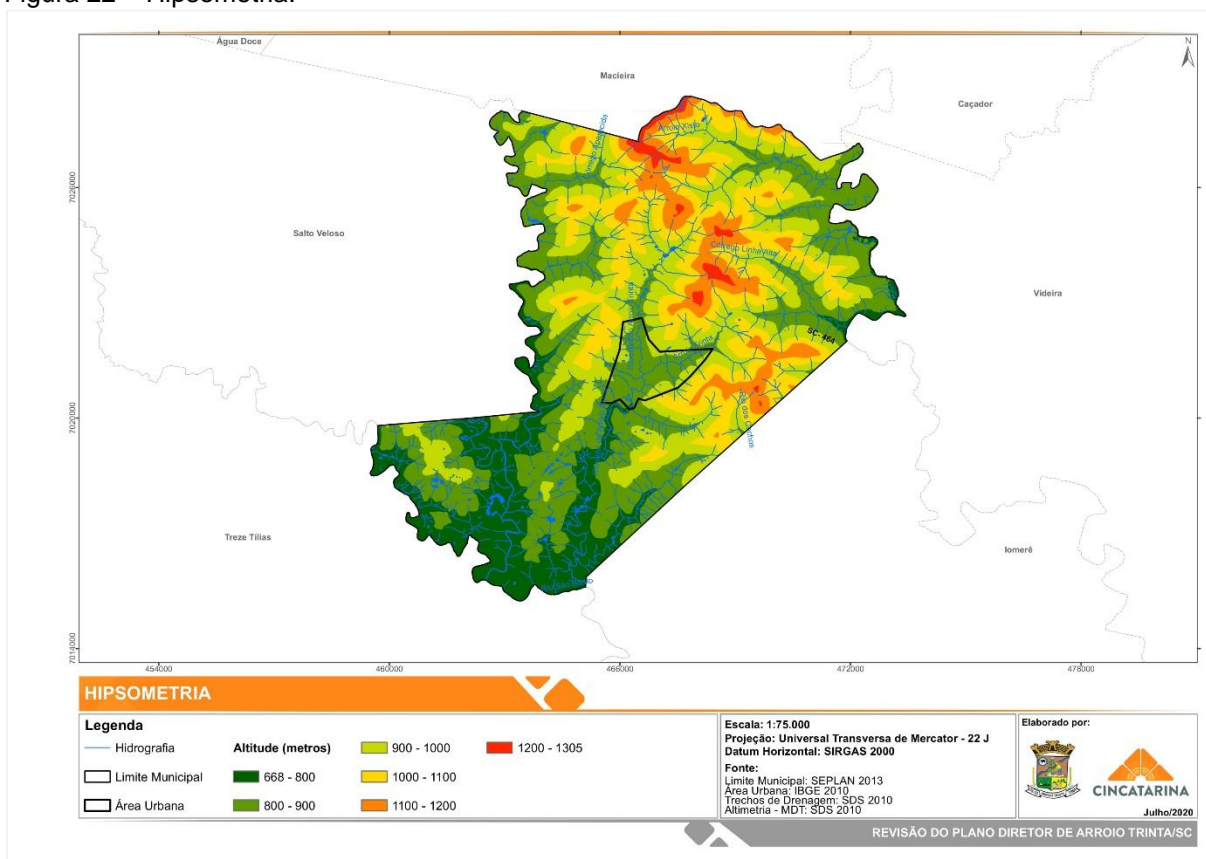
A hipsometria é a representação das elevações de uma determinada área através das cores, as quais possuem uma equivalência com a topografia demonstrada.

No planejamento urbano, o cartograma de hipsometria auxilia na definição das áreas passíveis para instalação de novos loteamentos, verificação de zonas que demandam zoneamentos especiais, determinação de tipologias construtivas que visem melhor conforto ambiental as edificações futuramente instaladas, além disso, são necessários para análises dos sistemas como abastecimento, tratamento e coleta de esgoto e drenagem pluvial, dentre outros sistemas relacionadas à infraestrutura urbana.

Os locais que apresentam tonalidades mais escuras são equivalentes aos pontos mais altos de Arroio Trinta, conforme apresentada nas legendas da Figura 22 (Apêndice 11). Nota-se, que dentro da área de abrangência do município encontra-se uma diferença de mais de 630 m de altitude, sendo os pontos mais elevados do município estão situados predominantemente no sentido norte (N).

¹⁰ Lei Estadual nº 17.492, de 22 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais.

Figura 22 – Hipsometria.



Fonte: CINCATARINA (2020)

As faixas de altitude entre 1200 - 1305 m estão situadas na porção norte de Arroio Trinta, na divisa com o município de Macieira, bem como ao centro-leste da área de abrangência do município. Já as faixas com altitude entre 1100 - 1200 m transpassam o município em um faixa no sentido norte-leste. As faixas de 1000 - 1100 m e de 900 - 1000 m apresentam-se de forma paralela a anterior e nos mesmos sentidos. As altitudes compreendidas nas faixas de 800 - 900 m estão situadas ao nordeste no sentido do município de Videira, ao leste no sentido do município de Salto Veloso, ao sul no sentido do município de Treze Tílias, ao sudeste no sentido do município Iomerê e ao centro na área urbana do município. E, por último temos as faixas de 668 - 800 m que situada predominantemente ao sentido sul do município e ao nordeste.

3.5 Patrimônio histórico e cultural

O conceito de patrimônio é descrito no Art. 216 da Constituição Federal, que além de defini-lo, também estabelece em seu § 1º ao poder público juntamente com

a comunidade a obrigação de mantê-lo, identificá-lo, tombá-lo e tomar as demais medidas cabíveis a seu respeito. A proteção e conservação dos bens do patrimônio municipal são essenciais para a manutenção da memória e cultura locais.

A colonização de Arroio Trinta teve início por volta de 1923 com a chegada de famílias de agricultores de origem italiana, vindos principalmente de Treviso, distrito de Urussanga, no sul do estado. No período o local chama-se Encruzilhada e pertencia a Perdizes, atualmente município de Videira. (ARROIO TRINTA, 2019)

A emancipação do município ocorreu em 1961, por meio da lei estadual nº 73 de dezembro de 1961 que desmembrou seu atual território do município de Videira.

Analisando os atrativos culturais do município, em relação às festividades típicas principais, tem-se: a Festività all italiana, evento que tem por objetivo principal resgatar, preservar e divulgar a cultura italiana.

Para a realização de eventos culturais, Arroio Trinta conta com: o Espaço Cultural Gustavo Falchetti que tem objetivo de abrigar os eventos culturais do município; o Clube Cruzmaltino que possui um restaurante para realização de eventos e cancha de bocha e bolão e; a Casa da Cultura e Museu do Colonizador, na Figura 23, que apresenta uma arquitetura inspirada nas casas dos primeiros colonizadores italianos, sendo encontrados ali objetos históricos, bem como são realizados os ensaios dos grupos folclóricos e aulas de língua italiana.

Figura 23 - Casa da Cultura e Museu do Colonizador.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Em relação aos atrativos turísticos Arroio Trinta, apresenta: o Portal Turístico no acesso da cidade, na Figura 24, em formato da Ponte Rialto, Veneza, Itália com um bosque para caminhadas; a Passarela do Cinquentenário construída sobre o Arroio Trintinha, no local que era o ponto de encontro de tropeiros; a Igreja Matriz Nossa Senhora dos Campos; a Praça do Imigrante que teve a intenção de homenagear os imigrantes italianos; além do Monumento do Colonizador e do Monumento a Bíblia.

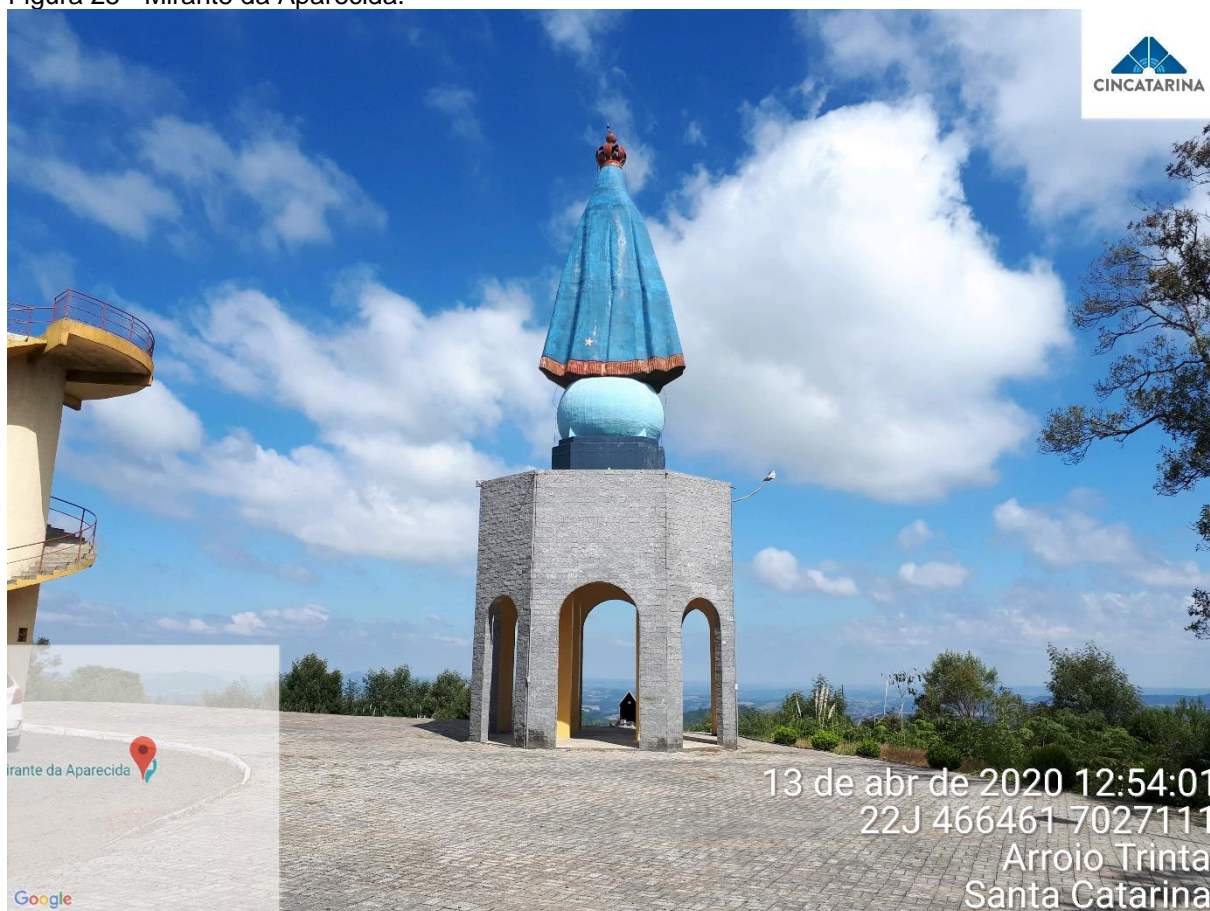
Figura 24 – Portal turístico.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Em relação às belezas naturais, o município conta com a Gruta da Cova da Iria, na Linha Passoni distante a 3 km da área central, cuja gruta possui imagens representando o aparecimento da Nossa Senhora de Fátima. E, o Mirante da Aparecida, na Figura 25, localizado a aproximadamente 8 km da cidade, o local possui uma imagem em homenagem a Nossa Senhora Aparecida que atrai o turismo religioso e uma rampa para a prática de voos livres.

Figura 25 - Mirante da Aparecida.



Fonte: CINCATARINA (2020)

Para proteção do patrimônio histórico e cultural, Arroio Trinta não possui legislação que promova o tombamento de bens de interesse históricos ou culturais. Todavia, a lei municipal nº 1.900/2019, que criou Sistema Municipal de Cultura, dispõe diretrizes iniciais para a preservação e divulgação dos bens culturais e históricos de Arroio Trinta.

Foi concluído que o município não apresenta legislação referente ao tombamento de bens históricos e culturais, contudo, há legislações que traçam diretrizes para seu desenvolvimento. Já em relação ao âmbito estadual ou federal, nos cadastros de bens tombados pela Fundação Catarinense de Cultura - FCC e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no ano de 2020, não foram encontrados registros.

Além disso, foi diagnosticado que as suas festividades típicas estão relacionadas à cultura de seus colonizadores, fato que auxilia na manutenção e perduração de costumes e tradições locais.

LEITURA COMUNITÁRIA

A leitura comunitária foi elaborada incorporando às diversas técnicas utilizadas no planejamento urbanístico, tornando o processo de revisão da legislação mais efetivo e dinâmico, apoiado na participação popular e de membros da sociedade civil e respeitando os princípios fundamentais do planejamento integrado: conhecer, compreender, julgar e intervir.

Para confecção desta leitura comunitária, optou-se pela compilação dos dados recolhidos durante reuniões comunitárias, palestra técnica e questionários online, compilando as informações em tabelas e textos. Por conseguinte, este documento constitui um histórico das atividades realizadas, com os técnicos da comissão de revisão do plano diretor, os quais representam as diversas entidades e órgãos participantes, bem como, da comunidade presente nas reuniões comunitárias.

Neste sentido, vale ressaltar, que os documentos constituintes deste relatório englobam a visão da comunidade, assim como a dos técnicos do município e da comissão de revisão. Valendo-se que todo o material produzido, fornecerá uma gama de conhecimento que irá auxiliar nas tomadas de decisões e/ou argumentações necessárias ao processo de construção das próximas etapas do processo de revisão.

Cabe ainda ressaltar que o intuito deste material é manter a plena transparência nos processos, bem como, demonstrar a efetiva participação popular no planejamento urbano do município de Arroio Trinta.

4 PARTICIPAÇÃO POPULAR

4.1 Palestra técnica

Esta etapa busca capacitar a comissão e os técnicos do município, envolvidos no processo de revisão do Plano Diretor, além de coletar dados do município, dando início ao conhecimento e reconhecimento dos temas a serem estudados.

A palestra técnica, é um evento de nivelamento direcionado aos integrantes da comissão de revisão do Plano Diretor, a qual para Arroio Trinta foi nomeada através do Decreto nº 1969/2020 (ANEXO I), e membros do poder executivo, como forma de capacitação baseado no conhecimento e entendimento da realidade municipal, além de propostas para ações que irão compor a revisão do Plano Diretor.

Na palestra técnica realizada no dia 26 de outubro de 2021, com início às 14h00min e término às 14h50min, transmitido pela plataforma Microsoft Teams, participaram 4 membros da comissão de revisão do Plano Diretor.

A programação do evento ocorreu com a apresentação de temas relacionados ao planejamento urbano e a revisão do Plano Diretor e, em sequência foi repassado um link para o preenchimento do questionário técnico. Durante a realização, buscou-se compreender os anseios de cada participante no que tange a cidade almejada.

Os assuntos explanados pela equipe técnica do CINCATARINA no dia do evento, foram:

- Imagem da cidade: tratando dos temas de uso misto, parâmetros urbanísticos, adensamento populacional, questionamento referente a imagem da cidade desejada e explanação dos benefícios dos instrumentos da fachada ativa e fruição pública;
- Espaços públicos e mobilidade urbana: tratando dos temas relacionados às calçadas, a arborização e sua contribuição para a qualidade do ar, bem como, a importância do mobiliário urbano e o modo como ambos influenciam na qualidade de vida da população, além disso, foram tratados os temas relacionados ao transporte público, modais ativos, acessibilidade e modelos de estacionamentos adequados a cada situação;
- Preservação, cultura e lazer: tratando dos temas referentes ao patrimônio cultural e sua importância na história do município, bem como, a

relevância dos atrativos rurais, turismo e a realização de eventos comunitários para interação e participação da população e de visitantes na cidade.

Os materiais apresentados no evento, como apresentação (ANEXO II), questionário aplicado (ANEXO III), ata da reunião (ANEXO IV) e lista de presença (ANEXO V) estão dispostos nos anexos do presente documento. Abaixo segue os registros da reunião:

Figura 26 - Fotos – Palestra Técnica.



Plano Diretor

O Plano Diretor engloba princípios e regras orientadoras para o município como um todo. A Elaboração/Revisão do Plano Diretor é o **principal instrumento para o planejamento da cidade que queremos.**

O Plano Diretor é uma política de estado e não de governo.

A cidade acontece e cresce o tempo todo.

SS
Stella Stefane Silveira

Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 27 - Fotos – Palestra Técnica.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 28 - Fotos – Palestra Técnica.

Ambientes convidativos

A qualidade dos espaços públicos os valorizam, promovendo uma série de consequências sociais e econômicas.

As pessoas são atraídas por locais onde elas se sintam mais à vontade e que gerem um sentimento de pertencimento. Os empreendimentos também são atraídos por locais bem estruturados, mantidos e administrados.

63% Gostariam de ter próximo a sua residência locais públicos de lazer



Até 25/10/2021

Qualidade dos espaços públicos de lazer existentes



Até 25/10/2021






Fonte: CINCATARINA (2021)

O envolvimento, através da participação dos agentes na palestra técnica, é de suma importância para o processo de revisão do Plano Diretor do município, vinculado aos processos iniciais de explanação e discussão sobre as perspectivas futuras para o planejamento do município.

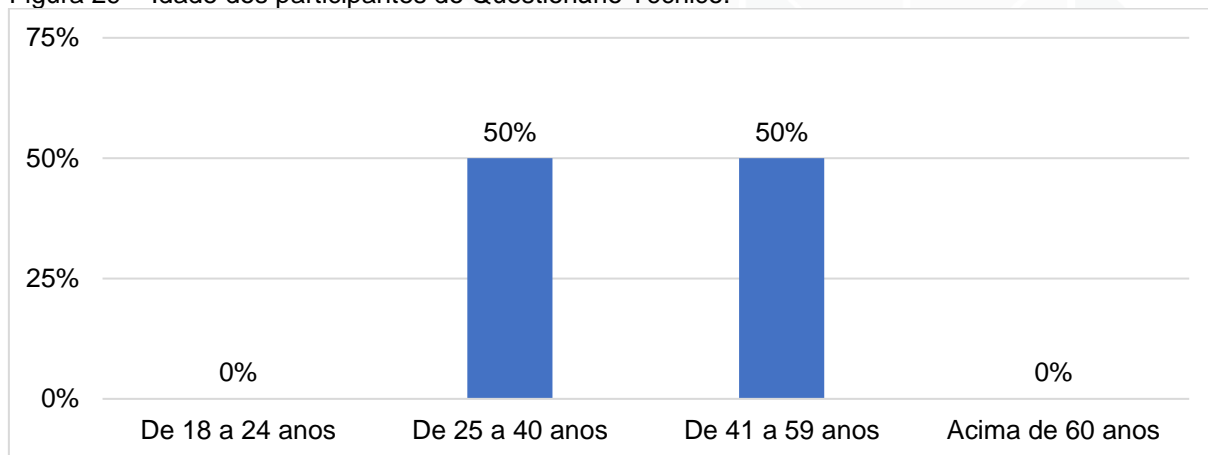
4.1.1 Resultado do questionário aplicado a comissão de revisão

O questionário técnico foi disponibilizado para preenchimento, por meio do link <https://forms.gle/w2Mb5v3XLkZzqf9v8>, a todos os membros da comissão de revisão do Plano Diretor, de forma online, sendo que, dos 8 membros da comissão, obteve-se 4 participações.

As contribuições recolhidas por meio do questionário técnico, foram analisadas buscando identificar as similaridades mediante aos anseios dos membros da comissão, sobre temas relevantes para a elaboração da revisão do Plano Diretor. As respostas apresentadas neste documento foram recebidas entre 26 de outubro e 05 de novembro de 2021, data estabelecida para o fechamento das contribuições. Os resultados estão apresentados através de análises de respostas e gráficos resultantes, juntamente a suas questões.

Em relação ao local de residência dos participantes, todos (100%) informaram que residem no Centro do município de Arroio Trinta. Já, em relação à faixa etária dos participantes, houve empate no percentual de 50% para faixas de 25 a 40 anos e 41 a 59 anos, como mostra a Figura 29.

Figura 29 – Idade dos participantes do Questionário Técnico.



Fonte: CINCATARINA (2021)

A comissão foi questionada, sobre a imagem da cidade, conforme apresentado na Figura 30, onde foram elencadas imagens que mostram situações relacionadas a ventilação e insolação dos edifícios e sua relação com a morfologia da cidade.

Averiguando as escolhas dos técnicos, percebe-se total identificação com modelos que ofertem melhor condicionamento térmico, diversificação de volume, maior quantidade de espaços verdes e áreas de médio a baixo adensamento ocupacional.

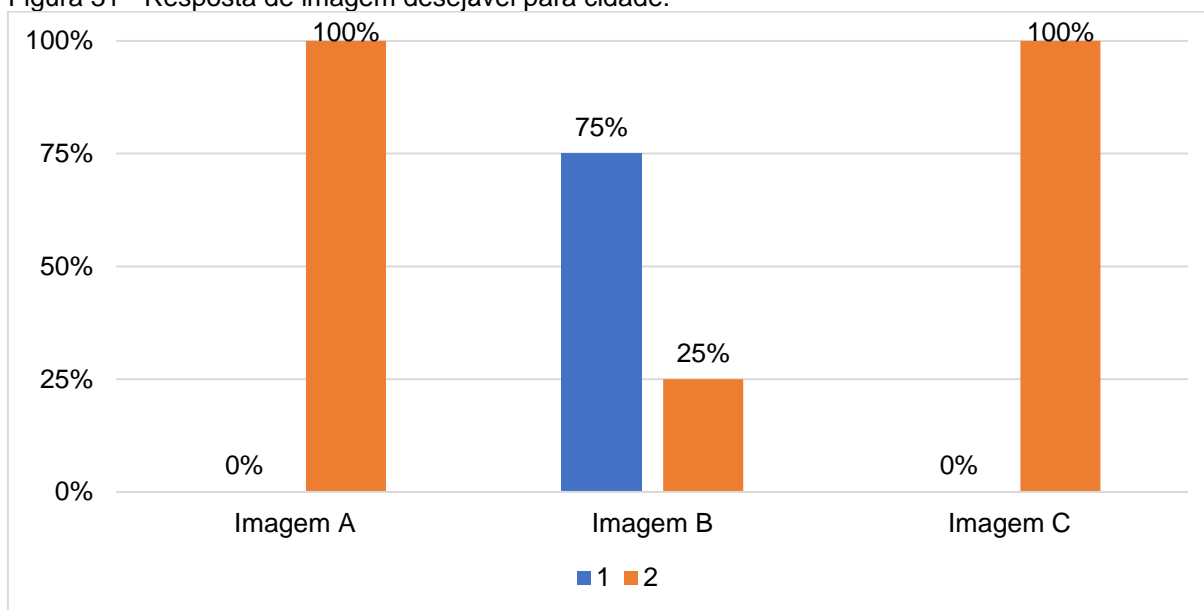
Figura 30 – Imagem desejável para cidade:



Fonte: CINCATARINA (2021)

As respostas acerca do condicionamento térmico e ocupacional para o meio urbano, referente à questão da Figura 30, demonstram que a imagem “A” obteve 100% de aprovação no item 1, na imagem “B” o item 1 obteve 75% dos votos e na imagem “C” o item 2 alcançou 100% dos votos, tais resultados estão dispostos na Figura 31, identificando que os participantes desejam uma cidade com maior conforto térmico e com ocupações de maior qualidade no que se refere a ventilação e iluminação do espaço da edificação e do entorno.

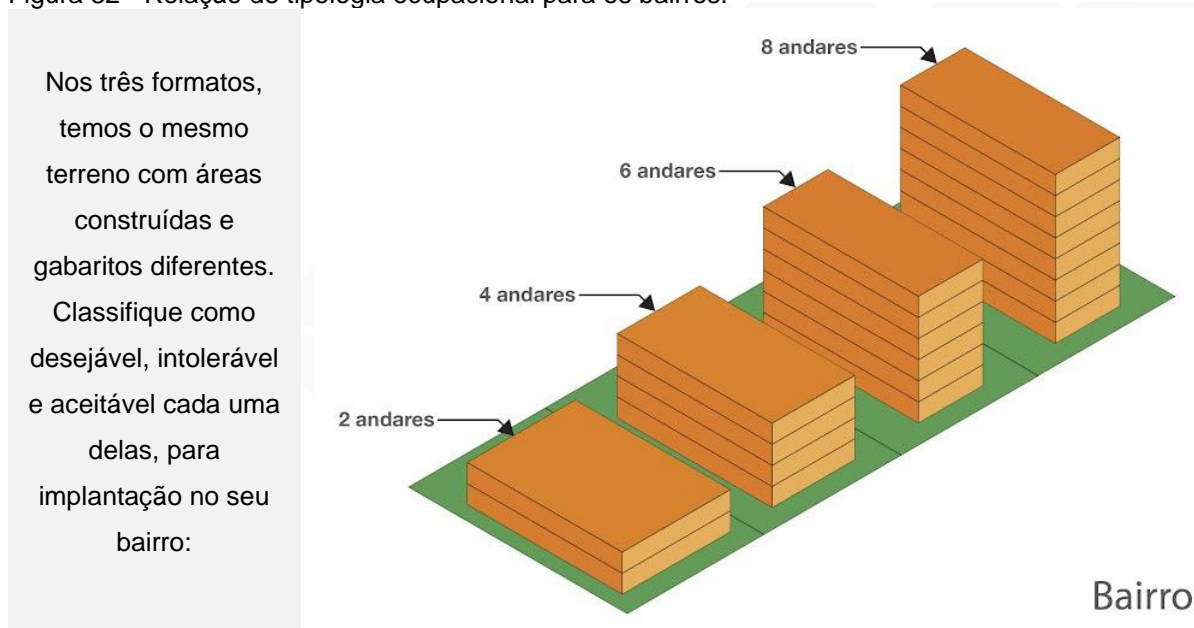
Figura 31 - Resposta de imagem desejável para cidade:



Fonte: CINCATARINA (2021)

A questão representada na Figura 32, busca compreender a tipologia ocupacional para os bairros no que se refere a gabarito e afastamentos, considerando uma mesma área construída e terreno. Questionando ao participante qual modelo é desejável, intolerável e aceitável para o seu bairro: 2 andares, 4 andares, 6 andares, 8 andares ou mais de 8 andares; ressaltando que nesta metodologia quanto maior o gabarito maior serão os afastamentos.

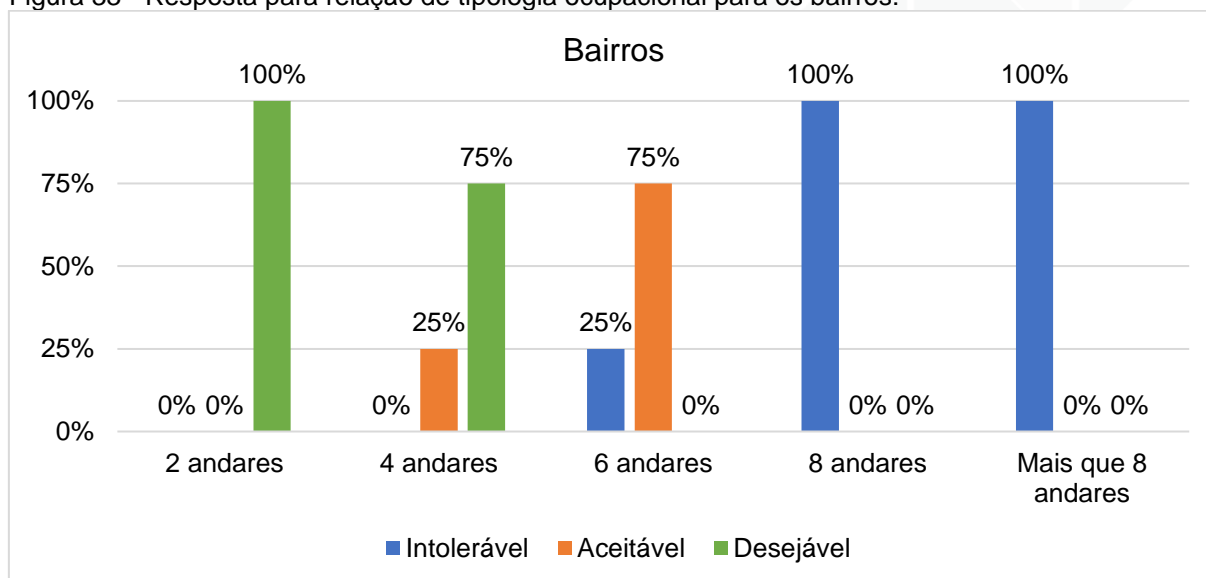
Figura 32 - Relação de tipologia ocupacional para os bairros:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Na Figura 33, estão expostos os resultados da tipologia ocupacional para os bairros dos participantes, o modelo de 2 andares apresentou-se como o mais desejável por 100% das respostas, seguido pelo modelo de 4 andares indicado por 75% das respostas. O modelo mais aceitável indicado por 75% dos participantes foi o de 6 andares. Os modelos com mais de 8 pavimentos e com 8 pavimentos foram considerados intoleráveis por 100% dos participantes. Além disso, observando os resultados, fica evidente o desejo de diversificação de volumes nos bairros, contudo, desde que haja preservação da imagem da cidade e restrição para edificações acima de 8 andares.

Figura 33 - Resposta para relação de tipologia ocupacional para os bairros:

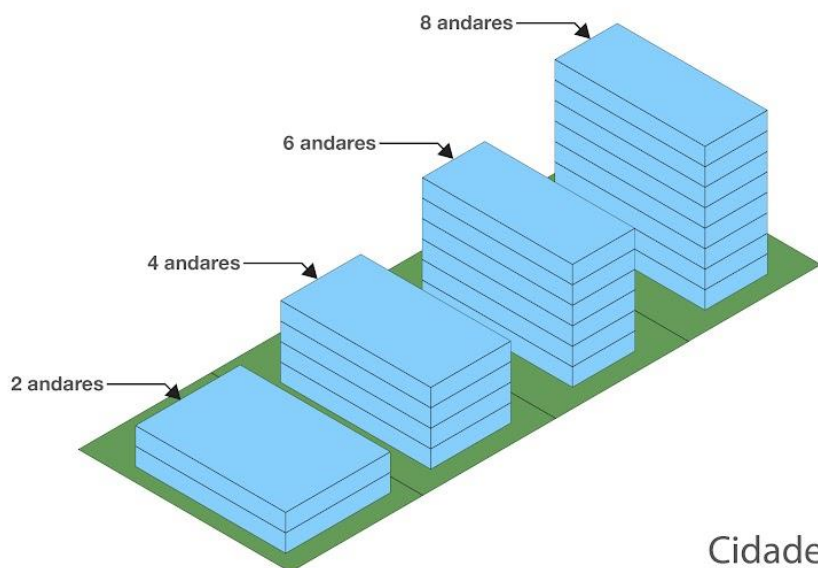


Fonte: CINCATARINA (2021)

A questão representada na Figura 34, busca compreender a tipologia ocupacional para a área central de Arroio Trinta no que se refere a gabarito e afastamentos, considerando mesma área construída e terreno, questionando qual modelo é desejável, intolerável e aceitável para a área central: 2 andares, 4 andares, 6 andares, 8 andares ou mais de 8 andares.

Figura 34 - Relação de tipologia ocupacional para área central:

Nos três formatos, temos o mesmo terreno com áreas construídas e gabaritos diferentes. Classifique como desejável, intolerável e aceitável cada uma delas, para implantação no centro da cidade:



Fonte: CINCATARINA (2021)

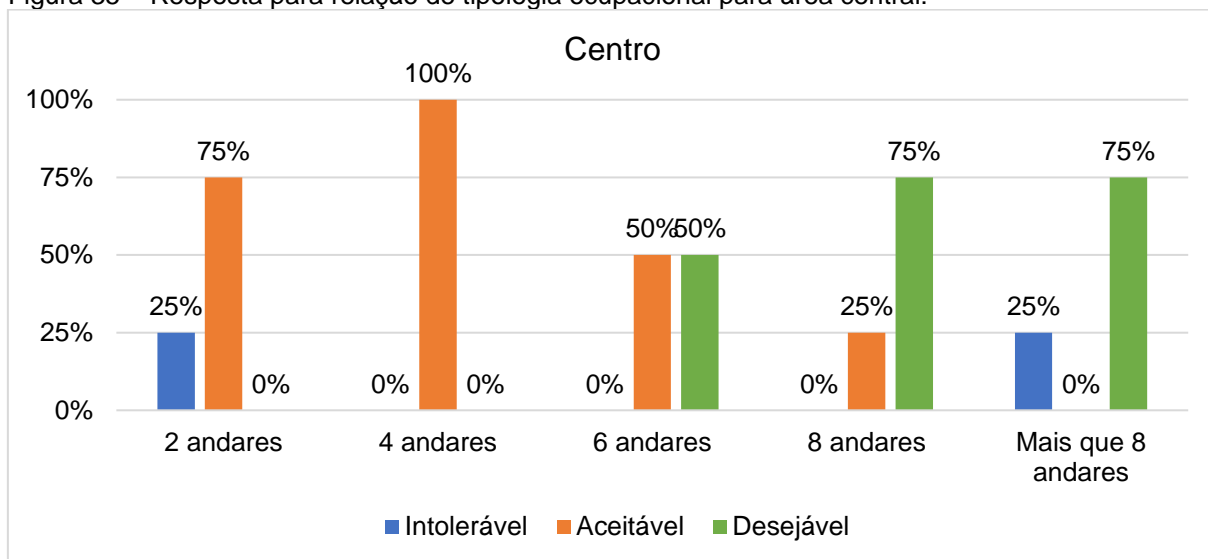
As respostas acerca da tipologia ocupacional para área central, referente à questão da Figura 34, demonstram que os modelos de mais de 8 andares e 8 andares apresentaram-se como o mais desejáveis, com empate no percentual de 75% das respostas.

O modelo mais aceitável indicado por 100% dos participantes foi o de 4 andares, seguido pelo de 2 andares, com aceitabilidade de 50% dos participantes.

Os modelos com mais de 8 andares e 2 andares foram considerados intoleráveis por 25% dos participantes, contudo, verificou-se que nenhuma das opções foi considerada majoritariamente intolerável.

Deste modo, observando os resultados, fica evidente o desejo dos participantes pela verticalização das edificações na área central de Arroio Trinta, desde que preservem a imagem da cidade e garantam a continuidade de um crescimento dentro da realidade do município.

Figura 35 – Resposta para relação de tipologia ocupacional para área central:



Fonte: CINCATARINA (2021)

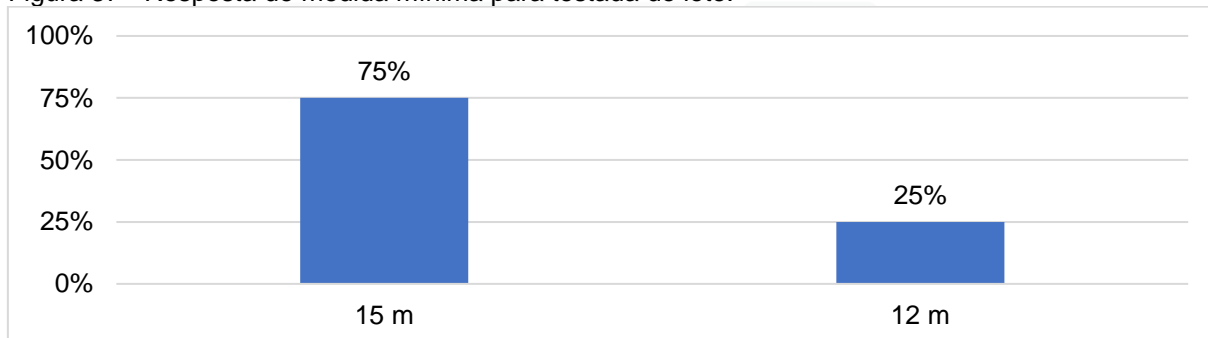
Em relação a dimensão mínima das testadas dos terrenos, os participantes da comissão foram questionados qual a dimensão mínima desejada para a testada dos terrenos (Figura 36). Segundo 75% dos participantes, a frente mínima favorável para os terrenos seria de 15 m, conforme demonstrado no resultado da Figura 37.

Figura 36 – Medida mínima para testada do lote:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 37 - Resposta de medida mínima para testada do lote:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Os participantes foram questionados sobre a aceitação de se construir paredes cegas no recuo frontal e nas divisas (laterais e de fundos), conforme exemplo da Figura 38. Os resultados apresentados na Figura 39, apontam que a construção de paredes cegas em recuos frontais, foi considerada intolerável por 100% dos respondentes, enquanto, a construção de parede cega em divisas laterais e de fundos é aceitável por 75% dos participantes.

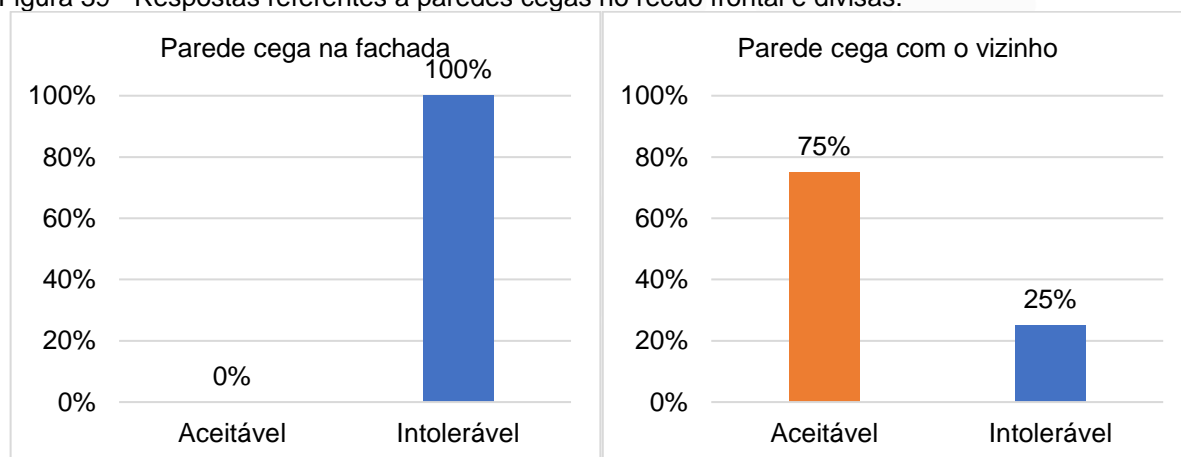
Figura 38 – Parede cega no recuo frontal e divisas.

A parede cega impossibilita a ventilação e insolação das edificações em seu entorno. Analisando a imagem abaixo, qual é sua opinião:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 39 - Respostas referentes a paredes cegas no recuo frontal e divisas.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Os participantes também foram questionados se consideravam desejável, aceitável ou intolerável a construção de rampas para acesso de veículos em toda largura das calçadas, criando degraus, conforme o exemplo da Figura 40, utilizado na questão. Conforme os resultados da Figura 41, 75% das respostas consideraram intolerável o uso de rampas desta maneira.

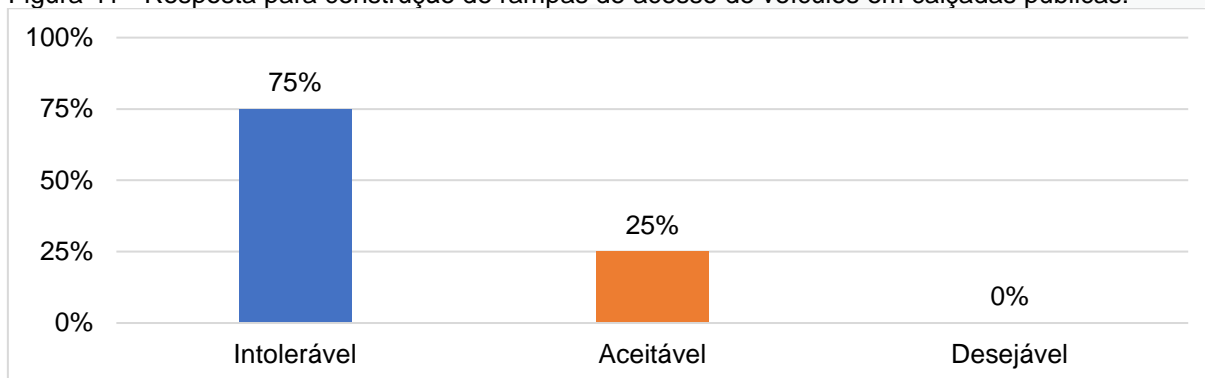
Figura 40 - Rampas para acesso de veículos em calçadas públicas:

Na cidade todos temos o direito de ir e vir. Observando a imagem, percebemos que cada acesso de veículo utiliza a calçada pública como rampa particular. No seu ponto de vista isto é:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 41 - Resposta para construção de rampas de acesso de veículos em calçadas públicas:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Na Figura 42, questionou-se em relação ao uso misto comercial e residencial e a sua relação com a segurança e atratividade e pedestres as ruas, onde os participantes deveriam informar se consideravam desejável, aceitável ou intolerável, itens relacionados a este aspecto.

Iniciando com a existência de vitrines nas fachadas, a qual foi considerada desejável por 75% das respostas. A arborização adequada, as calçadas acessíveis e padronizadas, foram consideradas desejáveis por 100% as respostas.

A possibilidade de toldos avançarem sobre as calçadas para auxiliar na circulação e disponibilização de mostruário fora das lojas foram consideradas aceitáveis por 50% das respostas, demonstrando que não há total concordância com a aplicação destes itens.

Já a disponibilização de lixeiras e bancos, foi considerada aceitável por 50% dos respondentes e desejável pelo outros 50% dos respondentes, havendo aceitação para sua aplicação.

O único item considerado predominantemente intolerável foi a disponibilização de mesas nas calçadas, por 75% dos participantes.

Ao final, notamos que a comissão se mostra interessada em criar ruas mais seguras para a circulação ativa, com calçadas padronizadas, arborização adequada, lixeiras e bancos bem executados, bem como, com previsão de acessibilidade, conforme resultado exposto na Figura 43.

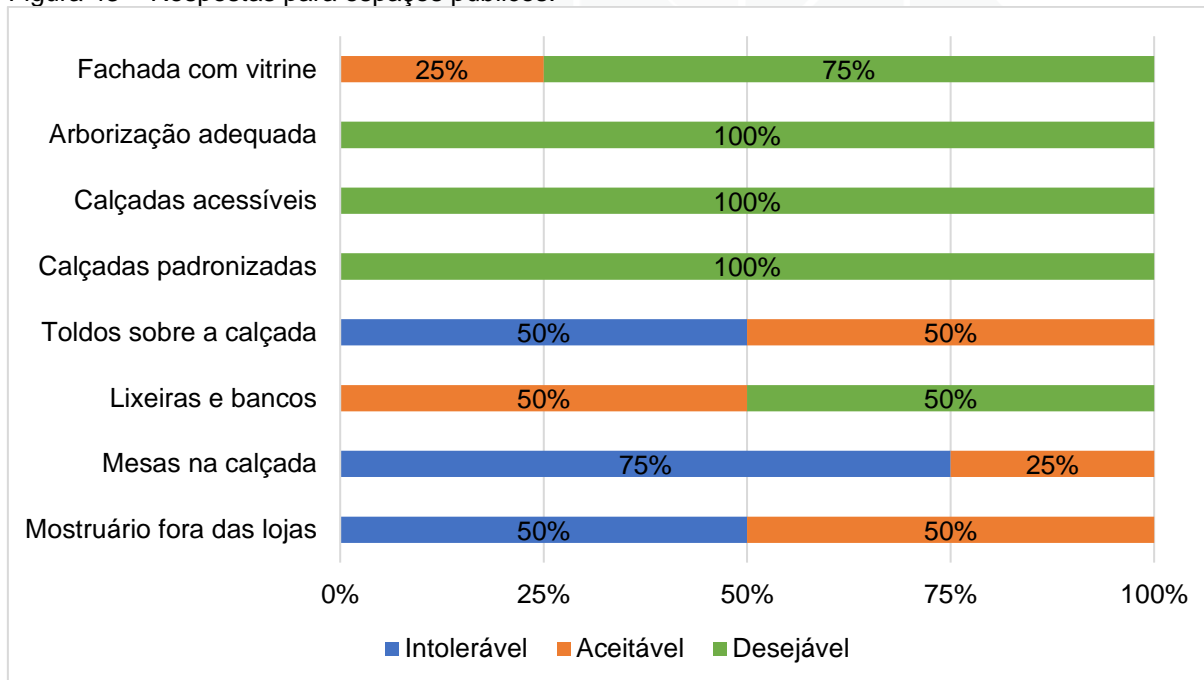
Figura 42 – Espaços públicos:



O uso misto comercial e residencial traz a segurança das ruas, aumentando a circulação de pedestres em diversos horários. Para que o caminho a pé se torne atrativo, classifique os itens abaixo:

Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 43 – Respostas para espaços públicos:



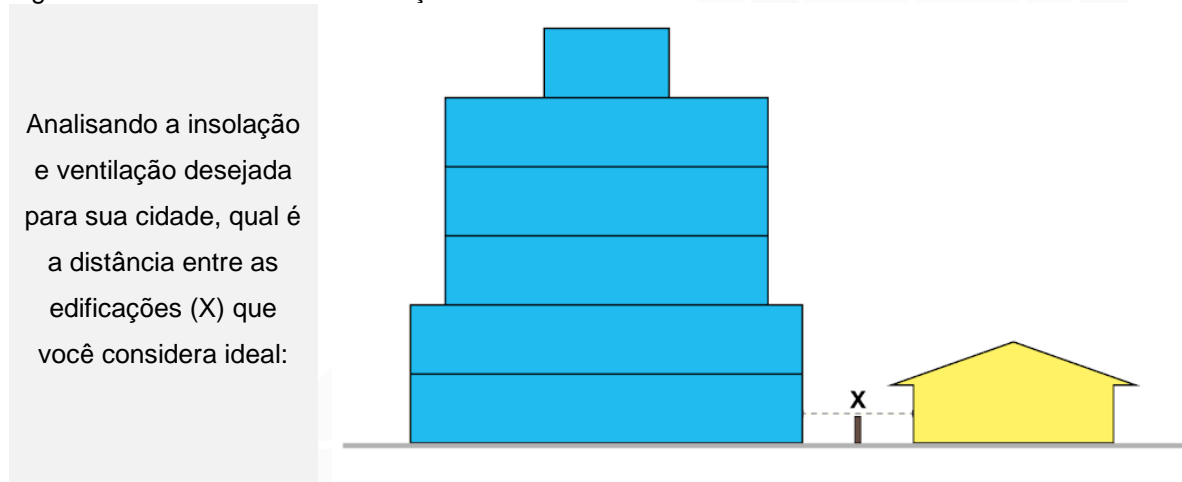
Fonte: CINCATARINA (2021)

Os membros da comissão foram questionados também em qual a distância que se considera ideal deixar entre edificações, considerando a insolação e ventilação

do ambiente. E, conforme os resultados expostos na Figura 45, 100% dos participantes consideram que a distância ideal entre edificações é de 3 m.

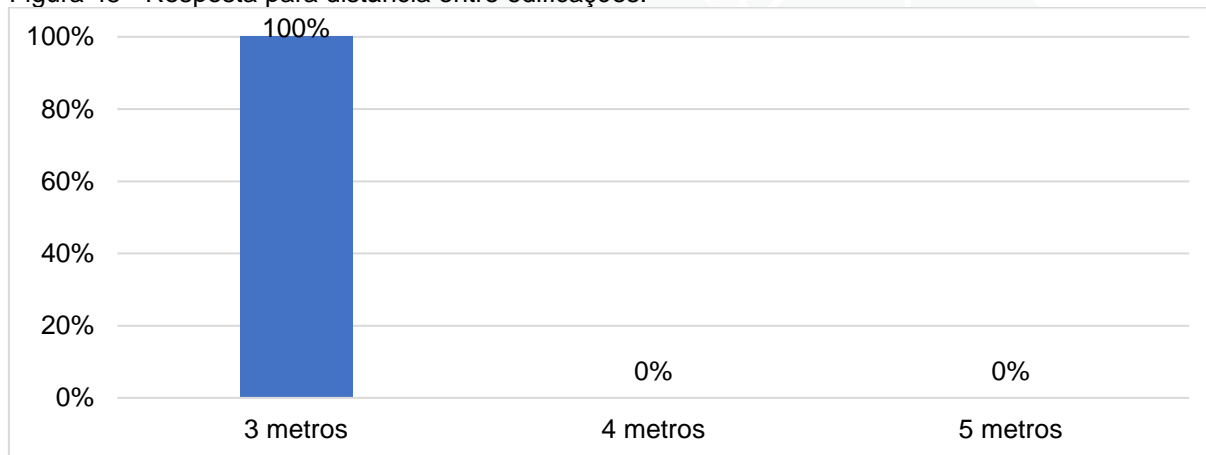
Identificando a importância de se manter uma distância adequada entre edificações para que estas tenham iluminação e ventilação suficiente ao bem-estar dos usuários.

Figura 44 – Distância entre edificações:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 45 - Resposta para distância entre edificações:

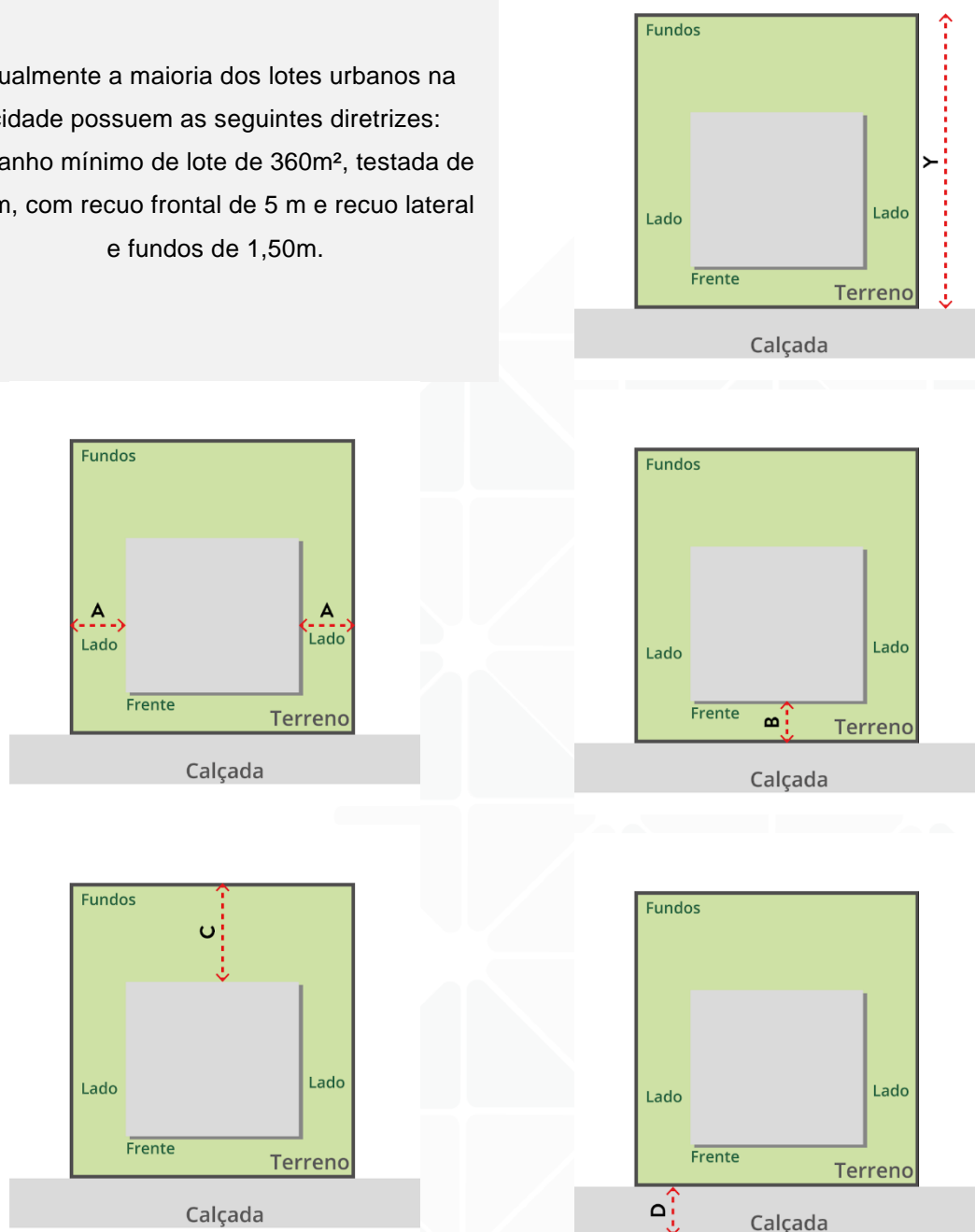


Fonte: CINCATARINA (2021)

Seguindo para a questão da Figura 46, são averiguados os aspectos de recuos frontais, laterais e fundos, bem como, testada e profundidade dos lotes, além disso, também é questionada a largura ideal para calçadas.

Figura 46 – Medidas para profundidade de lotes, afastamentos laterais e de fundos, recuo frontal e calçada:

Atualmente a maioria dos lotes urbanos na cidade possuem as seguintes diretrizes: tamanho mínimo de lote de 360m², testada de 12 m, com recuo frontal de 5 m e recuo lateral e fundos de 1,50m.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Os resultados apresentados na Figura 47, indicam que 50% dos respondentes preferem lotes com 30 m de profundidade. Os valores para afastamentos laterais foram questionados e 75% dos participantes apontaram com ideal afastamentos de 1,50 m. Igualmente, foi questionado sobre a dimensão mínima para o recuo frontal da edificação que apontou a preferência do afastamento de 3 m por parte de 50% dos respondentes. Ainda, foi questionado aos participantes em relação a dimensão para

o afastamento dos fundos, cujo resultado apontou um equilíbrio entre as respostas. E, em relação ao tamanho mínimo para as calçadas, 75% dos participantes preferiram 2 m de medida, o que está de acordo com as normas vigentes da ABNT.

Figura 47 – Respostas para medidas para profundidade de lotes, afastamentos laterais e de fundos, recuo frontal e calçada:



Fonte: CINCATARINA (2021)

A questão da Figura 48, visa identificar a altura ideal das edificações pela visão dos membros da comissão de revisão, considerando a quantidade de pavimentos. Os valores elencados pelos participantes estão dispostos na Figura 49, sendo preferencial a altura de 12 pavimentos por 50% dos entrevistados, entretanto, os demais membros apresentaram respostas com valores diversos, identificando-se a necessidade de diversificação da altura das edificações.

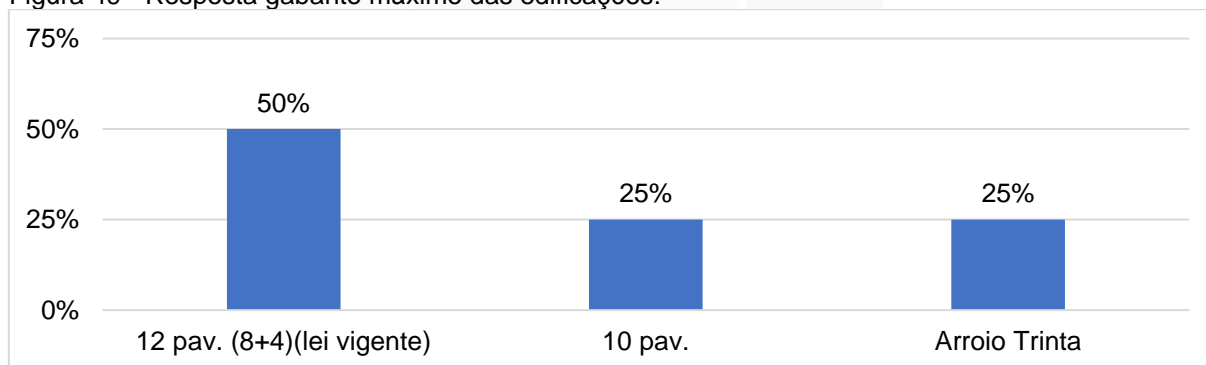
Figura 48 – Gabarito máximo das edificações:

A paisagem da cidade é composta por diversas volumetrias, as quais devem ornar com a cidade em que estão inseridas. Em sua opinião, qual é o número máximo de pavimentos "H" que você julga ideal para a cidade?



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 49 - Resposta gabarito máximo das edificações:



Fonte: CINCATARINA (2021)

A Figura 50, apresenta as respostas referentes à quais pontos positivos os participantes observam em sua cidade, sendo apontado, no geral, a existência de áreas para expansão e exploração, a densidade demográfica baixa, o lazer, a educação e a saúde.

Figura 50 – Respostas sobre pontos positivos da cidade:

Quais são os maiores pontos positivos que você encontra na sua cidade para o desenvolvimento urbano?

1. Ainda há várias áreas disponíveis para serem exploradas.
2. Densidade demográfica baixa!
3. Lazer, educação e saúde.
4. Muita área para expansão.

Fonte: CINCATARINA (2021)

Os membros da comissão foram questionados também sobre os maiores pontos negativos que implicam no desenvolvimento urbano do município e, neste aspecto, os respondentes apontaram a burocracia e falta de adequação da legislação para a realidade da cidade, a topografia, a falta de calçadas adequadas, de pista caminhadas e de ciclismo, bem como, de arborização e praças e, ainda, a existências de ruas estreitas, conforme exposto nas respostas da Figura 51.

Figura 51 – Respostas sobre pontos negativos da cidade.

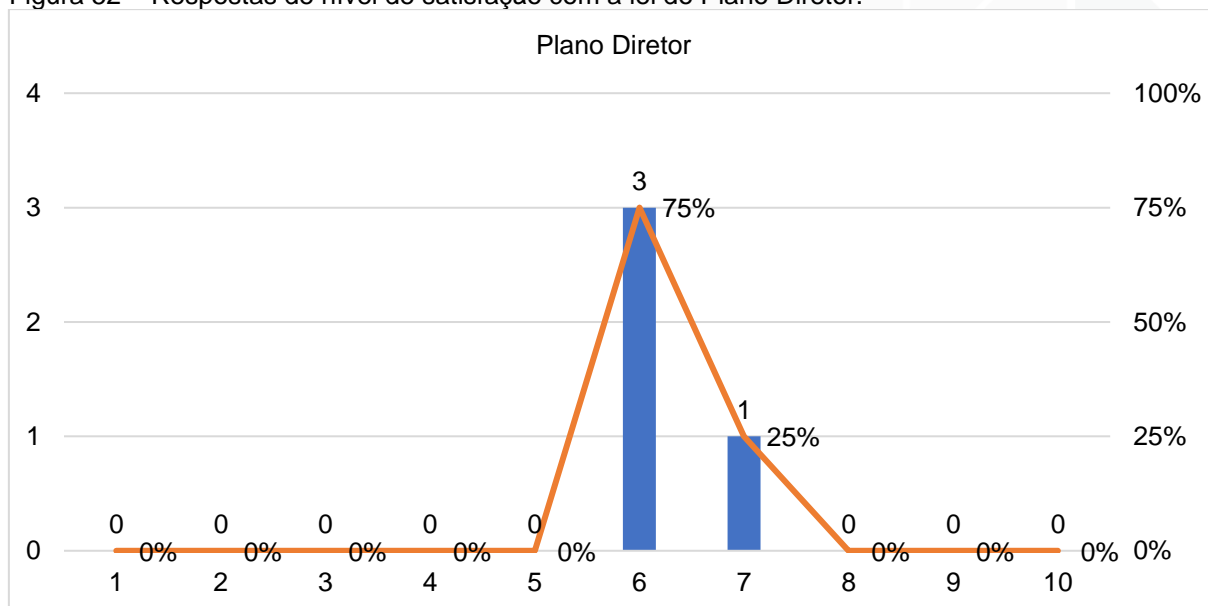
Quais são os maiores pontos negativos que você encontra na sua cidade que implicam no seu desenvolvimento urbano?

1. Algumas burocracias da legislação. Em vários locais a topografia não é ideal, a qual diante de investidores, a legislação que é muitas vezes generalizada não se adapta a nossa realidade.
2. Calçadas.
3. Falta de calçadas adequadas e pistas caminhadas e ciclismo arborização e praças.
4. Ruas estreitas!

Fonte: CINCATARINA (2021)

Na Figura 52, é apresentado em uma escala de 1 a 10, o nível de satisfação dos participantes da comissão referente à lei do Plano Diretor, onde 75% das respostas apresentaram nota 6, sendo que a média do nível de satisfação com a lei vigente, foi de 6,25.

Figura 52 – Respostas de nível de satisfação com a lei do Plano Diretor.

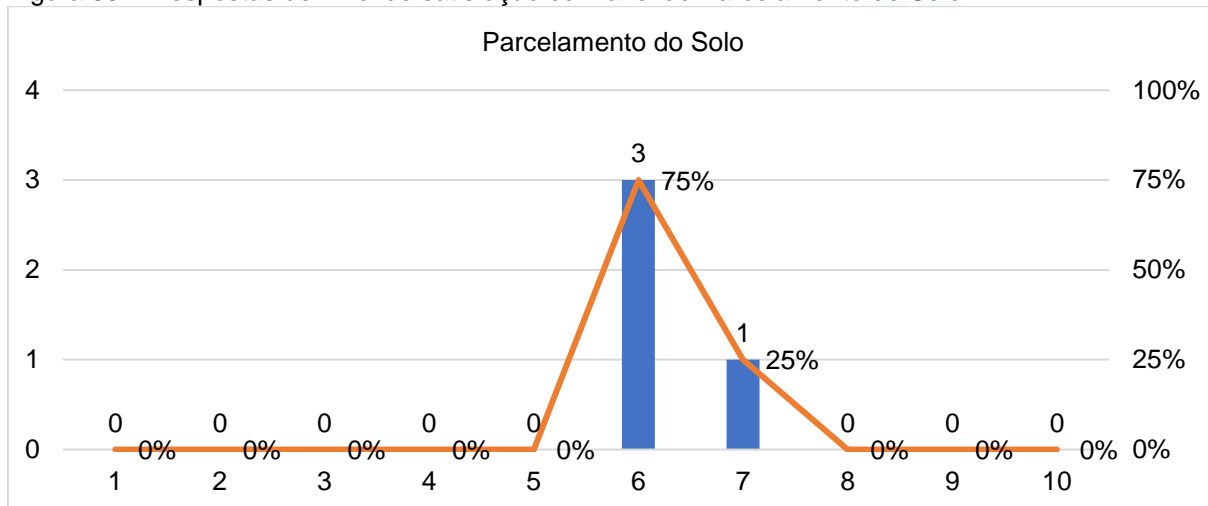


Fonte: CINCATARINA (2021)

Na Figura 53, é apresentado em uma escala de 1 a 10, o nível de satisfação dos participantes da comissão referente à lei de Parcelamento do Solo, onde 75% das

respostas apresentaram nota 6, sendo que a média do nível de satisfação com a lei vigente, foi de 6,25.

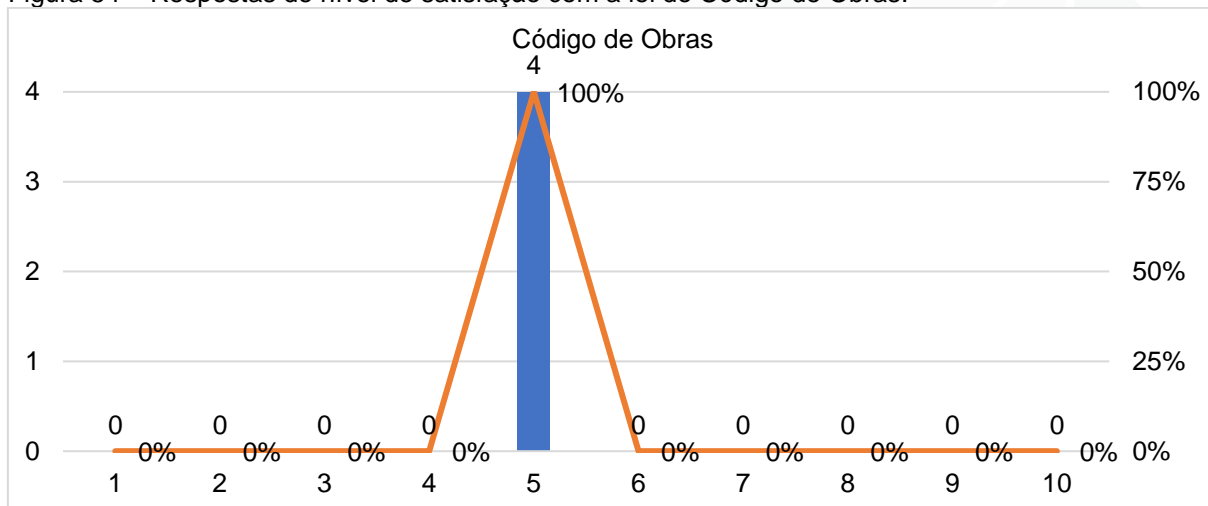
Figura 53 – Respostas de nível de satisfação com a lei de Parcelamento do Solo.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Na Figura 54, é apresentado em uma escala de 1 a 10, o nível de satisfação dos participantes da comissão referente à lei do Código de Obras, onde todas as respostas apresentaram nota 5.

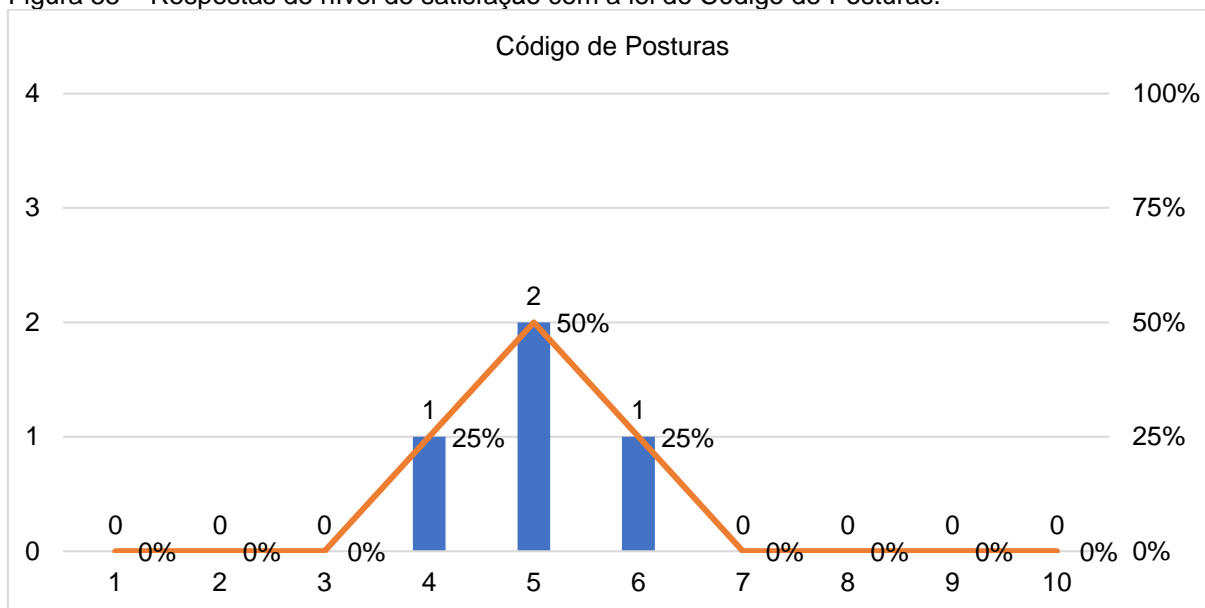
Figura 54 – Respostas de nível de satisfação com a lei do Código de Obras.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Na Figura 55, é apresentado em uma escala de 1 a 10, o nível de satisfação dos participantes da comissão referente à lei do Código de Posturas, onde 50% das respostas apresentaram nota 5, sendo que a média do nível de satisfação com a lei vigente, foi dos mesmos 5 pontos da escala.

Figura 55 – Respostas de nível de satisfação com a lei do Código de Posturas.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Os participantes tiveram a oportunidade de deixar considerações sobre o Plano Diretor atual, conforme exposto na Figura 56. Através desta aba de contribuição foi apontado que o Plano Diretor deve ser atualizado de acordo com a legislação vigente e de acordo com a realidade do município e, ainda, não exigir dimensionamento mínimo nas edificações.

Figura 56 – Respostas sobre considerações sobre o Plano Diretor vigente:

Você tem alguma consideração sobre o atual Plano Diretor? Se sim, quais?

1. Apenas atualizar de acordo com a legislação vigente.
2. Não.
3. Pensar mais em normas voltadas para a nossa realidade, não infringindo, as leis superiores.
4. Seria não exigir dimensionamento mínimo nas edificações.

Fonte: CINCATARINA (2021)

Os participantes igualmente tiveram a oportunidade de deixar considerações acerca da lei de Parcelamento do Solo vigente, conforme exposto na Figura 57. E, através das contribuições recebidas, foi apontado que a lei vigente deve rever as dimensões de testada e largura de calçada para novos loteamentos, tal como, a lei de parcelamento do solo deve ser atualizada de acordo com a legislação vigente.

Figura 57 – Respostas sobre considerações sobre a lei de Parcelamento do Solo vigente:

Você tem alguma consideração sobre a atual lei de Parcelamento do Solo? Se sim, quais?

1. Apenas atualizar de acordo com a legislação vigente.
2. Não. (2x)
3. Rever testada e largura mínima de calçada para novos loteamentos.

Fonte: CINCATARINA (2021)

Os participantes também puderam deixar suas considerações a respeito da lei de Uso e Ocupação do solo vigente, conforme exposto Figura 58, sendo apontado pelos participantes que lei de uso e ocupação do solo deve ser atualizada de acordo com a legislação vigente.

Figura 58 – Respostas sobre considerações sobre a lei de Uso e Ocupação do Solo vigente:

Você tem alguma consideração sobre a atual lei de Uso e Ocupação do Solo? Se sim, quais?

1. Apenas Atualizar de acordo com a legislação vigente.
2. Não.
3. Sem resposta. (2x)

Fonte: CINCATARINA (2021)

Os participantes também deixaram suas considerações acerca do Código de Obras vigente (Figura 59), sendo apontados por estes que a revisão do código deverá ser atualizada de com a legislação vigente, que se deve rever a quantidade mínima de vagas de garagens obrigatórias e o dimensionamento mínimo das aberturas das edificações.

Figura 59 – Respostas sobre considerações sobre o Código de Obras vigente:

Você tem alguma consideração sobre o atual Código de Obras? Se sim, quais?

1. Apenas atualizar de acordo com a legislação vigente.
2. Não. (2x)
3. Rever a quantidade mínima obrigatória de vagas de garagens, uma vez que se projeta cidades e construções para as pessoas e não para veículos. Rever a questão de obrigatoriedade no dimensionamento mínimo das aberturas, sendo está uma exigência muitas vezes exagerada nos padrões de algumas edificações.

Fonte: CINCATARINA (2021)

Os participantes ainda tiveram a oportunidade de deixar considerações sobre o Código de Posturas atual, conforme respostas da Figura 60. Através das considerações recebidas, foi apontado a necessidade de atualização da lei de acordo com a legislação vigente, de elaborar padrão de calçadas e de investigar quais ruas são passíveis de arborização.

Figura 60 – Respostas sobre considerações sobre o Código de Posturas vigente:

Você tem alguma consideração sobre o atual Código de Posturas? Se sim, quais?

1. Apenas atualizar de acordo com a legislação vigente.
2. Elaborar padrão de calçadas, e investigar quais ruas são passíveis de arborização.
3. Não. (2x)

Fonte: CINCATARINA (2021)

A questão da Figura 61, apresenta a relação da disposição de calçadas, estacionamentos, vias de pedestres e malha cicloviária.

Figura 61 – Estacionamentos no interior dos lotes:



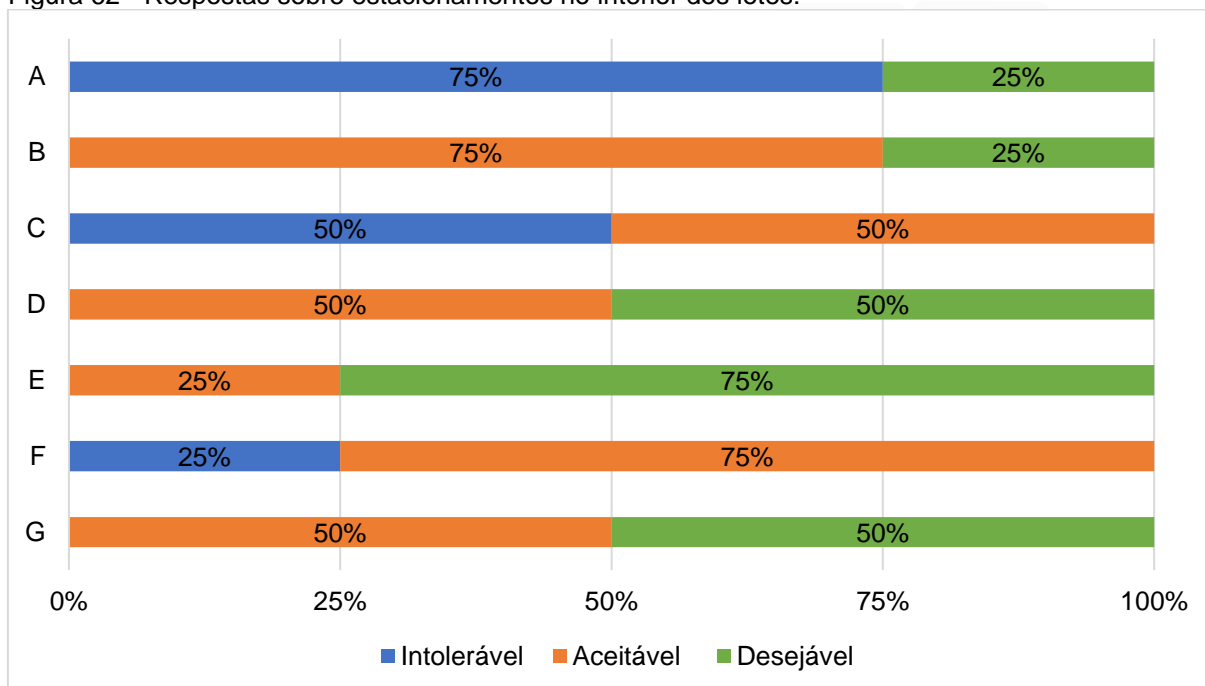
Fonte: CINCATARINA (2021)

As respostas conferidas pelos técnicos da comissão de revisão do Plano Diretor estão expostas na Figura 62 e demonstram:

- O modelo A, demonstra estacionamentos no alinhamento predial/recuo frontal com rebaixo total da calçada em frente ao lote, tal modelo apresentou-se como intolerável para 75% dos participantes, não havendo tendência para a utilização deste modelo.
- O modelo B, que apresenta os estacionamentos posicionados de modo que deixem a calçada livre para circulação de pedestres, ou seja, que os veículos não precisem passar por esta infraestrutura para estacionar. Este modelo se apresentou como aceitável por 75% dos r participantes, mostrando uma aceitação desta tipologia.
- O modelo C, apresenta a utilização da parte frontal do lote como estacionamento, porém, com uma única entrada e saída para os veículos motorizados. Este tipo de estacionamento se mostrou intolerável por 50% dos participantes e aceitável pelos outros 50%, não havendo tendência para a utilização deste modelo.
- O modelo D, com estacionamentos aos fundos do lote e uma única entrada e saída, apresentou-se como desejável para 50% dos participantes e aceitável para os outros 50%, indicando a aceitação desta tipologia de estacionamento.

- O modelo E, que apresenta uma via que oferece preferência para circulação de pedestres, arborização executada corretamente fornecendo sombreamento, com circulação de veículos ocorrendo de forma secundária e mobiliários urbanos que não obstruem o livre deslocamento dos pedestres, é desejável para 75% dos participantes.
- O modelo F, que apresenta vias exclusivamente pedonais, é aceitável para 75% dos participantes, indicando a aceitação a este modelo de via.
- O modelo G, que apresenta a implantação de malha cicloviária na via, é desejável para 50% dos participantes e aceitável para os outros 50%, havendo tendência para a utilização deste modal de transporte na cidade.

Figura 62 - Respostas sobre estacionamentos no interior dos lotes:

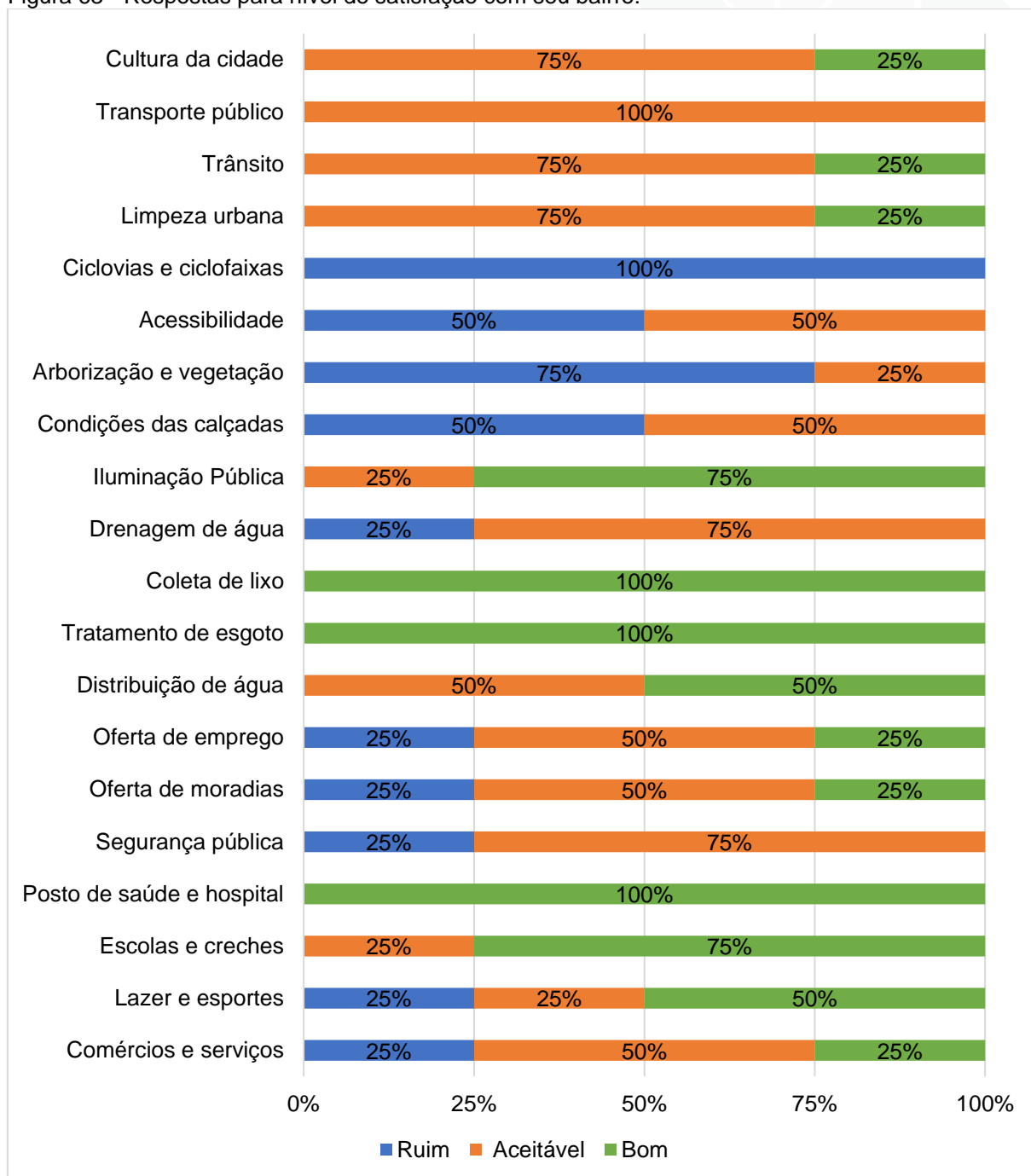


Fonte: CINCATARINA (2021)

Os membros da comissão foram questionados referente a qual o nível de satisfação em relação a serviços e infraestrutura urbana de seus bairros, resultando nas respostas da Figura 63. Os serviços e infraestruturas considerados insatisfatórios são: ciclovias e ciclofaixas (100%) e arborização e vegetação (75%). Os serviços e infraestruturas considerados mais aceitáveis são: transporte público (100%), segurança pública (75%), drenagem de água (75%), limpeza urbana (75%), trânsito (75%), cultura da cidade (75%), comércios e serviços (50%), oferta de moradias (50%) e oferta de emprego (50%). Os serviços e infraestruturas

considerados majoritariamente bons são: posto de saúde e hospital (100%), tratamento de esgoto (100%), coleta de lixo (100%), escolas e creches (75%), iluminação pública (75%) e lazer e esportes (50%). Além disso, houve empate entre aceitável e bom no percentual de 50% para o item distribuição de água e, empate entre ruim e aceitável no percentual de 50% para os itens de condições das calçadas e acessibilidade.

Figura 63 - Respostas para nível de satisfação com seu bairro:

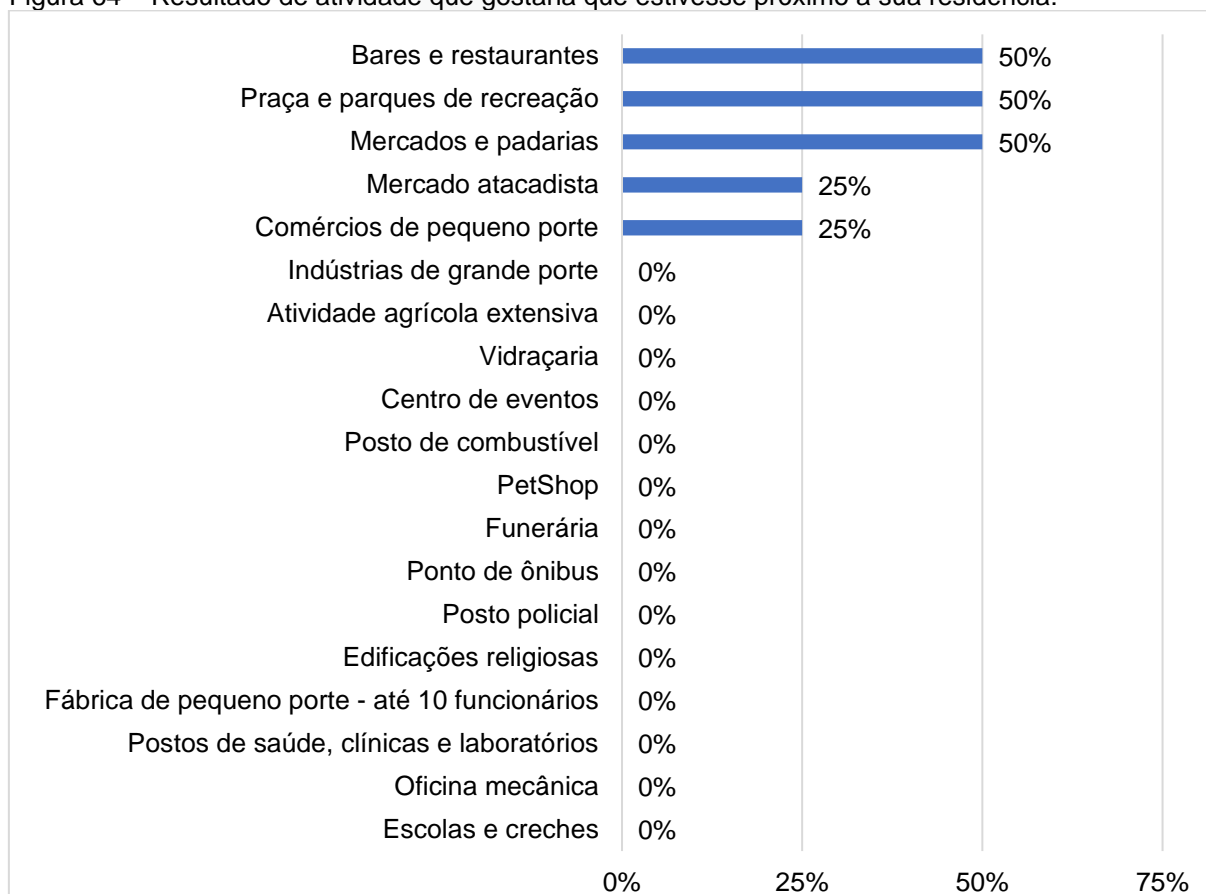


Fonte: CINCATARINA (2021)

Os participantes foram questionados sobre quais atividades gostariam que estivessem localizadas próximas as suas residências, como mostra a Figura 64. Os serviços e infraestrutura ficaram na ordem de preferência em: mercados e padarias, praça e parques de recreação e bares e restaurantes (50%). Enquanto, os que incidem menor percentual de preferência de instalação são: comércios de pequeno porte e mercado atacadista (25%).

Além disso, houve atividades que não foram pontuadas para serem instaladas na proximidade de residências, sendo elas: escolas e creches, oficina mecânica, postos de saúde, clínicas e laboratórios, fábrica de pequeno porte - até 10 funcionários, edificações religiosas, posto policial, ponto de ônibus, funerária, petshop, posto de combustível, centro de eventos, vidraçaria, atividade agrícola extensiva e indústrias de grande porte.

Figura 64 – Resultado de atividade que gostaria que estivesse próximo a sua residência:

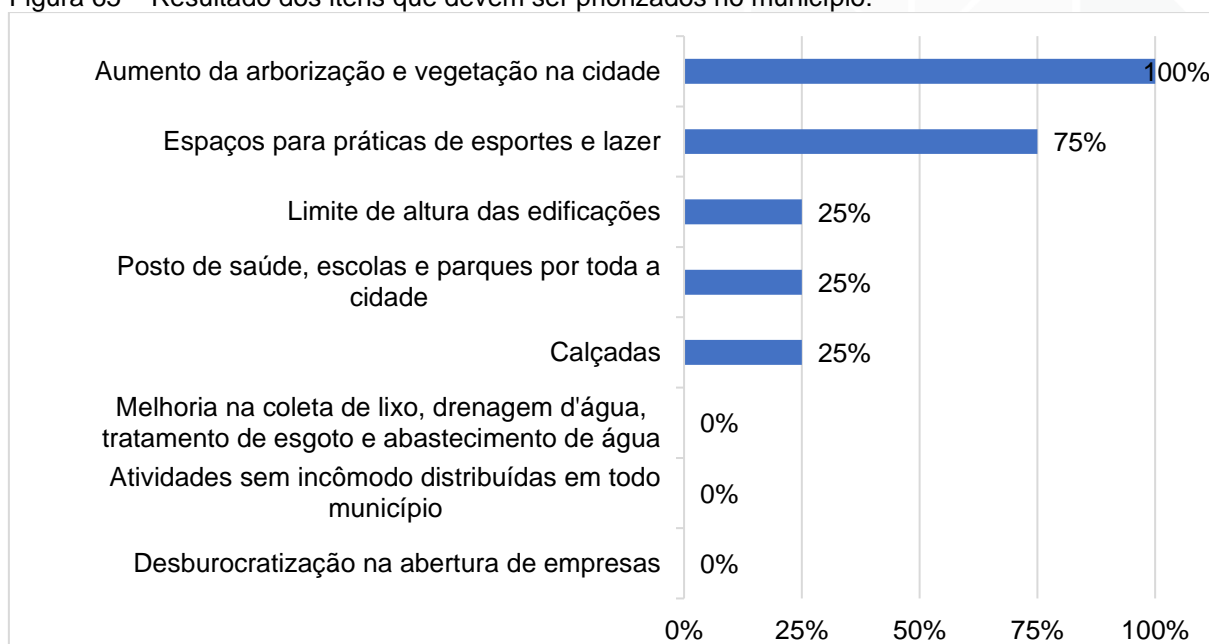


Fonte: CINCATARINA (2021)

Também foram questionados aos participantes em quais as infraestruturas que devem ser priorizadas no município, estando elencadas por ordem de priorização

na Figura 65. Observando as respostas podemos afirmar que de acordo com os membros participantes da comissão, devem ser priorizados prioritariamente o aumento da arborização e vegetação da cidade (100%), e posteriormente os espaços para práticas de esporte e lazer (75%), tal como, há necessidade de limite de altura para das edificações, disponibilização de distribuição adequada de postos de saúde, escolas, parque por toda cidade e melhoria das calçadas (25%).

Figura 65 – Resultado dos itens que devem ser priorizados no município:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Os membros da comissão foram questionados em qual imagem lhe vem à mente quando lembra sua cidade. As respostas foram diversas, conforme exposto na Figura 66, sendo remetidos pelos participantes a imagem de uma cidade pequena e organizada, boa de se viver e com potencial para o desenvolvimento do turismo, ainda de lembrar a Itália devido a descendência e costumes da população.

Figura 66 – Respostas para imagem da cidade:

Quando você lembra da sua cidade, que imagem lhe vem à mente? Por quê?

1. Cidade pequena e organizada
2. Itália, devido a descendência e costumes da população.
3. Lugar onde todos possam ir e vir, um lugar bom de se viver, com segurança e acessível para todos.
4. Ótimo potencial para desenvolvimento turístico. É ótima de se viver, porém ainda dá para melhorar muito, principalmente nas questões turísticas ecológicas, parques e área de lazer.

Fonte: CINCATARINA (2021)

O questionário ainda dispunha de um espaço para contribuição, elencado na Figura 67, cujo preenchimento não era obrigatório. Neste campo, foram recebidas 3 contribuições, as quais evidenciaram a necessidade de passeios, ciclovia e espaços de convivência, a possibilidade de inclusão da arquitetura italiana no plano diretor, a possibilidade de se ter um profissional ou comissão que análise de forma individualizada cada nova construção, para que novos empreendimentos não deixem de ser construídos devido as regras gerais, podendo para isso, considerar os projetos como “passíveis de construção ou reforma”, e dependendo da análise dada, poderá se criar compensações para viabilização do empreendimento, além da possibilidade de viabilizar a regularização de edificações antigas, fora das normas, podendo ser mediante indenização e compensação.

Figura 67 - Contribuições recebidas:

Deixe mais alguma contribuição aqui!

1. A cidade precisa de passeios, ciclovia e centro de convivência com hidroginástica e piscina!
2. Gostaria de incluir a arquitetura italiana no plano diretor.
3. O ideal, seria ter um profissional (ou uma comissão) que pudesse analisar cada nova construção individualmente, para que novos empreendimentos não deixem de ser construídos por regras generalizadas. Por exemplo: que fossem criadas formas de viabilizar projetos como "passíveis de construção ou reforma" (dependendo da análise técnica dessa comissão e talvez criar formas de compensação), nos casos de casas antigas construídas muito próximas ao rio, uma vez que nossa cidade está rodeada pelos rios Arroio Trinta e Arroio Trintinha. E viabilizar a lei de regularização das edificações, para que construções antigas, feitas antes da existência do plano diretor (ou da cobrança do mesmo), e que foram construídas sem recuos, ou fora das normas, que pudessem ser regularizadas, porém advertidas (punidas) diante de indenização e compensação.

Fonte: CINCATARINA (2021)

Verificamos com as participações do questionário técnico o interesse da comissão em adequar as legislações urbanísticas de Arroio Trinta com as normas vigentes e com a realidade do município, em reduzir a burocracia existente, bem como, em fortalecer questões ligadas a acessibilidade, padronização de calçadas, arborização e insolação e ventilação das edificações, além de revisar os índices urbanísticos e diretrizes referentes ao parcelamento do solo.

A comissão se mostrou totalmente interessada em auxiliar no planejamento urbano ordenado, de modo que o ambiente da cidade se torne mais atrativo a população, organizando e planejando ainda mais as atividades inseridas no município, espaços públicos e a cultura estabelecida no decorrer dos anos.

4.2 Reunião comunitária

A reunião comunitária é o ato participativo, onde é apresentado para a comunidade a metodologia aplicada para revisão do Plano Diretor, bem como, estimula os munícipes a refletir sobre a realidade atual do município e a concepção futura do município que almejam, através da metodologia aplicada.

A metodologia pela qual se desenvolveu a reunião comunitária no município, foi a Metodologia CDP (condicionantes, deficiências e potencialidades), que apresenta um processo de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos que podem ser encontrados no município, de modo a proporcionar uma apresentação compreensível, facilmente visualizável e compatível com a situação das áreas de interesse para o planejamento urbano.

As condicionantes são elementos que devem ser mantidos, preservados ou conservados e sobretudo considerados no planejamento do município, enquanto, as deficiências são situações de caráter negativo para o desempenho das funções urbanas, que devem ser melhoradas ou extinguidas e as potencialidades são elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitados adequadamente e podem ser incorporadas positivamente ao município.

Esta metodologia, baseia-se em critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos de controle dos resultados, evitando com isso, os erros de uma simples eliminação de deficiências, por exemplo.

A classificação dos elementos da infraestrutura do município por meio das condicionantes, deficiências e potencialidades, permite a identificação coletiva e mais criteriosa da infraestrutura existente no município. De forma que as medidas a serem executadas sejam classificadas em três grupos de demanda:

- Condicionantes: geram uma demanda de manutenção;
- Deficiências: geram uma demanda de recuperação e melhoria;
- Potencialidades: geram uma demanda de inovação.

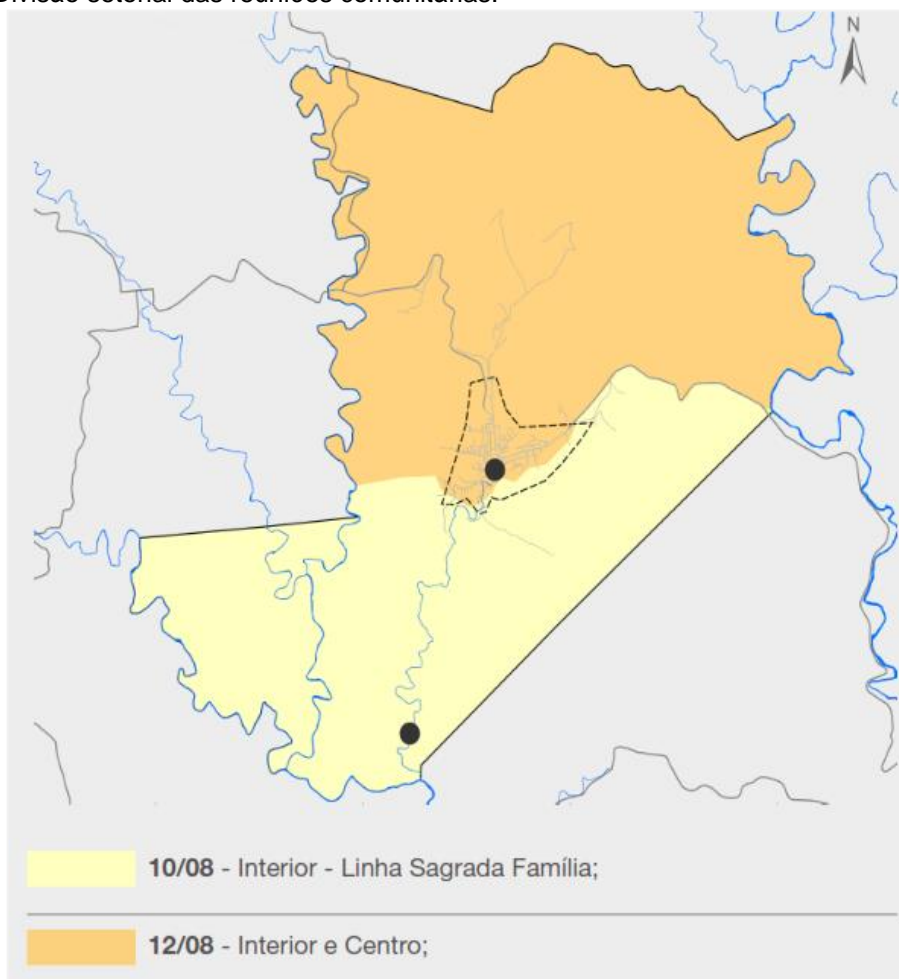
Deste modo, o objetivo da reunião comunitária é de ouvir a comunidade e coletar dados através de uma dinâmica de fácil compreensão, a qual contempla análise de cinco eixos estratégicos de forma coletiva, sendo estes eixos, norteadores

na elaboração da leitura comunitária e de todo o diagnóstico de revisão do Plano Diretor. Assim, foram analisados os eixos: Econômico e Social, Estruturação Urbana, Mobilidade Urbana, Qualificação Ambiental e Proteção ao Patrimônio Histórico.

Para atender o objetivo principal, que é a participação irrestrita e inclusiva, foi utilizada a técnica de Metaplan para a aplicação da metodologia CDP. O Metaplan é caracterizado pelas técnicas de moderação e de visualização móvel com utilização de fichas coloridas, com pequenos grupos. A utilização dessa técnica de visualização com fichas (cartolinas em cores variadas) promove e prioriza a participação, com respeito a igualdade de opiniões, dando espaço para que todos possam responder às perguntas apresentadas pelo moderador. Com essa técnica e metodologia trabalhamos em grupos, objetivando aumentar a eficácia da comunicação e garantir a intensa criação e geração de ideias consistentes, seja no grande grupo ou em pequenos grupos.

Os locais foram definidos considerando critérios fundamentais para a discussão do planejamento, tais como: interesses econômicos, sociais, populacionais e urbanísticos. Além de considerar, a mobilidade de acesso e a localização, com o intuito de facilitar a participação de todos os munícipes, sendo os divididos conforme Figura 68 a seguir:

Figura 68 - Divisão setorial das reuniões comunitárias.



Fonte: CINCATARINA (2021)

As reuniões comunitárias dos dias 10 e 12 de agosto de 2021 foram convocadas pela publicação nº 3165379, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC no dia 27 de junho de 2021, dispostos no ANEXO VI.

4.2.1 Reunião comunitária I – Interior

A primeira reunião comunitária foi realizada no Centro Comunitário da Linha Sagrada Família, no dia 10 de agosto de 2021, teve início às 19h00min e finalizou às 21h30min, contou com o total de 24 participações, sendo formados 04 grupos para a realização da dinâmica. Os documentos dispostos nos ANEXOS VII, VIII e IX, apresentam respectivamente convite da reunião, lista presença e ata reunião.

Após a abertura da reunião, foi esclarecido aos participantes através de apresentação do conteúdo os conceitos de planejamento urbano, Plano Diretor e cidades para todos, trazendo uma reflexão sobre qual a cidade que possuem hoje e

qual a cidade que gostariam de ter no futuro. Ainda durante a apresentação, foi explanada como ocorreria a dinâmica de grupo e em quais eixos estratégicos estas seriam trabalhadas. A apresentação exibida segue disposta no ANEXO X e nos registros fotográficos a seguir:

Figura 69 – Registro da apresentação.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 70 – Registro da apresentação.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 71 – Registro da apresentação.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Após a apresentação, foram reunidos os participantes em grupos, como demonstrado entre as Figura 72 a Figura 74, para identificação das condicionantes, deficiências e potencialidades de cada eixo estratégico definido, onde, as condicionantes eram apresentadas em papéis azuis, as deficiências em papéis rosas e as potencialidades em papéis verdes.

As contribuições de cada grupo foram expostas separadamente em painéis pela equipe técnica do CINCATARINA (Figura 74), separadas por eixo e validadas coletivamente por toda a população presente.

Figura 72 – Aplicação da metodologia CDP.



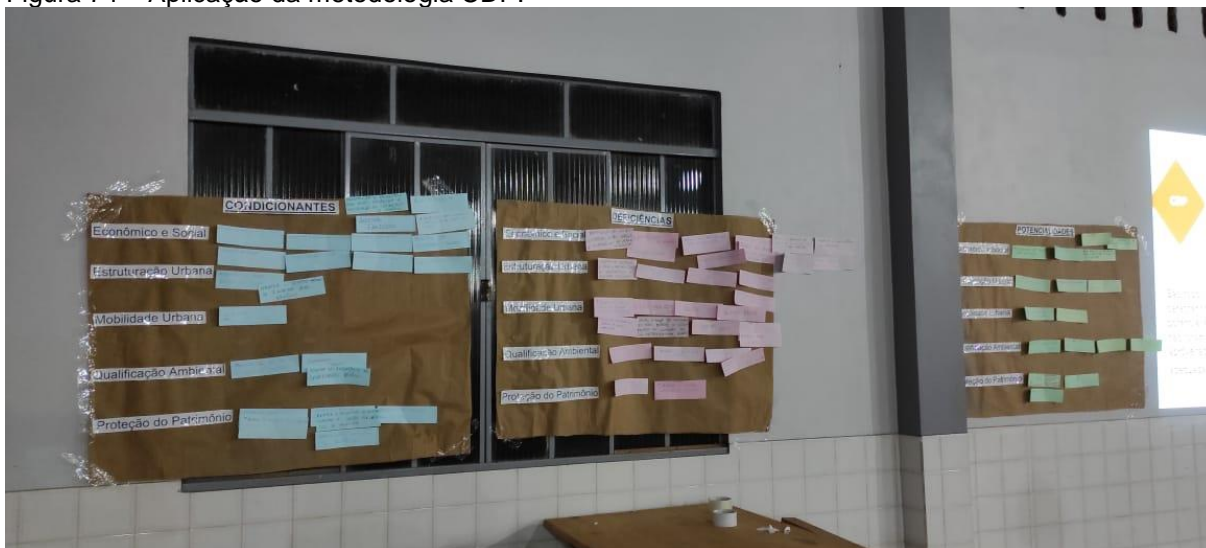
Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 73 – Aplicação da metodologia CDP.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 74 – Aplicação da metodologia CDP.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Para fins de tabulação de dados, as informações identificadas nos painéis e separadas pelos cinco eixos estratégicos, estão expostas nos ANEXO XI.

4.2.2 Reunião comunitária II – Área Central e Interior

A segunda reunião comunitária foi realizada no Pavilhão da Igreja Matriz, no dia 07 de julho de 2021, teve início às 19h00min e finalizou às 21h11min, contou com o total de 15 participações, sendo formados 03 grupos para a realização da dinâmica, para tornar o evento acessível a todos, a reunião foi transmitida de forma online pela plataforma do Microsoft Teams, através do link: <http://shorturl.at/giHY3>, não havendo participações por meio desta plataforma. Os documentos dispostos nos ANEXOS VII, VIII, IX apresentam respectivamente convite da reunião, lista presença e ata da reunião.

Da mesma maneira como ocorreu na primeira reunião, após a abertura da reunião, foi esclarecido aos participantes através de apresentação do conteúdo os conceitos de planejamento urbano, Plano Diretor e cidades para todos, trazendo uma reflexão sobre qual a cidade que possuem hoje e qual a cidade que gostariam de ter no futuro. Ainda durante a apresentação, foi explanada como ocorreria a dinâmica de grupo e em quais eixos estratégicos estas seriam trabalhadas. A apresentação exibida segue disposta no ANEXO X e nos registros fotográficos a seguir:

Figura 75 – Registro da apresentação.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 76 – Registro da apresentação.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Após a apresentação, foram reunidos os participantes em grupos, como demonstrado entre as Figura 77 e Figura 79, para identificação das condicionantes, deficiências e potencialidades de cada eixo estratégico definido, onde, as condicionantes eram apresentadas em papéis azuis, as deficiências em papéis rosas e as potencialidades em papéis verdes.

As contribuições de cada grupo foram expostas separadamente em painéis pela equipe técnica do CINCATARINA (Figura 77), separadas por eixo e validadas coletivamente por toda a população presente.

Figura 77 – Aplicação da metodologia CDP.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 78 – Aplicação da metodologia CDP.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 79 – Aplicação da metodologia CDP.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Para fins de tabulação de dados, as informações identificadas nos painéis e separadas pelos cinco eixos estratégicos, estão expostas nos ANEXO XI.

4.2.3 Resultado do CDP

Com base nas informações obtidas na etapa da reunião comunitária, procede-se uma descrição avaliativa das condições atuais do município para o planejamento da infraestrutura e o ordenamento de prioridades de execução na visão da população. Entre as Figura 80 a Figura 94, são apresentadas de maneira sintetizadas as informações coletadas por meio da metodologia CDP, dentro dos cinco eixos estratégicos.

Ao final das duas reuniões públicas, obtiveram-se 39 participações com a formação de 7 mesas, conforme disposto na tabela a seguir:

Tabela 4 – Resumo das reuniões comunitárias.

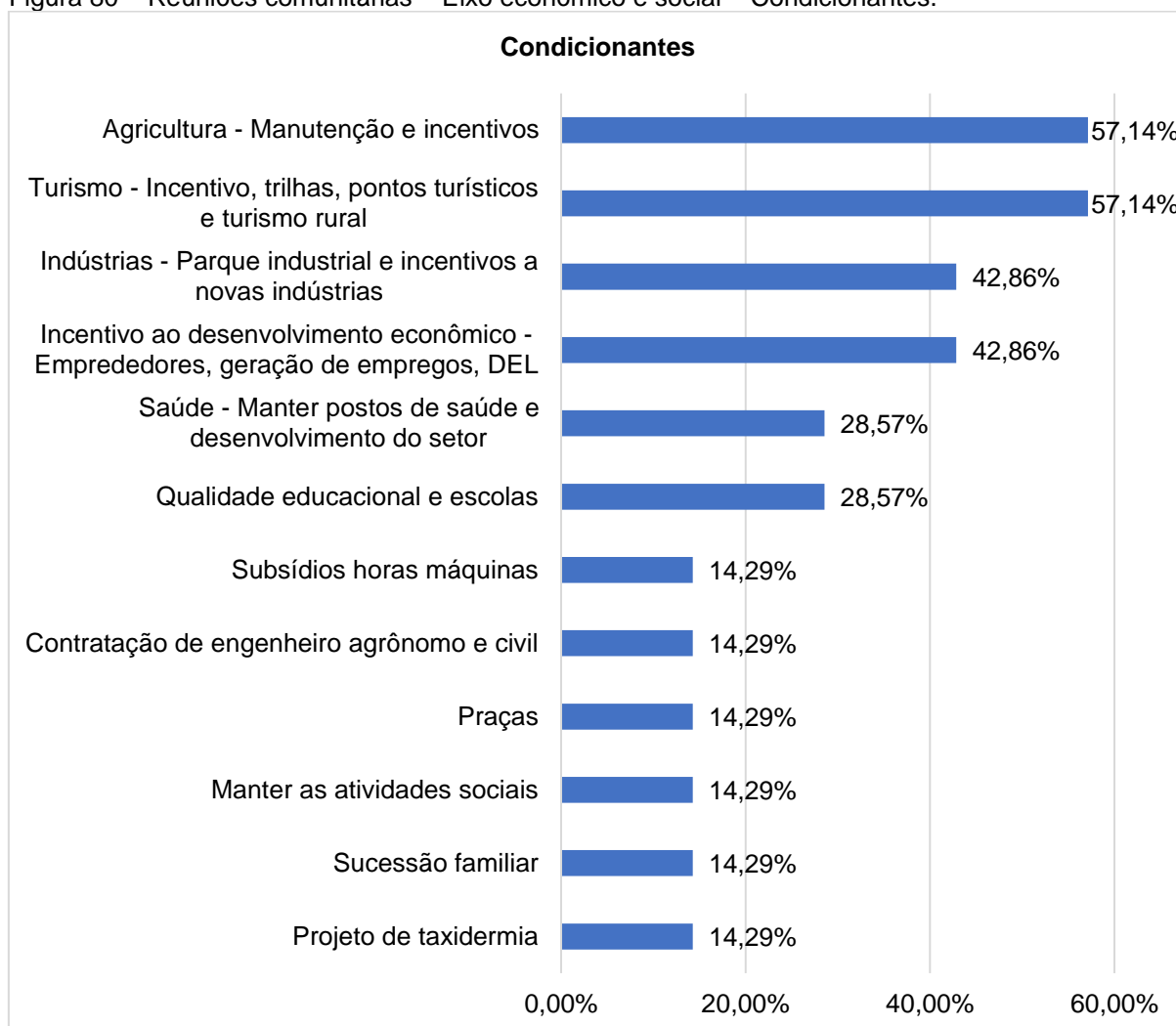
REUNIÃO	LOCAL	DATA	NÚMERO DE PARTICIPANTES	NÚMERO DE MESAS
1	Interior – Centro Comunitário da Linha Sagrada Família	10/08/2021	24	4
2	Área Central e Interior – Pavilhão da Igreja Matriz	12/08/2021	15	3
TOTAL			39	7

Fonte: CINCATARINA (2021)

4.2.3.1 Econômico e social

No eixo econômico e social as principais condicionantes apontadas na Figura 80 foram a agricultura, o turismo, as indústrias, os incentivos ao desenvolvimento econômico, a saúde, a qualidade da educação, sendo ainda apontado menores percentuais pela comunidade os subsídios para horas máquinas, a contratação de profissionais de engenharia, as praças, manter as atividades sociais, a sucessão familiar e o projeto de taxidermia.

Figura 80 – Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Condicionantes.



Fonte: CINCATARINA (2021)

As principais deficiências identificadas pelos participantes, na Figura 81, são a falta de área de lazer, na saúde a falta de especialidade médicas e a necessidade de ajustes nos horários de funcionamento de serviços do setor, além da necessidade de estabelecer horários para funcionamento de comércios e indústrias, de ampliação de modalidades esportivas e de suporte para jovens investirem no município.

Os demais itens apontados relacionam-se a necessidade de implantação de plano para habitações de baixa renda, de incentivar a averbação das construções, de assistência social, de divulgação do parque industrial, de redução de burocracia, de incentivos para indústria, comércio e agricultura e geração de empregos, de melhoria no sistema energético, tal como, apontado a pouca participação popular nos eventos do interior.

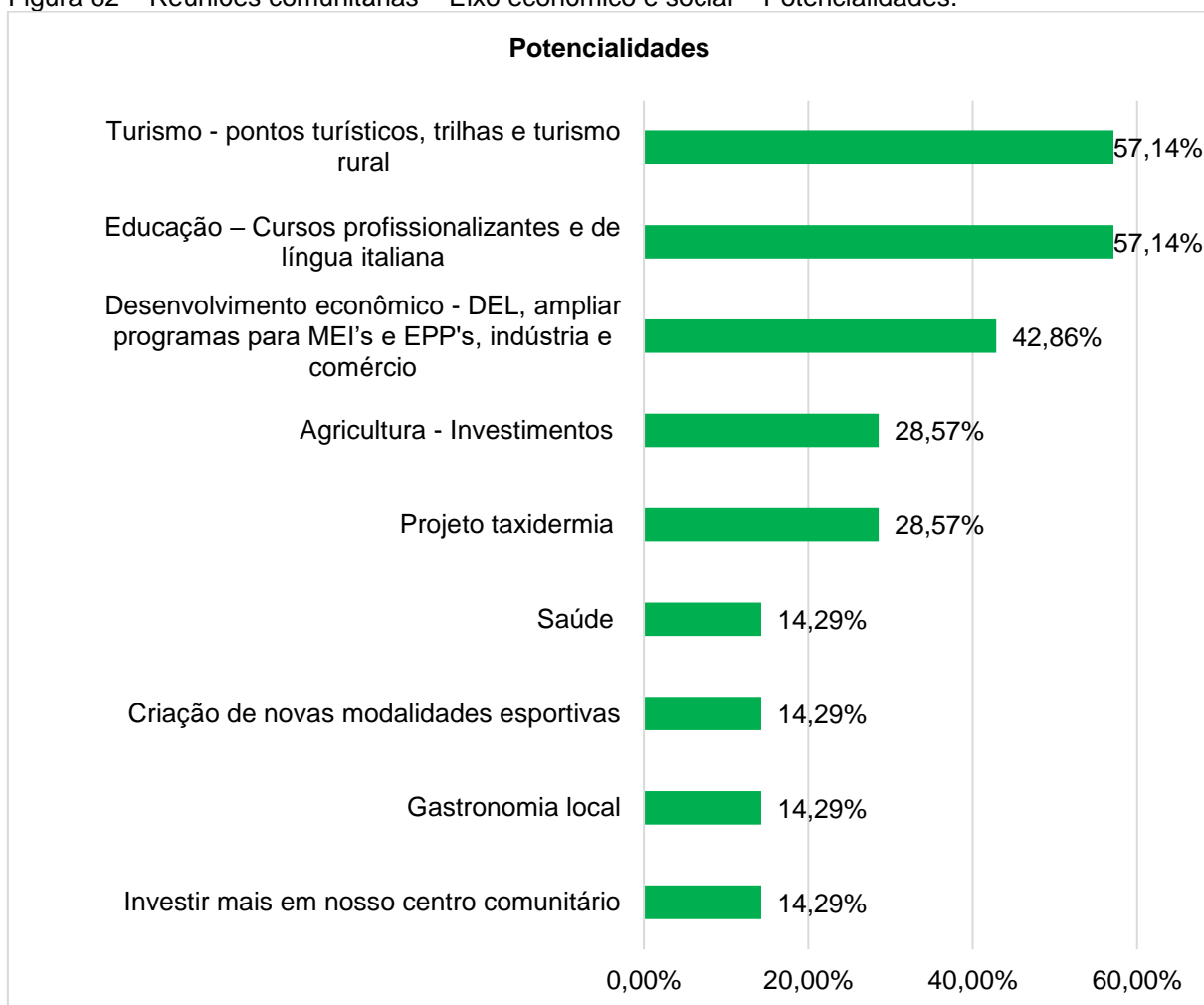
Figura 81 – Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Deficiências.



Fonte: CINCATARINA (2021)

As potencialidades identificadas pela população neste eixo, na Figura 82, foram o turismo, a educação, o desenvolvimento econômico, a agricultura, o projeto de taxidermia, ainda sendo identificadas questões pertinentes a saúde, a criação de modalidades esportivas, a gastronomia local e a investimentos no centro comunitário.

Figura 82 – Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Potencialidades.

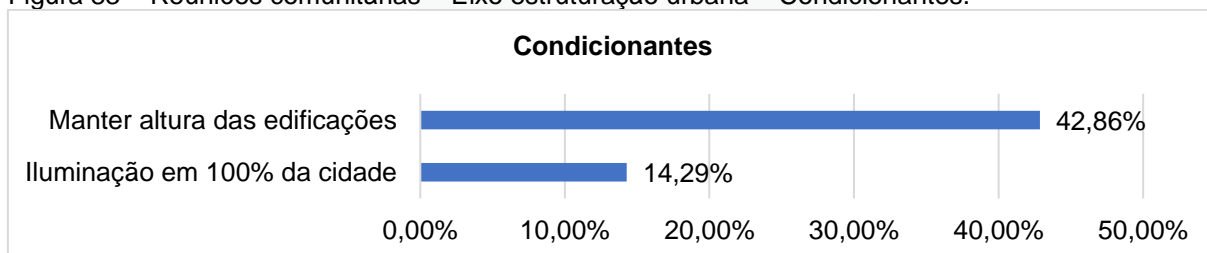


Fonte: CINCATARINA (2021)

4.2.3.2 Estruturação urbana

No eixo estruturação urbana, as condicionantes apontadas pelos participantes (Figura 83), foram manter a altura das edificações e a iluminação pública em 100% da cidade.

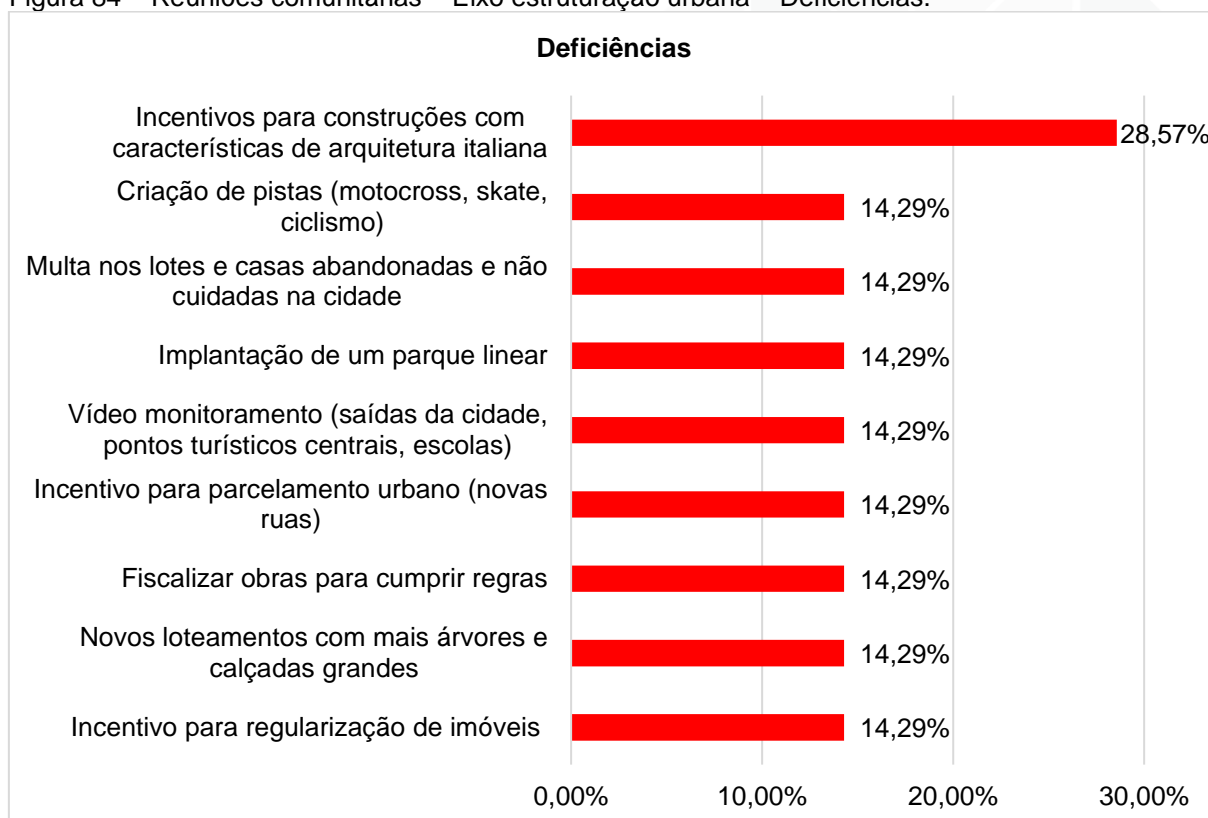
Figura 83 – Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Condicionantes.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Já a principal deficiência elencada (Figura 84), relaciona-se a falta de incentivo para construções com arquitetura italiana. Ainda foram apontados itens referentes a necessidade de multa para imóveis abandonados, de implantação de parque linear, de segurança pública por videomonitoramento, de fiscalização, de exigência de calçadas amplas e arborizadas em novos loteamentos e de incentivos para regularização de imóveis.

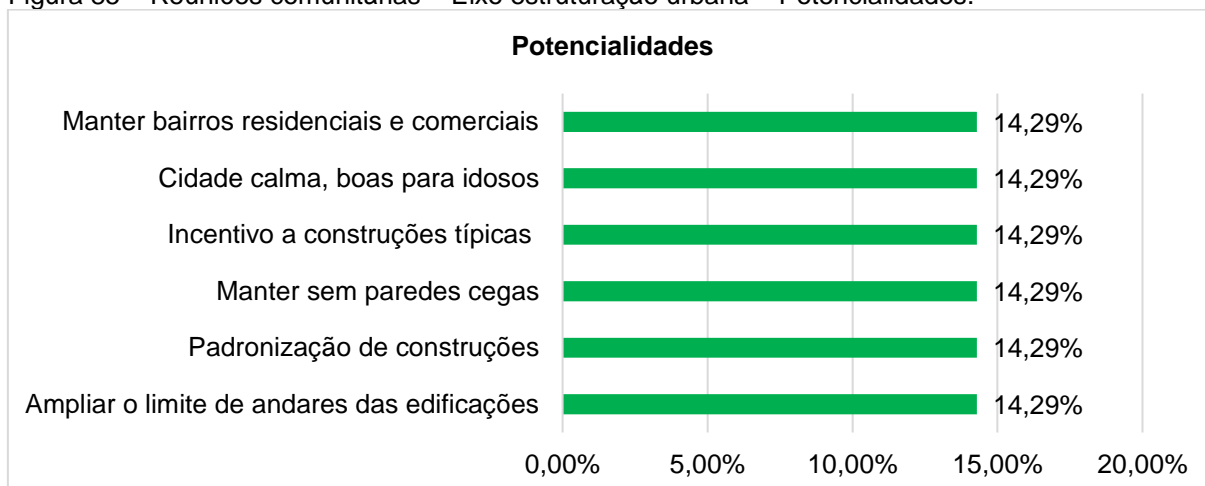
Figura 84 – Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Deficiências.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Nas potencialidades indicadas pela comunidade (Figura 85), vários assuntos tiveram a mesma quantidade de citações, sendo elencados a manutenção dos bairros residenciais e comerciais, a cidade ser calma e boa para idosos, a possibilidade incentivo a construções típicas, manutenção da não utilização de paredes cegas, a padronização das construções e a possibilidade ampliar o limite do gabarito das edificações.

Figura 85 – Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Potencialidades.

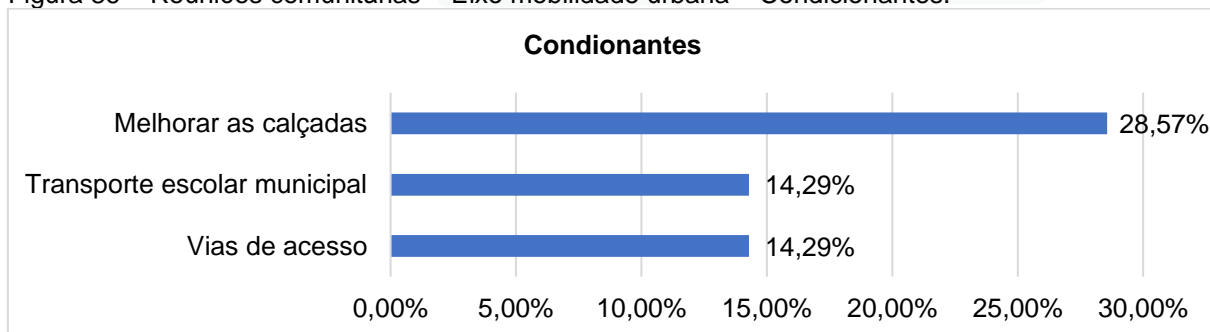


Fonte: CINCATARINA (2021)

4.2.3.3 Mobilidade urbana

No eixo mobilidade urbana as condicionantes com maior destaque foram melhorar as calçadas, seguida pelo transporte escolar e pelas vias de acesso ao município, como mostra a Figura 86.

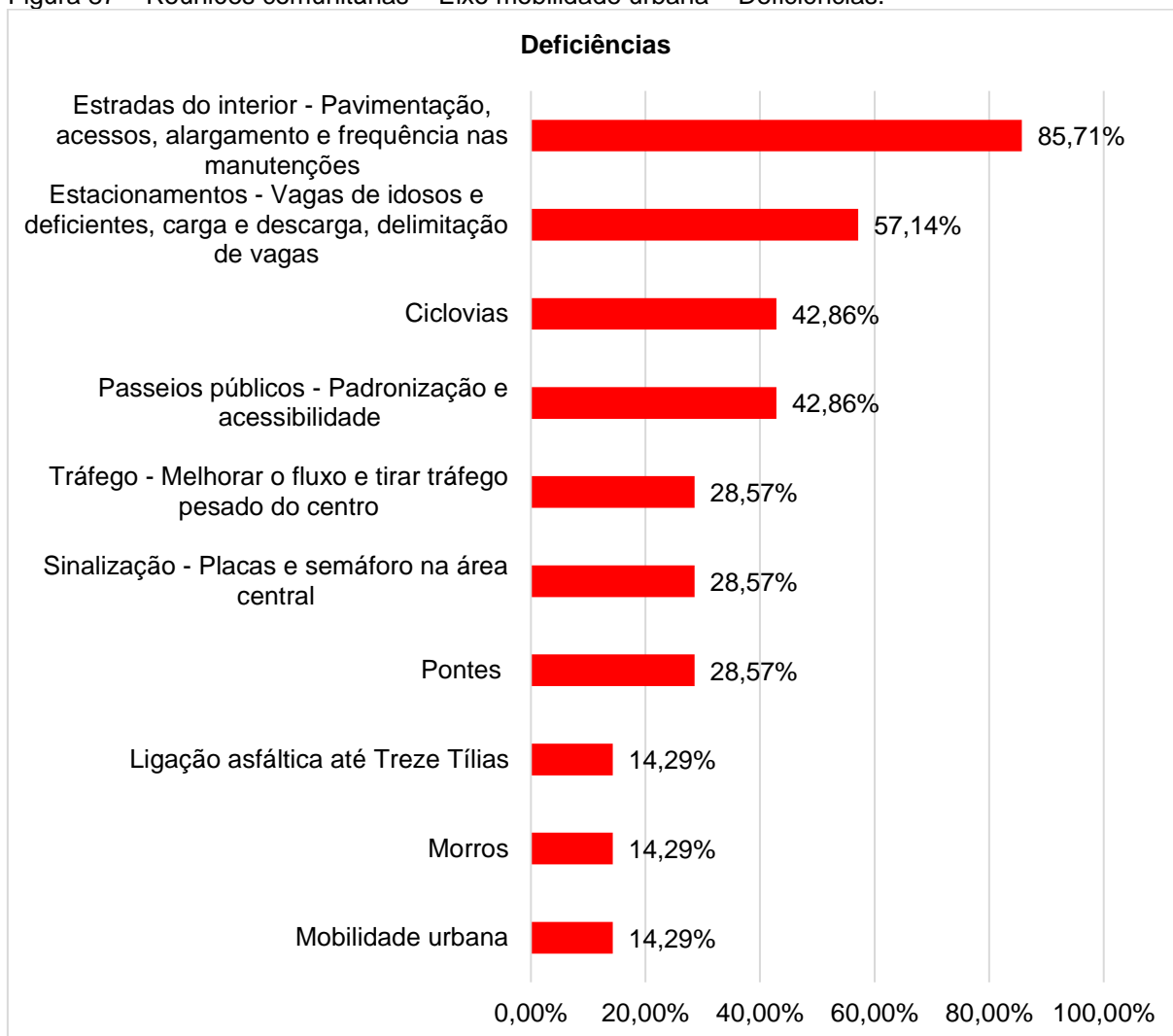
Figura 86 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Condicionantes.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Já a principal deficiência apontada foi a necessidade de melhoria das condições das estradas do interior. Outros pontos destacados pelos participantes foram as melhorias nas vagas de estacionamentos, de implantação de ciclovias, de padronização e acessibilidade dos passeios, a necessidade de melhoria do tráfego, da sinalização, das pontes, da pavimentação asfáltica até Treze Tílias, das dificuldades geradas pela topografia acidentada (morros) e da mobilidade urbana, como pode ser observado na Figura 87.

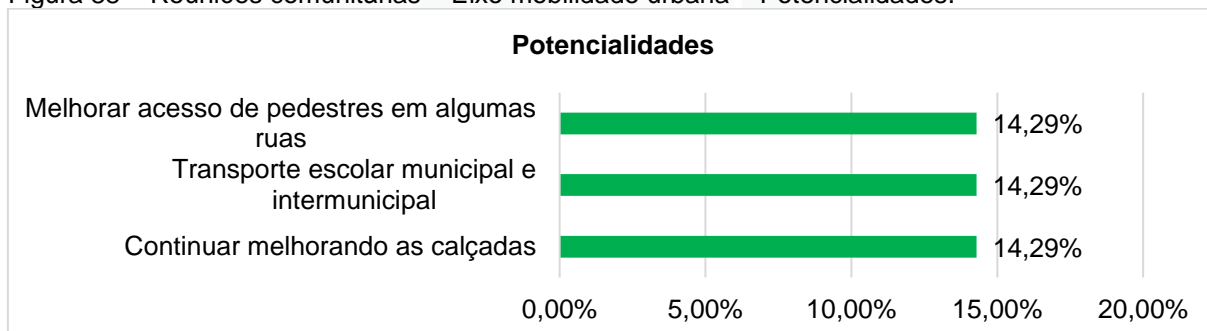
Figura 87 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Deficiências.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Nas potencialidades indicadas pela comunidade (Figura 88), vários assuntos tiveram a mesma quantidade de citações, sendo elencados a possibilidade de melhoria dos acessos de pedestres nas vias, o transporte escolar municipal e intermunicipal e a possibilidade de continuação da melhoria das calçadas.

Figura 88 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Potencialidades.

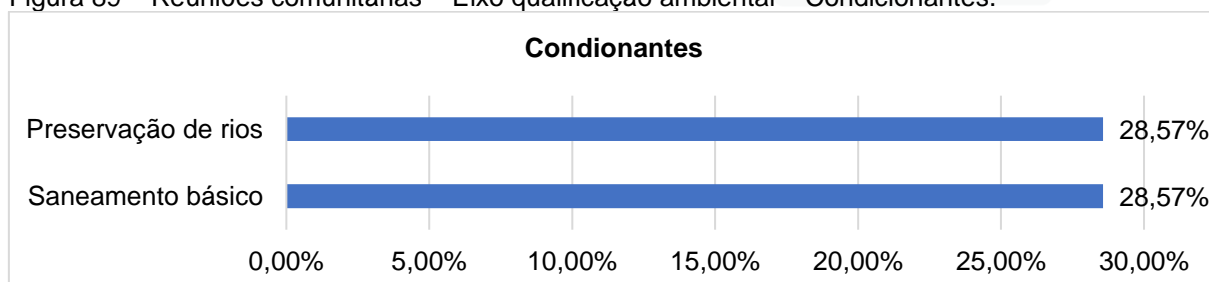


Fonte: CINCATARINA (2021)

4.2.3.4 Qualificação ambiental

No eixo de qualificação ambiental (Figura 89) as condicionantes evidenciadas pela população foram a preservação dos rios e o saneamento básico.

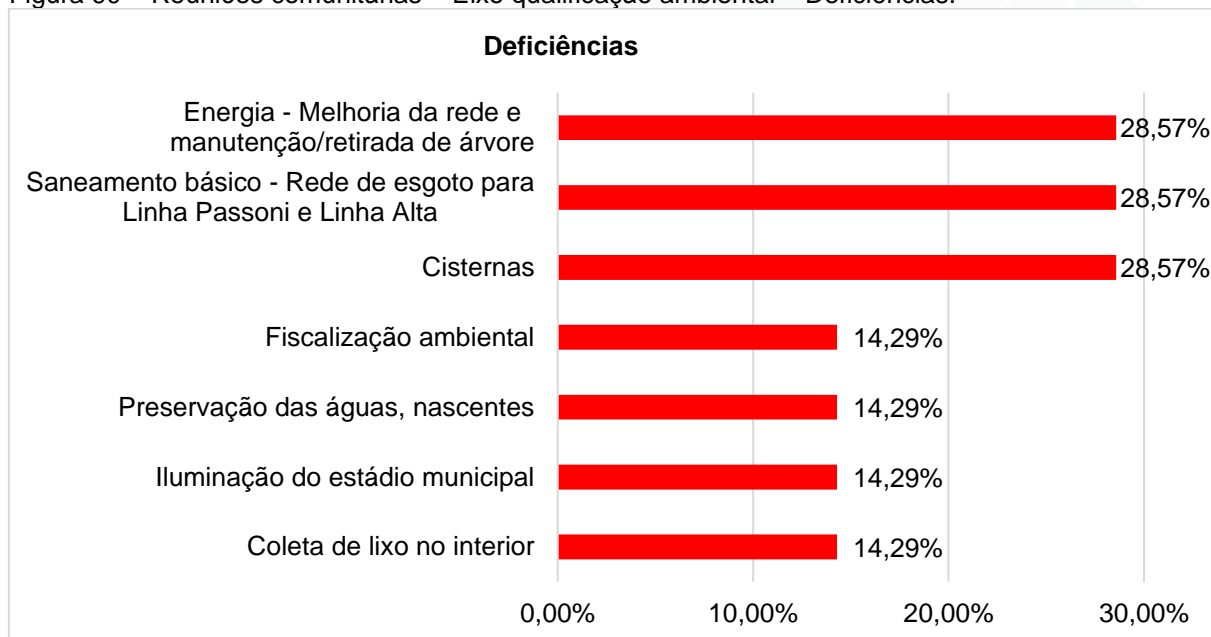
Figura 89 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Condicionantes.



Fonte: CINCATARINA (2021)

As deficiências mais indicadas pelos participantes (Figura 90) foram necessidade de melhorias na rede de energia, demandas por rede de esgoto (Linha Passoni e Linha Alta) e exigência de cisternas, sendo ainda citadas pelos munícipes a necessidade de fiscalização ambiental, de preservação das águas, de iluminação no estádio e de coleta de lixo no interior.

Figura 90 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Deficiências.

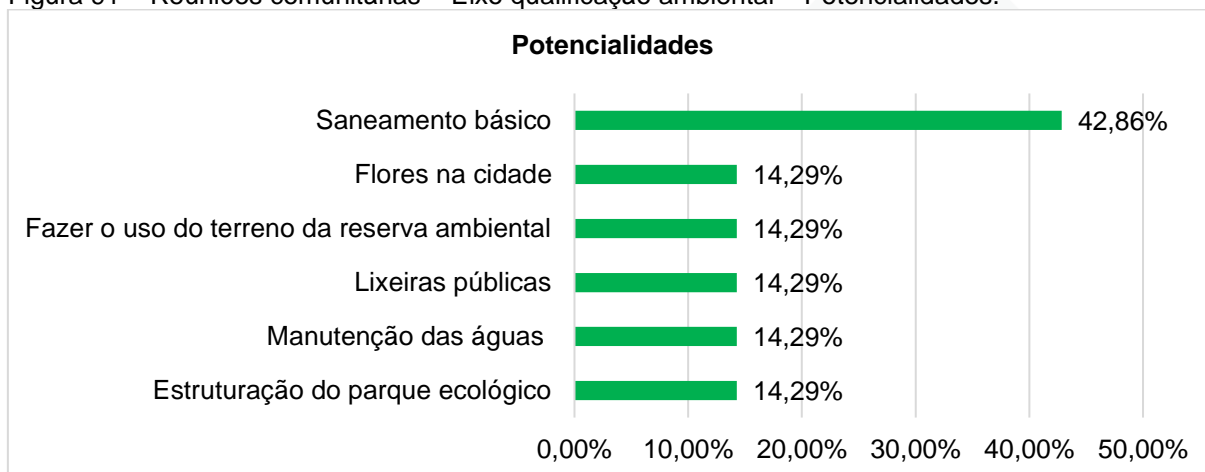


Fonte: CINCATARINA (2021)

Nas potencialidades o principal apontamento foi o saneamento básico, seguido pelas solicitações de embelezamento com flores na cidade, possibilidade de

fazer uso de terrenos da reserva legal, de implantação de lixeiras públicas, além de manutenção das águas e possibilidade de estruturação de um parque ecológico, como mostra a Figura 91.

Figura 91 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Potencialidades.

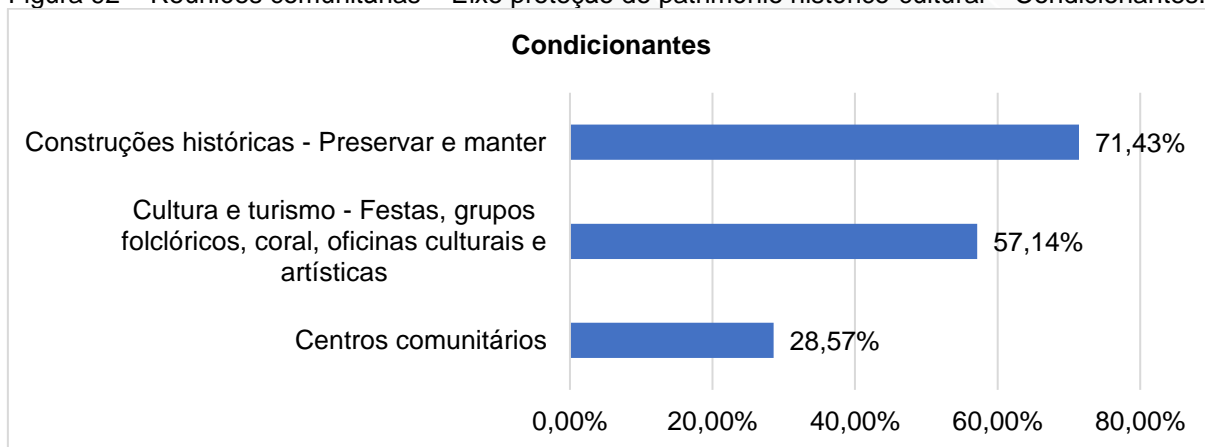


Fonte: CINCATARINA (2021)

4.2.3.5 Patrimônio histórico e cultural

No eixo proteção do patrimônio histórico e cultural a principal condicionante indicada pela comunidade (Figura 92), foi a preservação e manutenção das construções históricas, seguido pelos aspectos culturais e turísticos e os centros comunitários.

Figura 92 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico-cultural – Condicionantes.

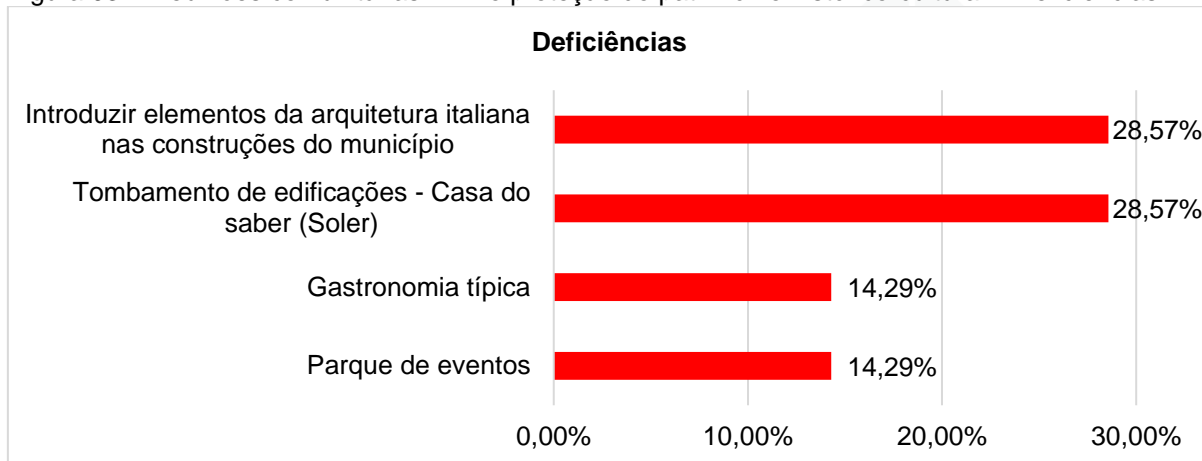


Fonte: CINCATARINA (2021)

Nas deficiências as principais demandas estão na necessidade de introduzir elementos da arquitetura italiana nas construções e no tombamento de edificações,

seguidas pelas citações de gastronomia típica e na falta de parque de eventos, como demonstra a Figura 93.

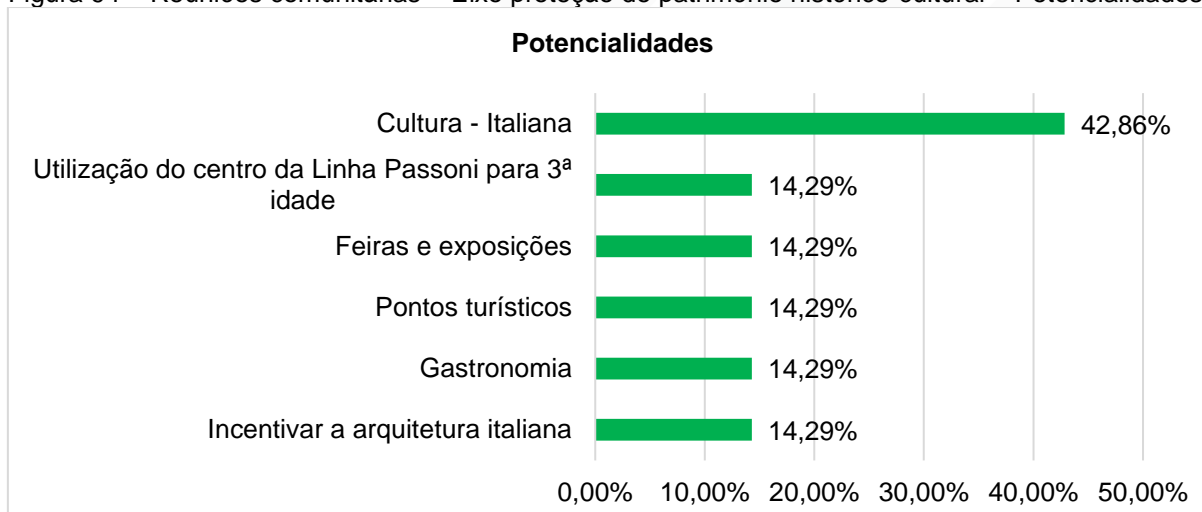
Figura 93 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico-cultural – Deficiências.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Já a principal potencialidade apontada é a cultura italiana, sendo os demais itens indicados como potenciais pelos munícipes, a possibilidade de utilização do centro comunitário da Linha Passoni para a terceira idade, as feiras e exposições, os pontos turísticos, a gastronomia e a possibilidade incentivos a arquitetura italiana.

Figura 94 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico-cultural – Potencialidades.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Em todos os eixos trabalhados e reuniões comunitárias, percebemos que foi obtida a efetiva participação da população, trazendo a realidade do município e as necessidades coletivas de melhorias ao planejamento urbano, conforme apresentados nos eixos acima.

4.3 Questionários de contribuição

Outra forma de contribuição comunitária, foi registrada por meio do preenchimento dos questionários de contribuição, cujo acesso foi vinculado as redes sociais da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta (Figura 95), site revisão do Plano Diretor (Figura 96) e também acessado pelo link: <https://forms.gle/KueEr6kzYHt2Dukp9>.

Figura 95 - Acesso ao questionário de contribuição por meio das redes sociais da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.



Fonte: Prefeitura Municipal de Arroio Trinta (2021)

Figura 96 - Página do site de revisão do Plano Diretor - Acesso ao questionário de contribuição.



The screenshot shows the website interface for the 'Revisão do Plano Diretor' in Arroio Trinta. At the top, there is a navigation bar with the city logo and menu items: PLANO DIRETOR, LEGISLAÇÃO, CIDADES SUSTENTÁVEIS, MATERIAL PRODUZIDO, NOTÍCIAS, PARTICIPAÇÃO, and CONTATO. The main banner features the text 'REVISÃO DO PLANO DIRETOR ARROIO TRINTA' and a large 'PARTICIPE!' call to action. Below the banner, the 'Questionário de Contribuição' section explains the purpose of the questionnaire and provides instructions on how to participate. A box highlights the online questionnaire link: 'Contribua preenchendo o Questionário no GoogleForms: "Clique aqui para preencher o questionário on-line"'. To the right, a preview of the questionnaire form is shown, including fields for name, email, and age. The bottom section, 'Ajude também compartilhando com seus colegas, amigos e familiares!', encourages sharing the survey.

Questionário de Contribuição

Tendo em vista que o município tem por premissa, para que cumpra com as suas funções sociais, propiciar à população o exercício de seus direitos básicos: moradia, transporte público, saneamento básico, saúde, educação, lazer e trabalho. E por este motivo se dá a importância do Plano Diretor, que identifica dentro da cidade, suas potencialidades e seus pontos negativos, introduzindo uma política urbana sustentável para que o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade seja contínuo. Portanto, a contribuição da população é fundamental em todas as fases do processo, de elaboração, implementação, monitoramento e fiscalização.

Vamos juntos pensar a cidade que queremos!

Contribua preenchendo o Questionário no GoogleForms:
"Clique aqui para preencher o questionário on-line"

Ou ainda, você pode participar:

- Preenchendo o questionário, por escrito através de protocolo, disponível na Prefeitura de Arroio Trinta;
- Contribuindo nas Reuniões Comunitárias;
- Com sugestões, por escrito ou oralmente nas Audiências Públicas Finais.

Ajude também compartilhando com seus colegas, amigos e familiares!


Durante o período de elaboração da proposta de revisão do Plano Diretor as pessoas poderão encaminhar suas dúvidas, críticas, ideias e/ou sugestões. As contribuições enviadas serão publicadas, estarão disponibilizadas para consultas e poderão ser visualizadas por todos que acessarem a página. E todas as participações serão analisadas e respondidas pelos técnico responsáveis.

Fonte: CINCATARINA (2021)

O modelo de questionário de contribuição aplicado aos munícipes, que poderiam ser acessados das formas descritas acima, é apresentado nas figuras a seguir (Figura 97 a Figura 99):

Figura 97 - Modelo do questionário de contribuição online – Parte 01

QUESTIONÁRIO PLANO DIRETOR DE ARROIO TRINTA



Questionário - Plano Diretor Arroio Trinta

O objetivo deste questionário é conhecer a sua opinião sobre o lugar onde você mora e identificar os problemas da sua comunidade.

*Obrigatório

Qual o seu endereço? *

Sua resposta _____

Qual o bairro? *

Sua resposta _____

Idade *

- Menor de 17 anos
- De 18 a 24 anos
- De 25 a 40 anos
- De 40 a 59 anos
- Acima de 60 anos


Com relação aos itens abaixo, qual o nível de satisfação na sua cidade: *

	Ruim	Aceitável	Bom
Comércios e serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lazer e esportes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Escolas e creches	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Posto de saúde e hospital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oferta de moradias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oferta de emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Distribuição de água	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tratamento de esgoto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coleta de lixo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Drenagem de água	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Iluminação Pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições das calçadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Arborização e vegetação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ciclovias e ciclofaixas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Limpeza urbana	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trânsito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Transporte público	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cultura da cidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: CINCATARINA (2021)

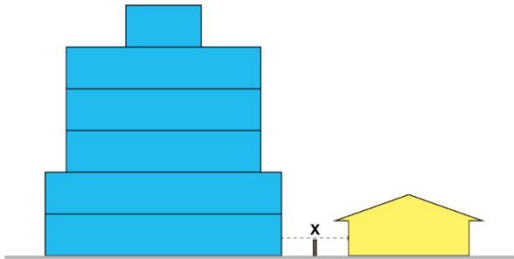
Figura 98 - Modelo do questionário de contribuição online – Parte 02.

O uso misto comercial e residencial traz a segurança das ruas, aumentando a circulação de pedestres em diversos horários. Para que o caminho a pé se torne atrativo, classifique os itens abaixo: *




	Intolerável	Aceitável	Desejável
Mostruário fora das lojas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mesas na calçada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lixeiras e bancos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Toldos sobre a calçada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Calçadas padronizadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Calçadas acessíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Arborização adequada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fachada com vitrine	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Analisando a insolação e ventilação desejada para sua cidade, qual é a distância entre as edificações (X) que você considera ideal: *



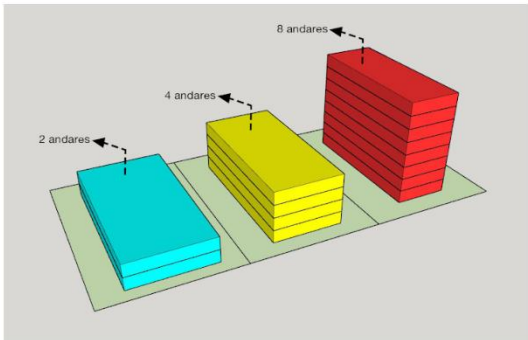
3 metros
 4 metros
 5 metros

Na cidade todos temos o direito de ir e vir. Observando a imagem, percebemos que cada acesso de veículo utiliza a calçada pública como rampa particular. No seu ponto de vista isto é: *



Intolerável Aceitável Desejável

Na imagem temos o mesmo terreno e área construída, porém com afastamentos e andares diferentes. Considerando que a imagem da cidade está relacionada ao bem-estar de cada cidadão, opine sobre cada formato: *



	Intolerável	Aceitável	Desejável
2 andares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4 andares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8 andares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

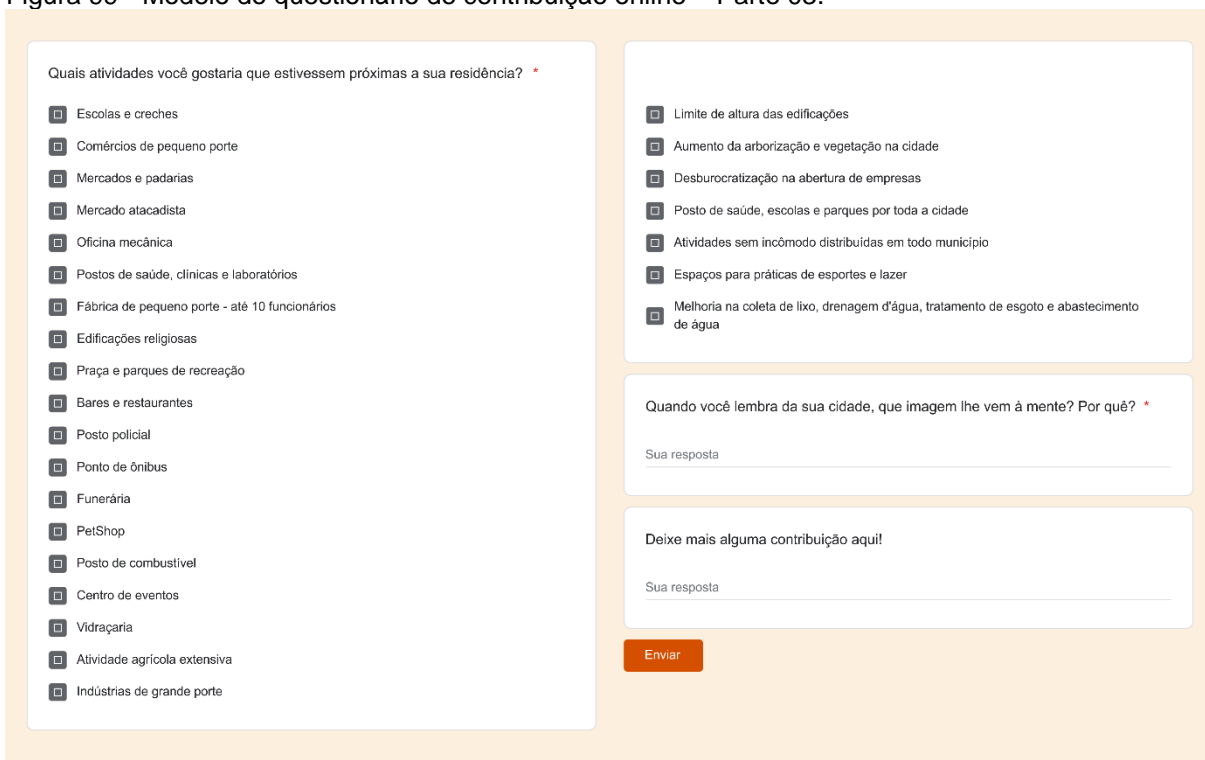
A parede cega impossibilita a ventilação e insolação das edificações em seu entorno. Analisando a imagem abaixo, qual é sua opinião: *



	Aceitável	Intolerável
Parede cega na fachada (imagem)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Parede cega com o vizinho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 99 - Modelo do questionário de contribuição online – Parte 03.



Quais atividades você gostaria que estivessem próximas a sua residência? *

- Escolas e creches
- Comércio de pequeno porte
- Mercados e padarias
- Mercado atacadista
- Oficina mecânica
- Postos de saúde, clínicas e laboratórios
- Fábrica de pequeno porte - até 10 funcionários
- Edificações religiosas
- Praça e parques de recreação
- Bares e restaurantes
- Posto policial
- Ponto de ônibus
- Funerária
- PetShop
- Posto de combustível
- Centro de eventos
- Vidraçaria
- Atividade agrícola extensiva
- Indústrias de grande porte

- Limite de altura das edificações
- Aumento da arborização e vegetação na cidade
- Desburocratização na abertura de empresas
- Posto de saúde, escolas e parques por toda a cidade
- Atividades sem incômodo distribuídas em todo município
- Espaços para práticas de esportes e lazer
- Melhoria na coleta de lixo, drenagem d'água, tratamento de esgoto e abastecimento de água

Quando você lembra da sua cidade, que imagem lhe vem à mente? Por quê? *

Sua resposta

Deixe mais alguma contribuição aqui!

Sua resposta

Enviar

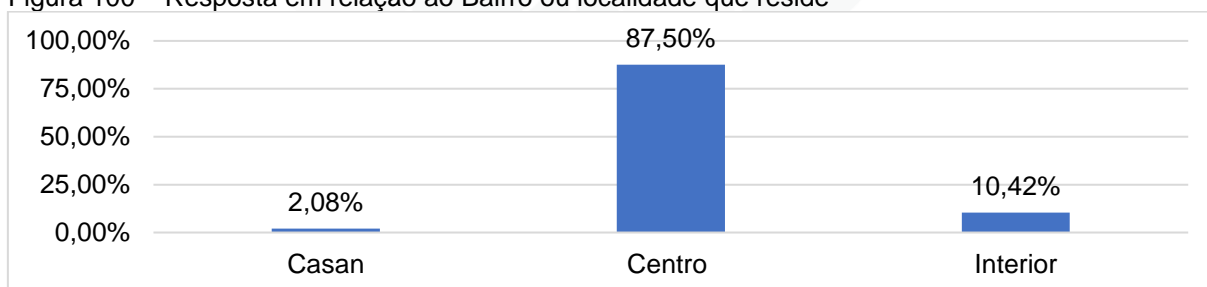
Fonte: CINCATARINA (2021)

As contribuições recolhidas por meio do questionário de contribuição, foram analisadas buscando identificar as similaridades mediante os anseios da população, sobre temas relevantes para a revisão do Plano Diretor.

O questionário online esteve disponível a população do dia 14 de agosto de 2020 até 20 de agosto de 2021, com o objetivo de atingir o maior número de participações. Durante esse período de mais de 01 ano, foram obtidas 96 participações. Os resultados obtidos estão apresentados a seguir, através de gráficos e com a análise das respostas da população.

Em relação ao local de residência, a maioria dos participantes responderam que residem no Centro (87,50%), conforme exposto na Figura 100.

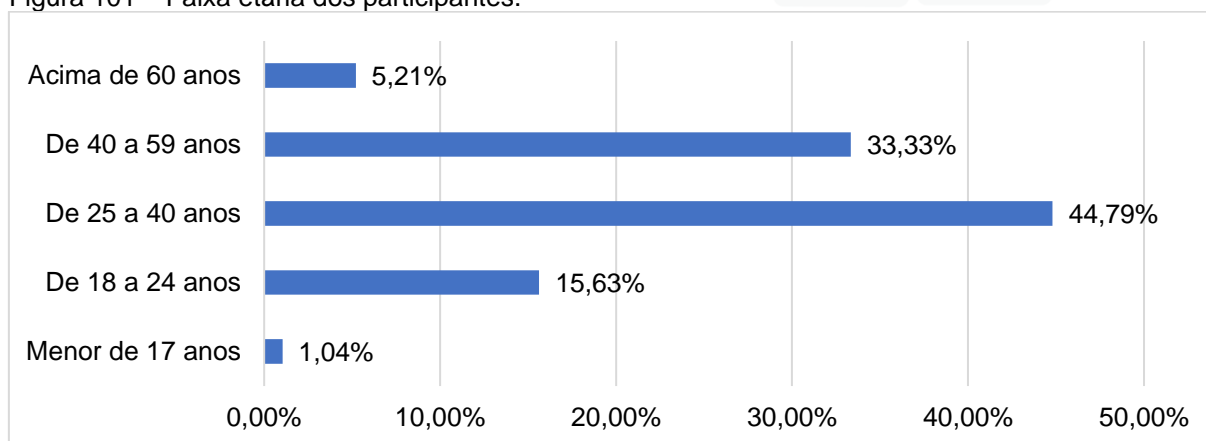
Figura 100 – Resposta em relação ao Bairro ou localidade que reside



Fonte: CINCATARINA (2021)

Em relação a faixa etária dos participantes, na Figura 101, podemos observar que houve maior participação da faixa etária de 25 a 40 anos (aproximadamente 45%) e, deste modo, pode-se afirmar que houve maior participação da camada adulta da população de Arroio Trinta, ou seja, 83,33% acima dos 25 anos.

Figura 101 – Faixa etária dos participantes.



Fonte: CINCATARINA (2021)

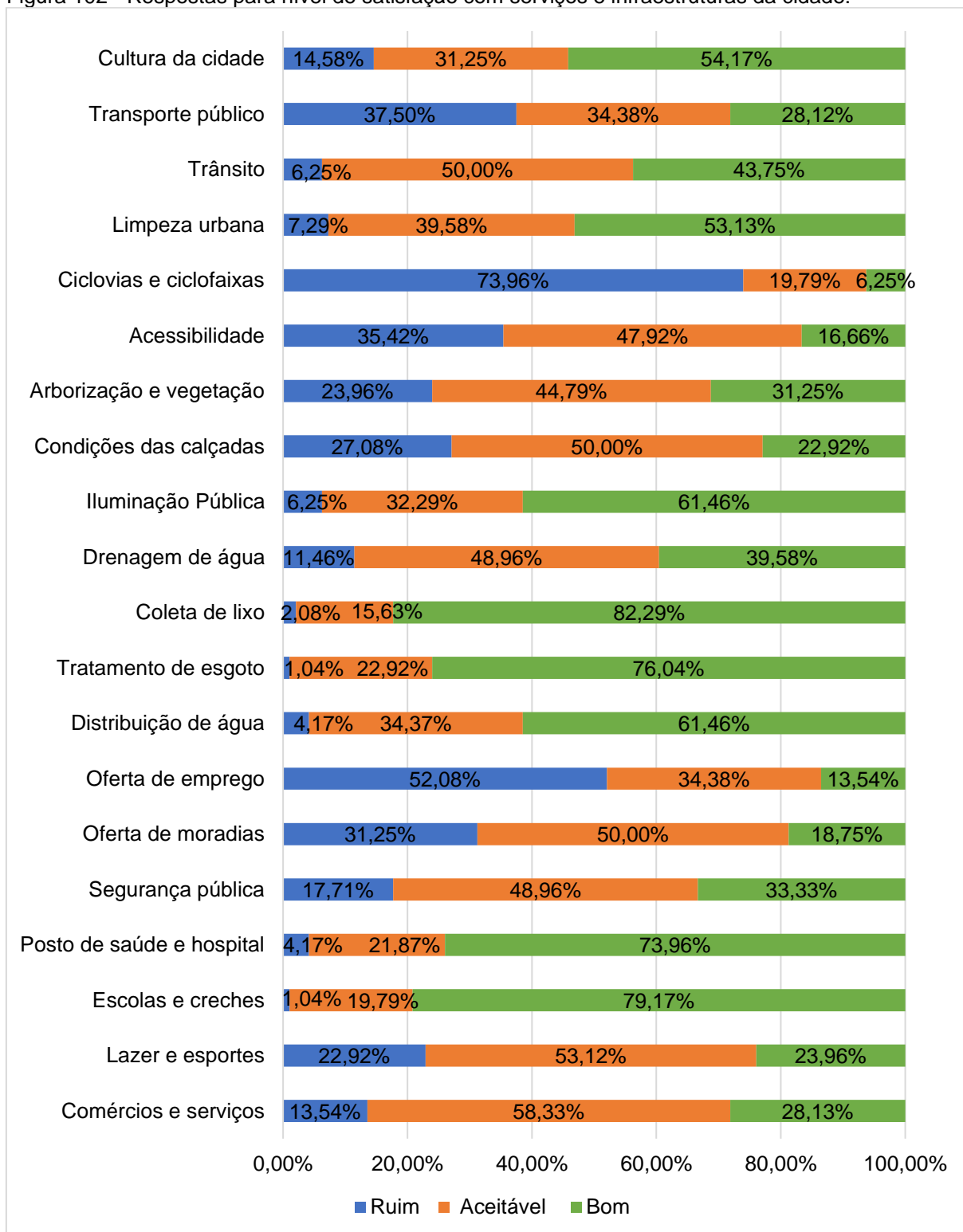
Através das contribuições pode-se obter o nível de satisfação com relação a serviços e infraestrutura urbana (Figura 102). As maiores insatisfações da comunidade foram relacionadas: ciclovias e ciclofaixas (73,96%), oferta de emprego (52,08%) e transporte público (37,50%).

Os serviços e infraestruturas considerados aceitáveis pela comunidade são: comércios e serviços (58,33%), lazer e esportes (53,12%), oferta de moradias (50,00%), condições das calçadas (50,00%), trânsito (50,00%), segurança pública (48,96%), drenagem de água (48,96%), acessibilidade (47,92%) e arborização e vegetação (44,79%).

Os serviços considerados majoritariamente bons são: coleta de lixo (82,29%), escolas e creches (79,17%), tratamento de esgoto (76,04%), posto de saúde e hospital (73,96%), distribuição de água (61,46%), iluminação pública (61,46%), cultura da cidade (54,17%) e limpeza urbana (53,13%).

Através desta questão foi possível observar que a população, em sua maioria, considera os itens mencionados como bons ou aceitáveis, sendo considerados majoritariamente insatisfatórios questões de relacionadas mobilidade urbana e a oferta de empregos.

Figura 102 - Respostas para nível de satisfação com serviços e infraestruturas da cidade:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Na Figura 103, questionou-se sobre aspectos relacionados aos espaços públicos e calçadas. Sendo considerado intolerável por 50,00% dos respondentes a disposição de mesas nas calçadas.

A possibilidade de fixação toldos sobre as calçadas, foi considerável aceitável por 52,05% dos participantes, enquanto, a exposição de mostruário fora das lojas recebeu 47,92% de respostas consideradas como aceitáveis.

Os itens que se demonstraram desejáveis para os munícipes foram: as calçadas padronizadas (62,50%), as calçadas acessíveis (61,46%), a fachada com vitrine (56,25%), a arborização adequada (55,21%) e as lixeiras e bancos (47,92%).

Ao final, 62,50% dos itens avaliados foram considerados desejáveis, conforme resultado exposto na Figura 104.

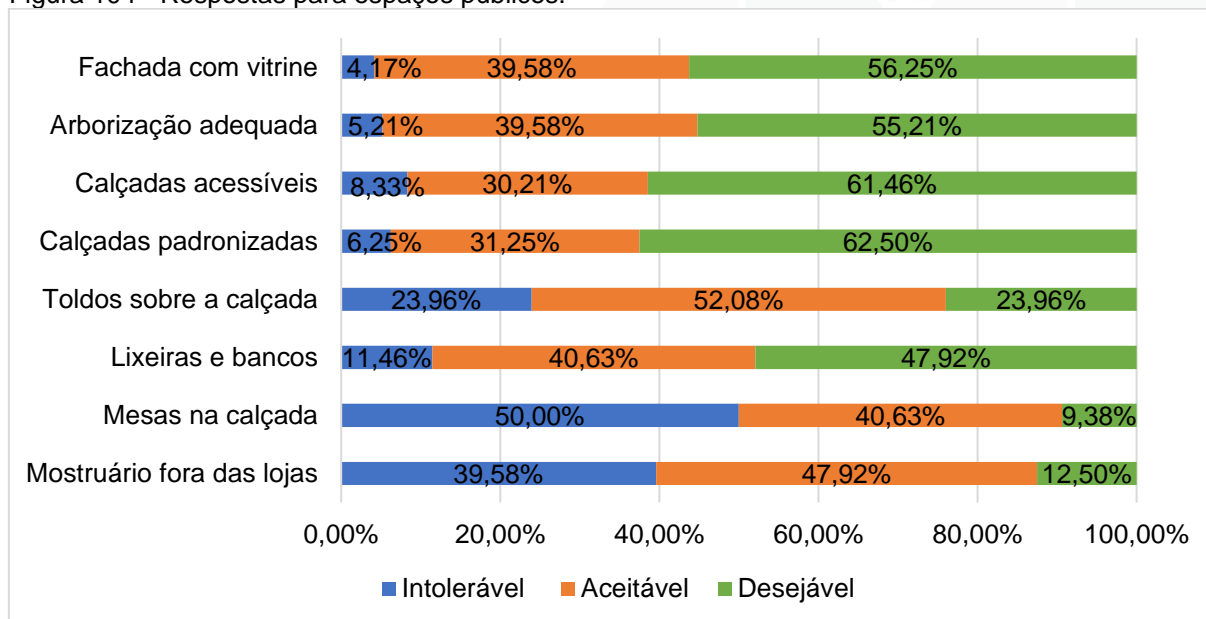
Figura 103 – Questionamento em relação aos Espaços públicos.

O uso misto comercial e residencial traz a segurança das ruas, aumentando a circulação de pedestres em diversos horários. Para que o caminho a pé se torne atrativo, classifique os itens abaixo:



Fonte: CINCATARINA (2021)

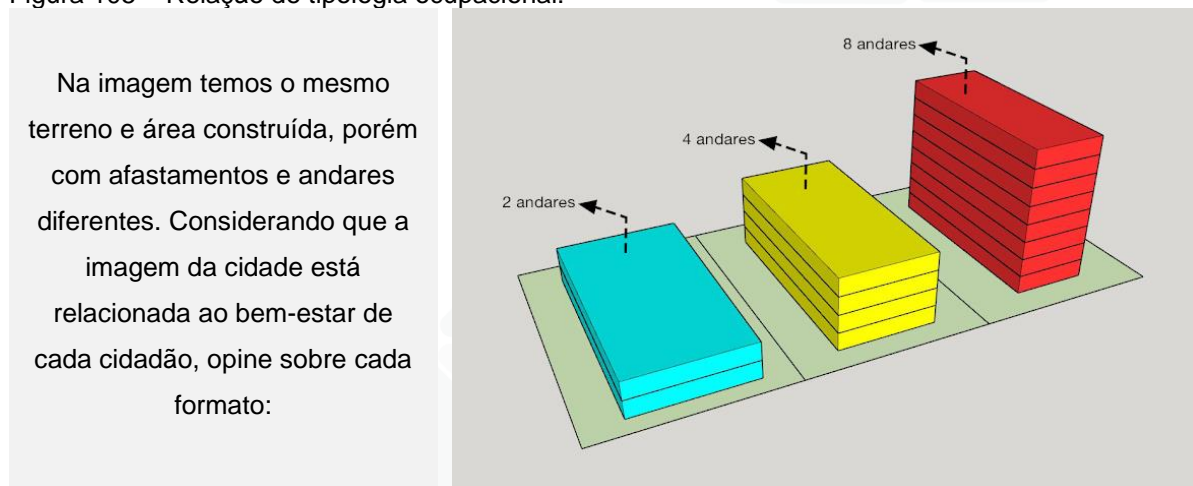
Figura 104 - Respostas para espaços públicos:



Fonte: CINCATARINA (2021)

A questão representada na Figura 105 busca compreender a tipologia ocupacional para município no que se refere a gabarito e afastamentos, considerando mesma área construída e terreno, questionando qual modelo é preferível. Vale ressaltar que, quanto maior o gabarito maior serão os afastamentos.

Figura 105 – Relação de tipologia ocupacional:



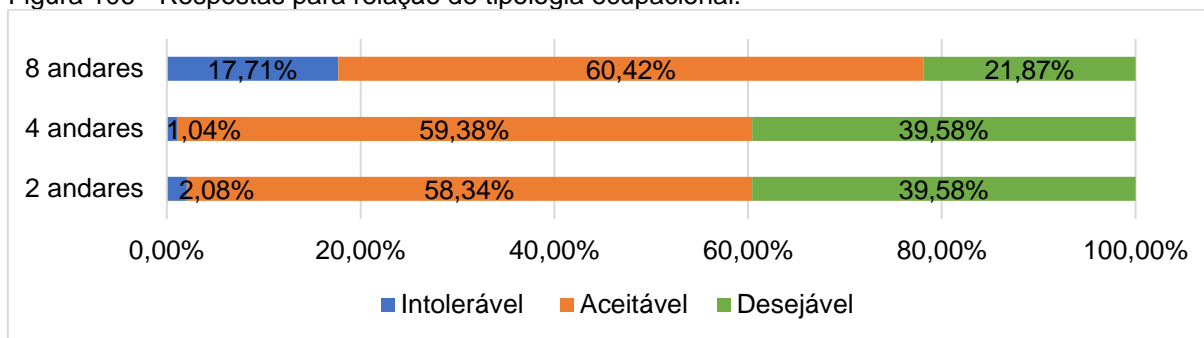
Fonte: CINCATARINA (2021)

Na Figura 106, estão expostos os resultados para relação de tipologia ocupacional, cujo resultado indicou que não houve consenso para o modelo considerado mais aceitável, pois, os percentuais de aceitabilidade foram de 60,42% dos participantes para o modelo de 8 andares, de 59,38% dos respondentes para o modelo de 4 andares e de 58,34% dos respondentes para o modelo de 2 andares.

Enquanto, os modelos de 2 e 4 andares apresentaram empate e foram considerados desejáveis por 39,58% dos respondentes. O modelo de 8 andares foi considerado intolerável por 17,71% dos respondentes, apesar disso, nenhuma das opções foi considerada majoritariamente intolerável.

Deste modo, observando os resultados, fica evidente o desejo dos participantes pela diversificação dos volumes, desde que preservem a imagem da cidade e garantam a continuidade de crescimento dentro da realidade do município.

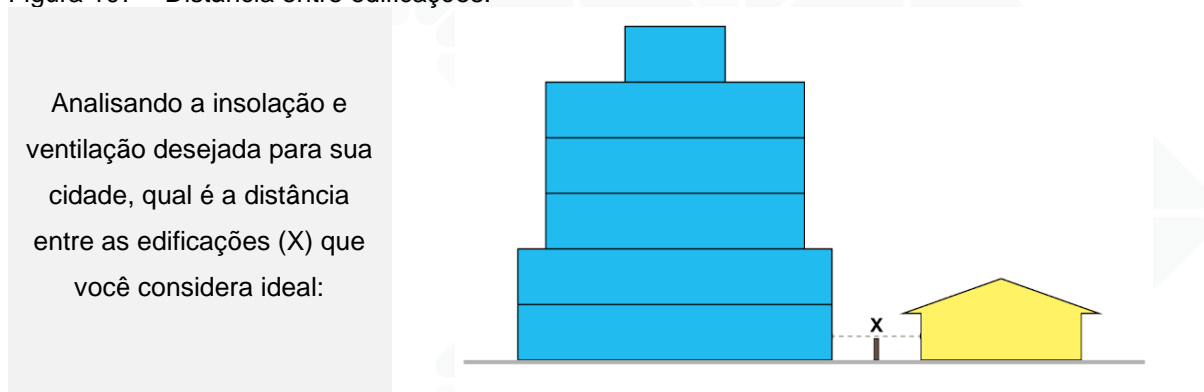
Figura 106 - Respostas para relação de tipologia ocupacional:



Fonte: CINCATARINA (2021)

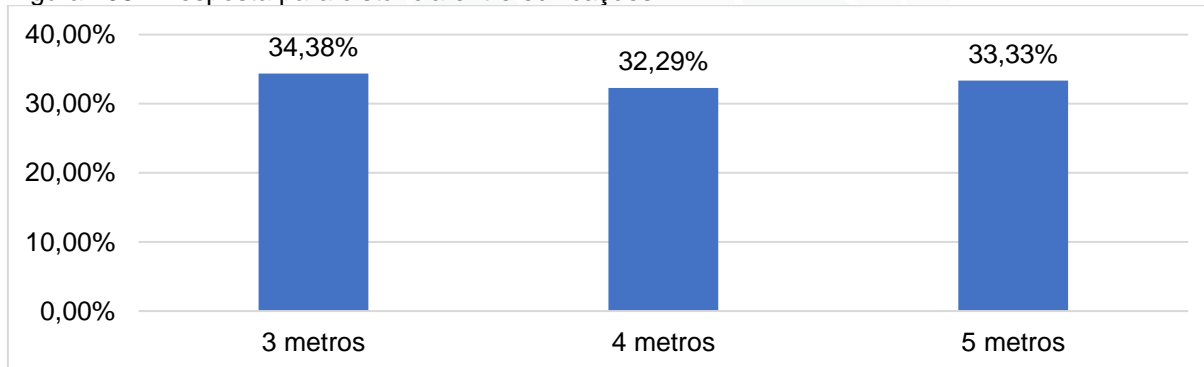
Os munícipes foram questionados sobre a distância que se considera ideal deixar entre as edificações, considerando a insolação e ventilação do ambiente (Figura 107). E, conforme os resultados expostos (Figura 108) 34,38% dos participantes preferem a distância de 3 m, 33,33% dos participantes a distância de 5 m e 32,29% dos participantes a distância de 4 m. Identificando a importância de se manter uma distância adequada entre edificações para que estas tenham iluminação e ventilação suficiente ao bem-estar dos usuários.

Figura 107 – Distância entre edificações:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 108 - Resposta para distância entre edificações.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Os participantes também foram questionados se consideravam desejável, aceitável ou intolerável a construção de rampas para acesso de veículos em toda largura das calçadas, criando degraus, conforme o exemplo representado na Figura 109, utilizado na questão. Conforme os resultados da Figura 110, 79,17% dos questionados consideraram intoleráveis os usos de rampas desta maneira.

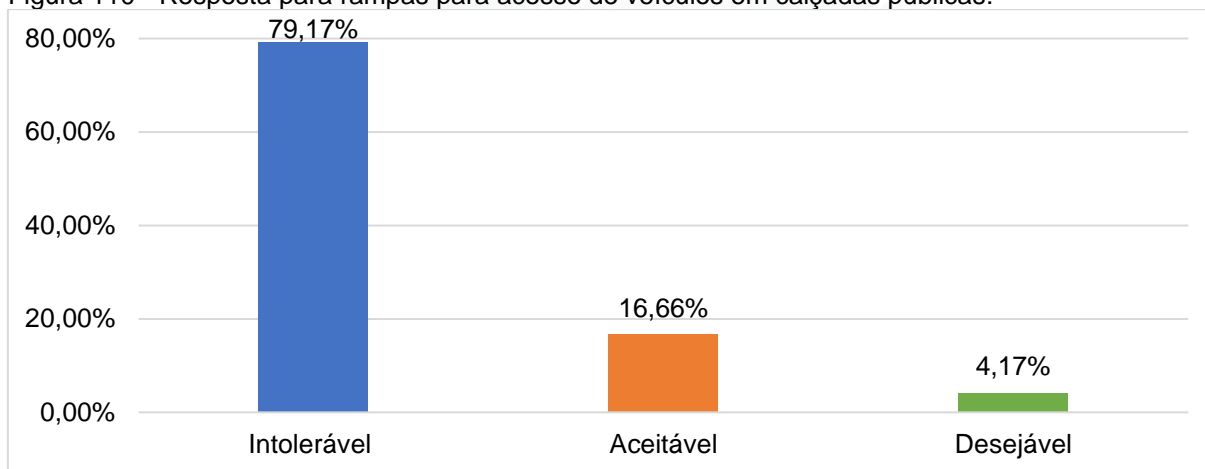
Figura 109 – Rampas para acesso de veículos em calçadas públicas:

Na cidade todos temos o direito de ir e vir. Observando a imagem, percebemos que cada acesso de veículo utiliza a calçada pública como rampa particular. No seu ponto de vista isto é:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 110 - Resposta para rampas para acesso de veículos em calçadas públicas:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Os respondentes foram questionados sobre a aceitação de se construir paredes cegas no recuo frontal e nas divisas (laterais e de fundos), conforme exemplo da Figura 111. Os resultados apresentados Figura 112, apontam que a construção de paredes cegas em recuos frontais, foi considerada intolerável por 67,71% dos participantes, enquanto, a construção de parede cegas em divisas laterais e de fundos é aceitável por 80,21% dos participantes.

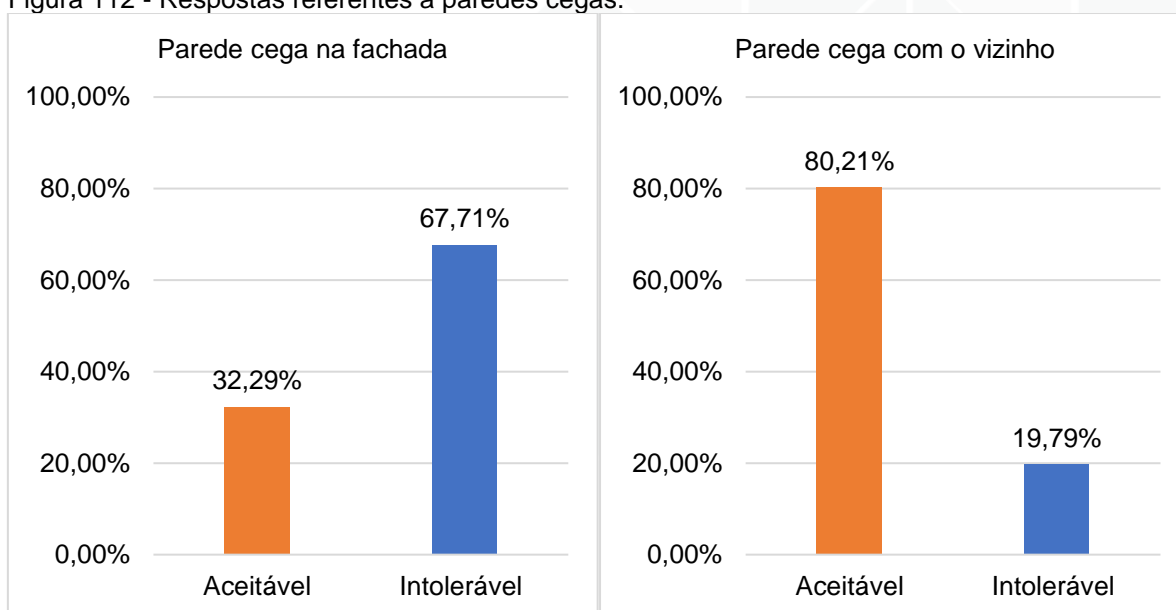
Figura 111 – Parede cega nas divisas:

A parede cega impossibilita a ventilação e insolação das edificações em seu entorno. Analisando a imagem abaixo, qual é sua opinião:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Figura 112 - Respostas referentes a paredes cegas.

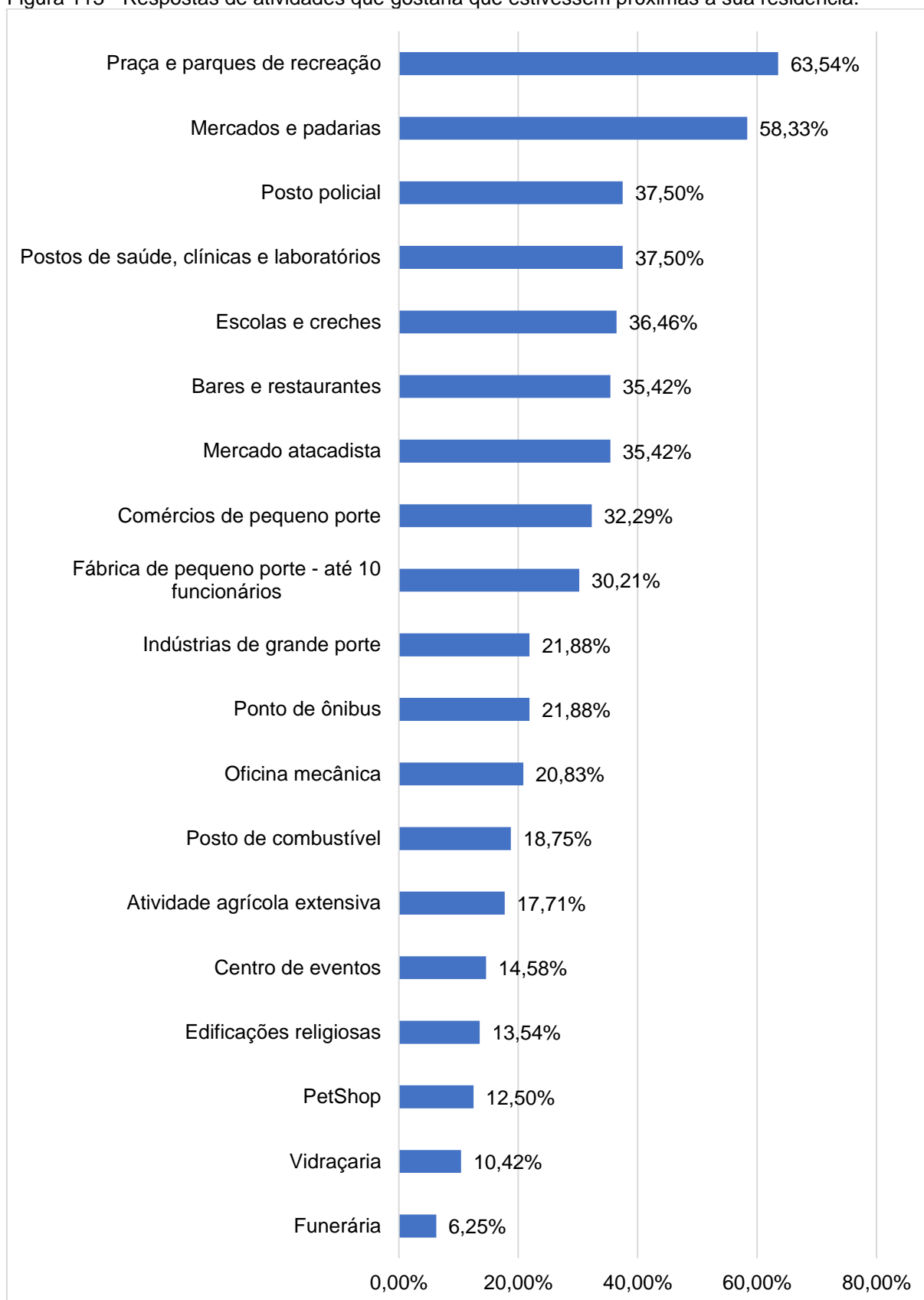


Fonte: CINCATARINA (2021)

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre quais atividades gostariam que se localizassem próximo as suas residências (Figura 113). Em ordem de número de respostas, a atividade mais desejável foi praça e parques de recreação com 63,54%, seguida de: mercados e padarias (58,33%), postos de saúde, clínicas e laboratórios (37,50%), posto policial (37,50%), escolas e creches (36,46%), mercado atacadista (35,42%), bares e restaurantes (35,42%), comércios de pequeno porte (32,29%) e fábrica de pequeno porte - até 10 funcionários (30,21%).

As atividades com menor preferência foram: ponto de ônibus (21,88%), indústrias de grande porte (21,88%), oficina mecânica (20,83%), posto de combustível (18,75%), atividade agrícola extensiva (17,71%), centro de eventos (14,58%), edificações religiosas (13,54%), petshop (12,50%), vidraçaria (10,42%) e funerária (6,25%).

Figura 113 - Respostas de atividades que gostaria que estivessem próximas a sua residência.



Fonte: CINCATARINA (2021)

Também foram questionados quais os itens que devem ser priorizados no município (Figura 114). Os principais itens apontados foram: os espaços para práticas de esportes e lazer (63%), a desburocratização na abertura de empresas (54%) e o aumento da arborização e vegetação na cidade (51%).

Mesmo em menor número, outros itens foram elencados na questão, devendo estes serem analisados também como prioridades no planejamento para o município.

Figura 114 - Respostas para itens que devem ser priorizados no município.

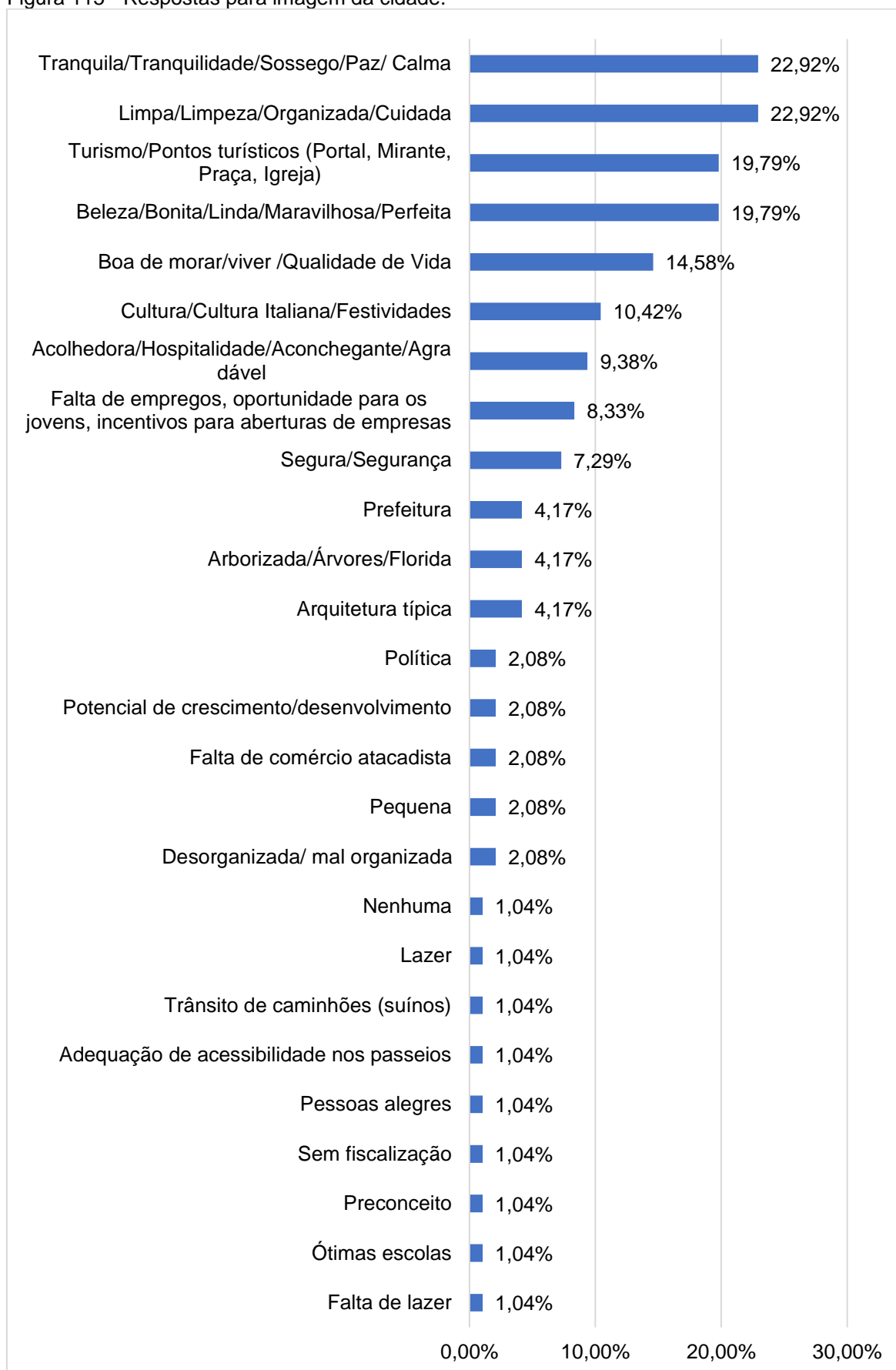


Fonte: CINCATARINA (2021)

Os 96 participantes foram questionados qual imagem lhe vem à cabeça quando lembram de sua cidade, recebendo diversas respostas, conforme exposto na Figura 115 que agrupa todas as respostas apontadas de forma quantitativa, quando similares. É possível visualizar todas as respostas integralmente no ANEXO XII.

As principais palavras que expressam a imagem da cidade segundo as colocações dos respondentes foram: tranquilidade (22,92%), limpeza/organização (22,92%), turismo (19,79%), bonita (19,79%), boa de morar (14,92%) e cultura (10,42%), dentre outras.

Figura 115 - Respostas para imagem da cidade.



Fonte: CINCATARINA (2021)

O formulário ainda dispunha de um espaço para contribuição, cujo preenchimento não era obrigatório. Neste campo foram recebidas 51 contribuições dispostas no ANEXO XII, que apresentam temas diversificados. Os maiores destaques nessas contribuições, apresentados na Figura 116, foram: arborização urbana e embelezamento da cidade (25,49%), investimentos, incentivos e melhorias para empresas (15,69%), oferta de empregos (11,76%) e melhorias na infraestrutura urbana (9,80%).

Figura 116 - Síntese das contribuições recebidas:



Fonte: CINCATARINA (2021)

Por fim, percebe-se através das contribuições o interesse pela manutenção da imagem da cidade, pelo embelezamento urbano, pela criação de espaços públicos adequados ao lazer, esporte e convívio social, objetivando o aumento de qualidade de vida dos munícipes.

Verificamos ainda apontamentos relacionados ao desenvolvimento econômico, a melhoria da infraestrutura viária, de mobilidade urbana e acessibilidade e de modais ativos, de saneamento básico, de iluminação pública, da preservação ambiental, tal como, indicações para adequações de índices urbanísticos.

4.4 Contribuições (e-mail ou protocolo físico)

Outras duas formas de recebimento de contribuição e/ou esclarecimento de dúvidas disponibilizada durante a revisão do Plano Diretor, foram o protocolo físico disponibilizado para preenchimento diretamente na prefeitura e através do endereço eletrônico (e-mail) pensararroiotrinta@cincatarina.sc.gov.br. Tais instrumentos foram disponibilizados até a data de 20 de agosto de 2021, para recebimento de contribuições. Por meio destes instrumentos, não houve nenhuma contribuição até a referida data.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o fechamento do diagnóstico da revisão do plano diretor utilizou-se a metodologia do CDP, o qual apresenta de uma maneira visual, compreensível e ordenada, as condicionantes, deficiências e potencialidades do município analisado sobre a perspectiva dos eixos estratégicos: econômico e social, estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação ambiental, proteção do patrimônio histórico e cultural, formando dados relevantes para o planejamento urbanístico. A classificação destes três grupos ocorre da seguinte maneira:

- **Condicionantes:** são elementos que existem e devem ser mantidos no município, preservados ou conservados, podem configurar restrições ou impedimentos;
- **Deficiências:** são elementos e situações de carácter negativo, que prejudicam o desenvolvimento urbano e devem ser analisados e melhorados;
- **Potencialidades:** geram demandas de inovação, os quais são elementos, recursos ou vantagens que até o momento não foram aproveitadas devidamente e podem ser incorporadas e potencializadas ao desenvolvimento futuro do município.

5.1 Econômico e social

Através da análise dos aspectos econômicos e sociais, foi possível averiguar contrastes existentes no município de Arroio Trinta, relacionados principalmente em áreas providas de infraestrutura, e em contraponto, outras áreas com necessidades de qualificação para o seu desenvolvimento.

Condicionantes

- IDHM Alto (0,764);
- Localização do município, situado ao centro de Santa Catarina;
- População da área urbana de 68,44% e da área rural de 31,56%;
- Possui um hospital;
- Sucessão familiar;
- Salário médio mensal de 2,1 salários-mínimos.

Deficiências

- Ausência de adequação das legislações municipais as normas técnicas vigentes assim como, as legislações estaduais e federais;
- Ausência de conselho empossado que delibere quanto às matérias de planejamento urbano;
- Decréscimo no número de empregos em 1,9% (2017-2018);
- Demanda para investimentos nas infraestruturas e serviços públicos de saúde, de educação, de esporte, de segurança, assistência social e cultura;
- Demanda para o aumento no número de vagas de empregos;
- Demanda para revisão das diretrizes de habitação de interesse social;
- Demanda por agentes de fiscalização para aplicação da legislação;
- Demanda por incentivos e facilitações para o desenvolvimento econômico (agricultura, turismo, comércio, serviços e indústrias);
- Falta de espaços de lazer, recreação e práticas esportivas;
- Falta de previsão de instrumentos de participação democrática na legislação vigente;
- Falta de qualificação profissional;
- Falta de regularização de imóveis;
- Falta suporte aos jovens para investir no município;
- Necessidade de incentivos para novas empresas;
- Necessidade fiscalização e regularização de imóveis.

Potencialidades

- Crescimento no número de vagas de empregos nos setores da indústria de transformação e de utilidade pública, da construção civil e agrícola;
- Fortalecer e dar incentivos para a agricultura familiar;
- Incentivos para instalação de novas empresas e para o empreendedorismo;
- Melhorar os espaços públicos de lazer, convívio social e práticas esportivas;
- O setor de serviços é a principal fonte de empregos de Arroio Trinta (2017-2018);
- Oportunidades de acesso dos jovens ao mercado de trabalho;
- Possibilidade de diversificação das atividades econômicas;

- Possibilidade de incorporar os instrumentos jurídicos e administrativos obrigatórios do Estatuto da Cidade ao Plano Diretor, bem como, regularizar e adequar os existentes na lei;
- Potencial para o desenvolvimento e melhoria do setor do turismo.

5.2 Estruturação urbana

Através da análise dos aspectos da estruturação urbana apresentados nas leituras técnica e comunitária, foi possível retratar as diversidades socioespaciais, as barreiras físicas, a predominância no uso do solo, as tendências de expansão do município e a paisagem urbana, explanados nos apontamentos a seguir.

Condicionantes

- Crescimento de 23,33% de novas edificações no período de 2012-2019;
- Existência de legislação urbanística vigente;
- Gabarito das edificações existentes não ultrapassam 06 pavimentos, no geral, com baixa incidência de verticalização ao longo dos anos;
- Poucos vazios urbanos;
- Preservação da imagem da cidade;
- Uso do solo é predominantemente residencial (79%);
- Vias, quadras e lotes seguem formato irregular.

Deficiências

- Ausência de diretrizes e parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo para áreas rurais;
- Concentração de usos mistos e comerciais na área central;
- Demanda para regularização de imóveis;
- Demandas da população para criação de parâmetros para construções com características da arquitetura italiana.
- Densidade demográfica do município não atinge os valores mínimos para a sustentabilidade de oferta de infraestrutura urbana (75 hab/ha);
- Existência de atividade agrícola no perímetro urbano que vai contra a finalidade de uso do solo urbano;

- Existência de legislação urbanística vigente;
- Existência de loteamentos irregulares;
- Necessidade de adequação/revisão dos parâmetros urbanísticos e do zoneamento, com relação à tipologia ocupacional encontrada (gabarito, afastamentos, recuos, etc.), infraestrutura, serviços e densidade populacional;
- Necessidade de melhoria no adensamento da cidade;
- Necessidade de modernização quanto à entrega e análise de projetos de construção e de parcelamentos do solo, para meio digitais;
- Necessidade de revisão de parâmetros de parcelamento do solo.

Potencialidades

- Desburocratização e modernização dos processos de análise de projetos para meios (protocolo) digitais;
- Fiscalização e criação de instrumentos para a coibição de parcelamentos e ocupações irregulares do solo;
- Melhorar a aparência das vias;
- Possibilidade de implantação de um estilo arquitetônico típico relacionada a arquitetura italiana;
- Possibilidade de inclusão de novas modalidades de parcelamento do solo (condomínios, loteamentos industriais e loteamentos de interesse social);
- Possibilidade de revisão dos parâmetros urbanísticos;
- Possibilidade de instalação de empresas e indústrias em áreas rurais, desde que os usos sejam compatíveis ao ambiente;
- Potencial para adensamento populacional nas áreas providas de infraestrutura;
- Preservação da identidade do município;
- Promoção e fomento do uso misto do solo nos bairros;
- Regularização de loteamentos irregulares;
- Revisão das diretrizes de parcelamento do solo;
- Revisão do zoneamento com estímulo ao uso do solo misto, distribuição homogênea dos serviços para todo o município;
- Revisão e adequação do zoneamento vigente e delimitação de zoneamento para as áreas rurais.

5.3 Mobilidade urbana

Quando analisamos a mobilidade urbana, com vista a qualidade de vida da população, levamos em conta os deslocamentos diários de munícipes e turista, a maneira como ocorrem estes deslocamentos, os meios de transporte e as principais vias utilizadas. Analisamos ainda, aspectos relacionados a acessibilidade, segurança, atrativos e infraestrutura existentes.

Condicionantes

- Existência da SC-464 e da SC-465;
- Existência de cursos d'água nas áreas urbanizadas;
- Existência de dois acessos viários principais;
- Existência de transporte coletivo intermunicipal;
- Grande parte das vias do município são pavimentadas com asfalto ou paralelepípedos;
- Topografia acidentada que interfere na constituição da malha viária.

Deficiências

- Ausência de legislações específicas para acessibilidade e mobilidade urbana;
- Carência de mobiliário urbano;
- Existência de vias sem saída;
- Falta de legislação com hierarquização do sistema viário;
- Falta de parâmetros na legislação municipal para estacionamentos de motocicletas e bicicletas, malha cicloviária, acessibilidade e arborização;
- Inexistência de malha cicloviária;
- Inexistência de rotas acessíveis;
- Melhoria da iluminação pública;
- Necessidade de adequação da classificação das vias;
- Necessidade de adequação, manutenção, construção e padronização das calçadas em conformidades as normas de acessibilidade;
- Necessidade de melhoria do transporte escolar;
- Necessidade de melhorias na infraestrutura viária, de sinalização, de pavimentação, de interligação viária e de fluxo de tráfego.

Potencialidades

- A logística para escoamento de produção e bens é favorecida pela existência da SC-464 e da SC-465;
- A maioria das vias urbanas são pavimentadas;
- Criação de regulamentações que prevejam acessibilidade;
- Implantação de malha cicloviária;
- Melhoria da sinalização viária;
- Padronização das calçadas e criação de rotas acessíveis;
- Possibilidade de aumento dos espaços públicos destinados a circulação de pessoas e para modais ativos;
- Possibilidade de criar padrões para a largura do gabarito das vias;
- Potencialidade para interligação/conexão de vias.

5.4 Qualificação ambiental

Os aspectos relacionados à qualificação ambiental são relacionados as áreas de preservação ambiental, geologia, recursos hídricos, topografia, áreas de risco, arborização urbana, tratamento paisagístico, saneamento básico, dentre outros. E como estes afetam a vivência nos espaços urbanos.

Condicionantes

- Áreas de preservação permanentes existentes no perímetro urbano;
- Está situado na bacia hidrográfica do Rio do Peixe;
- Há existência de praças;
- Temperatura que médias que variam entre 9°C a 26°C;
- Topografia acidentada com declividade predominante na faixa de 30% a 99,99%.

Deficiências

- Ausência de regulamentações específicas para o paisagismo urbano (plano de arborização);
- Demanda para investimentos e ampliação de parques, praças e áreas de lazer;

- Demanda para tratamento paisagístico, ajardinamento, arborização e embelezamento das vias e espaços públicos;
- Demanda por melhoria e investimentos no saneamento básico, para coleta de lixo, limpeza urbana e ampliação de rede de coleta e tratamento de esgoto;
- Falta de áreas para lazer, esporte e convívio social;
- Falta de incentivos para construções sustentáveis (cisternas);
- Necessidade de preservação das águas;
- Necessidade melhorar rede elétrica e a iluminação pública;
- Ocupações em áreas de preservação permanente.

Potencialidades

- Ampliar a arborização urbana e o tratamento paisagístico;
- Ampliar e manter as áreas de lazer (praças e parques) de esporte e de convívio social em todo município;
- Incentivos a edificações com princípios de sustentabilidade (cisternas);
- Melhorar as diretrizes referentes a arborização;
- Melhorar as infraestruturas e serviços de saneamento básico;
- Potencializar, preservar e recuperar os cursos d'água e suas margens.

5.5 Patrimônio histórico e cultural

O patrimônio é composto pelo conjunto dos bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto. São os portadores de referência e identidade da cidade, que caracteriza e destaca-se como uma particularidade do município. Neste sentido, o levantamento do CDP, evidenciou os pontos para a valorização da cultura e memória da cidade.

Condicionantes

- Atrativos e pontos turísticos;
- Casa da Cultura / Museu do Colonizador;
- Cultura dos imigrantes italianos;
- Festividades e eventos culturais;

- Gastronomia;
- Manter incentivo à cultura e ao turismo;
- Paisagens e atrativos naturais;
- Preservação da imagem da cidade.

Deficiências

- Ausência de legislação específica para a preservação do patrimônio histórico-cultural;
- Falta de definição das características das construções com arquitetura italiana;
- Falta de incentivos para a gastronomia típica;
- Necessidade de levantamento de lista de bens de interesse de tombamento;
- Necessidade de parque de eventos.

Potencialidades

- Casa da Cultura / Museu do Colonizador;
- Criação de legislação para incentivo de construções em arquitetura italiana;
- Ensino da língua dos colonizadores nas escolas (italiano);
- Fomentar festividades, eventos e grupos culturais;
- Gastronomia;
- Inventariar os bens do patrimônio histórico e cultural materiais e imateriais;
- Possibilidade de criação de legislação para gestão e tombamento de bens de interesse histórico;
- Possibilidade de fortalecimento do turismo;
- Promover a cultura dos colonizadores italianos;
- Promover e revitalizar as atrações turísticas;
- Promover o ensino da cultura nas escolas.

Por fim, todas as informações contidas nesse diagnóstico serão base para a próxima etapa a seguir da revisão do plano diretor de Arroio Trinta, denominada Prognóstico. Esse produto buscará balizar as medidas necessária para a revisão da legislação urbanística, apontando princípios, objetivos e diretrizes para o desenvolvimento territorial ordenado da cidade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROIO TRINTA. Decreto nº 560, de 23 de abril de 2004. **Aprova o Regulamento do Código de Obras e Edificações do Município de Arroio Trinta.** Disponível em: <https://static.fecam.net.br/uploads/770/arquivos/1326204_DECRETO___REGULAMENTO_CODIGO_DE_OBRAS.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

ARROIO TRINTA. **História de Arroio Trinta.** Disponível em: <<https://www.arroiotrinta.sc.gov.br/municipio/index/codMapaltem/19314>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ARROIO TRINTA. **História de Arroio Trinta.** Disponível em: <<https://www.arroiotrinta.sc.gov.br/municipio/index/codMapaltem/19314>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ARROIO TRINTA. Lei complementar nº 1024, de 22 de abril de 2004. **Institui o Plano Físico e Territorial Urbano, dispõe sobre as normas, fixa objetivos e diretrizes urbanísticas de Arroio Trinta – SC, e dá outras providências.** Disponível em: <https://static.fecam.net.br/uploads/770/arquivos/1326205_INSTITUI_O_PLANO_FISICO_E_TERRITORIAL_URBANO.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ARROIO TRINTA. Lei complementar nº 1025, de 22 de abril 2004. **Dispõe sobre o Código de Obras do município de Arroio Trinta, e dá outras providências.** Disponível em: <https://static.fecam.net.br/uploads/770/arquivos/1326208_DISPONE_SOBRE_O_CODIGO_DE_OBRAS.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ARROIO TRINTA. Lei complementar nº 1536, de 28 de abril de 2011. **Institui o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Arroio Trinta, dispõe sobre as normas, fixam objetivos e diretrizes, e dá outras providências.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/a/arroio-trinta/lei-complementar/2011/154/1536/lei-complementar-n-1536-2011-institui-o-plano-municipal-de-habitacao-de-interesse-social-de-arroio-trinta-dispoe-sobre-as-normas-fixam-objetivos-e-diretrizes-e-da-outras-providencias?q=plano+de+habita%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

ARROIO TRINTA. Lei complementar nº 941, de 27 de novembro de 2002. **Dispõe sobre as normas relativas à utilização do espaço e o bem estar público - Código de Posturas - do município de Arroio Trinta, e dá outras providências.** Disponível em: <https://static.fecam.net.br/uploads/770/arquivos/1326209_CODIGO_DE_POSTURA.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ARROIO TRINTA. Lei nº 1026, de 22 de abril de 2004. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para fins urbanos no município de Arroio Trinta, e dá**

outras providências. Disponível em:

<https://static.fecam.net.br/uploads/770/arquivos/1326203_DISPOE_SOBRE_O_PARCELAMENTO_DO_SOLO.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ARROIO TRINTA. Lei nº 1026, de 22 de abril de 2004. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para fins urbanos no município de Arroio Trinta, e dá outras providências.** Disponível em:

<https://static.fecam.net.br/uploads/770/arquivos/1326203_DISPOE_SOBRE_O_PARCELAMENTO_DO_SOLO.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ARROIO TRINTA. Lei nº 1027, de 22 de abril de 2004. **Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo Urbano (Zoneamento) da sede do município de Arroio Trinta, e dá outras providências.** Disponível em:

<https://static.fecam.net.br/uploads/770/arquivos/1326206_DISPOE_SOBRE_USO_E_OCUPACAO_DO_SOLO_URBANO.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ARROIO TRINTA. Lei nº 1.900, de 25 de outubro de 2019. **Sistema Municipal de Cultura - SMCAT, e dá outras providências.** Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/sc/a/arroio-trinta/lei-ordinaria/2019/190/1900/lei-ordinaria-n-1900-2019-disp-xf5-e-sobre-a-cria-xe7-xe3-o-do-sistema-municipal-de-cultura-smcat?q=%201.900>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL. Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Arroio Trinta – SC**. 2019. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. Resolução nº 25, de 18 de março de 2005. **Dispõe sobre a elaboração de Planos Diretores a todos os Municípios, de acordo com a Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade)**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/marg/resolu/2005/resolucao-25-18-marco-2005-536546-norma-mci.html>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

CLIMATEMPO. **Climatologia. Arroio Trinta - SC**. 2020. Disponível em: <<https://www.climatempo.com.br/climatologia/4554/arroiotrinta-sc>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM. **Ação emergencial para delimitação de áreas em alto e muito alto risco a enchentes e movimentos de massa: Arroio Trinta, SC. 2018**. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/19565>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Área da unidade territorial**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/arroio-trinta/panorama>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cadastro Central de Empresas** 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/arroio-trinta/pesquisa/19/29761>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico. **Universo - características da população e dos domicílios**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/arroio-trinta/pesquisa/23/27652?detalhes=true>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico. **Densidade demográfica de Arroio Trinta**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Densidade demográfica de Arroio Trinta**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/arroio-trinta/panorama>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

PARANHOS, Alberto. **Novo Zoneamento de Curitiba - o que muda na cidade?**. Câmara Municipal de Curitiba. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rw332jfpgeU&t=151s>>. Acesso em: 04 de ago. 2020.

PNUD, Ipea e FJP. **Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM de Arroio Trinta**. 2010. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/arroio-trinta_sc/>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SANTA CATARINA. **Convite**. Diário Oficial dos Municípios, Florianópolis, SC, edição nº 3566, publicação nº 3165379, 20 julho 2021, p. 108. Disponível em: <https://edicao.dom.sc.gov.br/pdfjs/web/viewer.html?file=https%3A%2F%2Fedicao.dom.sc.gov.br%2F2021%2F07%2F1626806036_edicao_3566_assinada.pdf#page=108>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade - SIE/SC. **Consulta linhas de Arroio Trinta**. 2020. Disponível em: <<http://www3.deter.sc.gov.br/horarios/linha.php?linha=1057&ramal=0>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SANTA CATARINA. Lei nº 17.492, de 22 de janeiro de 2018. **Dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais, no Estado de Santa Catarina e adota outras providências**. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17492_2018_Lei.html>. Acesso em: 11 mai. 2020.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA - SIAGAS. **Poços perfurados em Arroio Trinta até 2020**. Disponível em: <http://siagasweb.cprm.gov.br/layout/pesquisa_complexa.php>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ANEXOS

ANEXO I – NOMEA COMISSÃO DE REVISÃO



Estado de Santa Catarina
Município de Arroio Trinta



DECRETO N° 1969, de 27 de fevereiro de 2020.

Nomeia Comissão para Revisão do Plano Diretor do Município de Arroio Trinta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para revisão do Plano Diretor do Município de Arroio Trinta, a ser composta pelos seguintes membros:

- AMARILDO JOSÉ TURMINA
- SERGIO NESI
- KARINE ARALDI
- GISLAINE ZAMBONI ZANINI
- MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
- ARTHUR MANENTI
- JUNIOR GEMELLI
- JEAN MARCELO ZIERO

Parágrafo único. A Comissão será presidida pela senhora Karine Araldi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.


Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

ANEXO II – APRESENTAÇÃO DA PALESTRA TÉCNICA

@cincatarina /cincatarina
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

**O QUE É O PLANO DIRETOR?****Plano Diretor**

O Plano Diretor engloba princípios e regras orientadoras para o município como um todo. A Elaboração/Revisão do Plano Diretor é o **principal instrumento para o planejamento da cidade que queremos.**

O Plano Diretor é uma política de estado e não de governo.

A cidade acontece e cresce o tempo todo.



Fonte: CNMA, 2015

Plano Diretor

No ano de 2001 foi regulamentada a Lei 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade.

A sua aprovação trouxe uma série de **instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários** para combater a especulação imobiliária, induzir a regularização fundiária e a implementação da habitação de interesse social, além de garantir a construção e controle social da política urbana nos municípios.

Função Social da Cidade e da Propriedade

A elaboração e a aplicação do Plano Diretor é de suma importância para que o Município possa cumprir a sua função social da cidade e da propriedade.

A **função social da cidade** é cumprida quando estabelecemos o direito de ir e vir a qualquer pessoa pela cidade, há ofertas de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a participação coletiva de todos os cidadãos.

A **função social da propriedade** é cumprida quando estabelecemos e fiscalizamos os parâmetros e instrumentos urbanísticos para cada área da cidade de acordo com sua vocação, características, relevo, infraestrutura, entorno e etc.



Função Social


Para a garantia da função social, é preciso compreender que a **propriedade urbana não deve ser pensada apenas como um bem privado e individual**. A propriedade urbana deve ser compreendida como um **bem coletivo**.


O que faço no "meu terreno" é de interesse do Município; portanto, o que construo no "meu terreno" será definido pelo Plano Diretor por meio de seus instrumentos e de forma amplamente democrática (BRASIL, 2012, com adaptações).


Fonte: CNMA, 2010





Principais Diretrizes

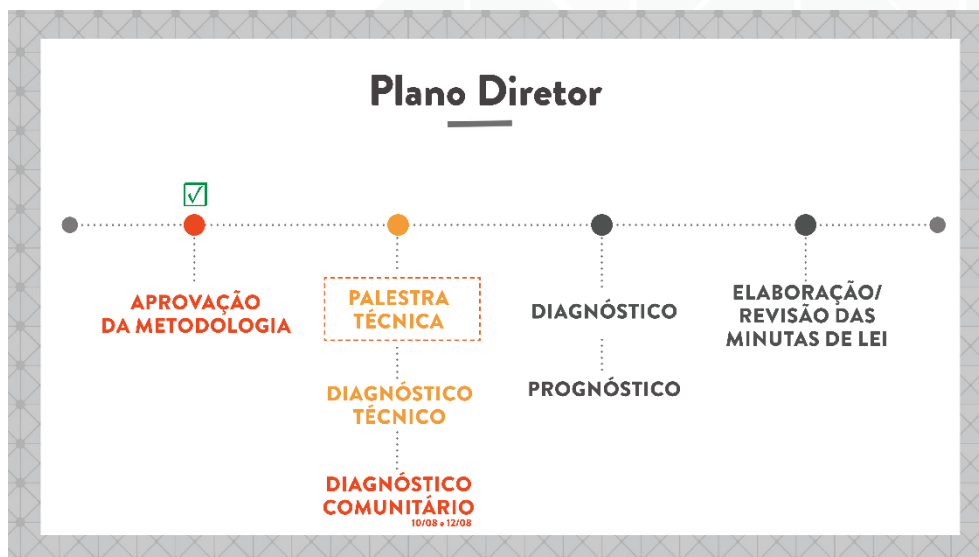
- 
1. Desenvolvimento Sustentável; Considera-se a concordância entre os eixos: sociocultural, ambiental, econômica e urbana;

- 
2. Cidade Compacta; Fomentar e ordenar a densidade habitacional além de controlar o espraiamento urbano, de forma a racionalizar e otimizar os recursos disponíveis de infraestrutura;

- 
3. Cidade Acessível; Assegurar a mobilidade urbana dos modais de transporte, fomentando a distribuição democrática da via em novos traçados urbanos;

- 
4. Uso Misto; Promover a diversidade de usos do solo, proporcionando bairros mais independentes;

- 
5. Desburocratização de processos Atualizar a legislação vigente conforme a legislação estadual e normas vigentes visando a desburocratização dos processos e conflitos sobre temáticas da lei.



O QUE ACONTECE QUANDO NÃO HÁ UM PLANEJAMENTO EFICAZ?

Crescimento Desordenado

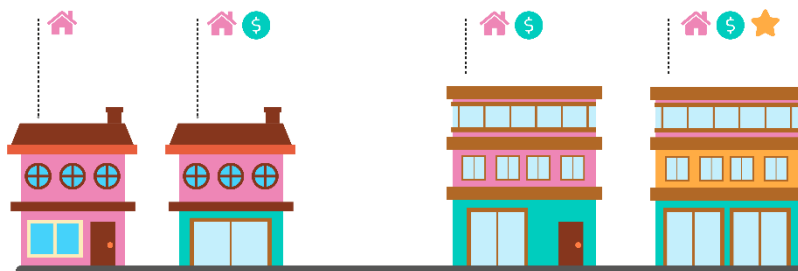
- Ocasionalmente ocasionando problemas como a falta de saneamento, mobilidade, segurança e recursos básicos como energia elétrica e água.

Probabilidade de ir perdendo a cultura, a imagem da cidade.



Uso Misto

Mesclar o uso residencial com trabalho, escola e comércios proporcionando distâncias mais curtas, atraindo as pessoas a transitar pelo local, transformando assim, o ambiente em um espaço convidativo e seguro em todos os períodos do dia.

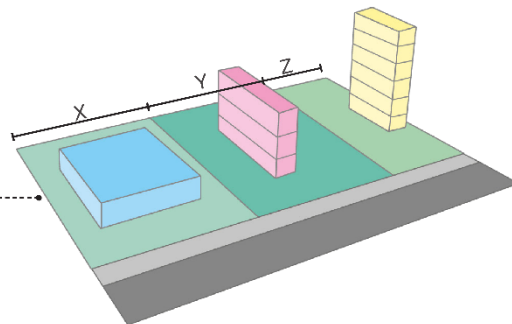




Parâmetros Urbanísticos

A imagem da cidade deve ornar com a tipologia que está inserida. O Impacto sobre o desenho urbano está ligado ao seu dimensionamento e no que é permitido construir.

Mesma m² construída, porém com gabaritos e tamanhos de lotes diferentes.





Adensamento Populacional

Mínimo para não onerar em Infraestrutura Urbana = 75 hab/ha
Ideal para sustentabilidade da cidade: 300hab/ha

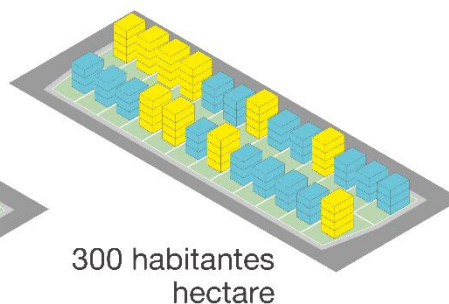
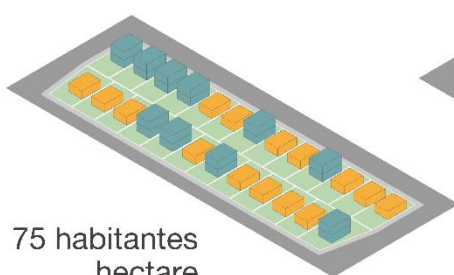


Imagem da Cidade

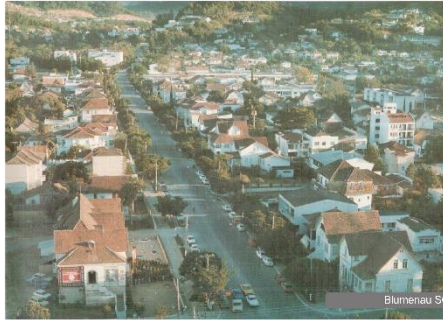
- Qual tamanho do lote ideal?
Mínimo lei estadual / federal
- Gabarito ideal?
De acordo com a necessidade de adensamento vs infraestrutura
- Recuos e Afastamentos?
Lei federal e análises de salubridade
- Taxa de Ocupação?
*Quanto menor, maior nº de gabarito
Quanto maior, menor nº de pavimentos*
- Índice de aproveitamento?
*Mínimo 1.0 - Salvo exceções
Instrumento Outorga Onerosa*

EXEMPLOS NEGATIVOS



EXEMPLO POSITIVO





Alameda década de 70

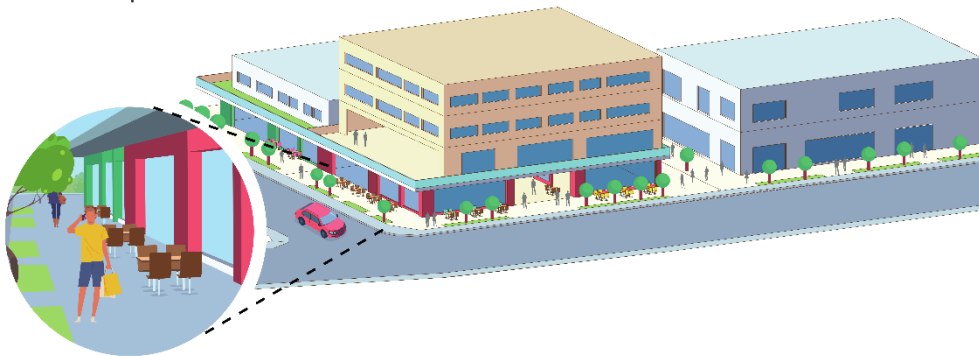


Alameda Atualmente



Fachada Ativa

O contato visual entre o interior das edificações e a rua, aumenta a sensação de segurança e a circulação de pedestres e ciclistas.





Fachada Ativa

Exemplos Negativos

Exemplos Positivos







Blumenau - SC

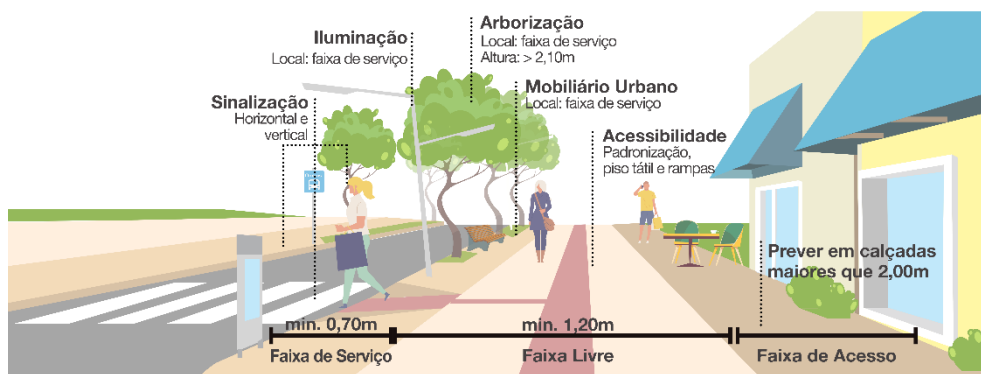


Nova Veneza - SC



Calçadas

Calçadas amplas, com espaço para vegetação e mobiliário urbano, permitem que mais pessoas estejam e permaneçam na rua.

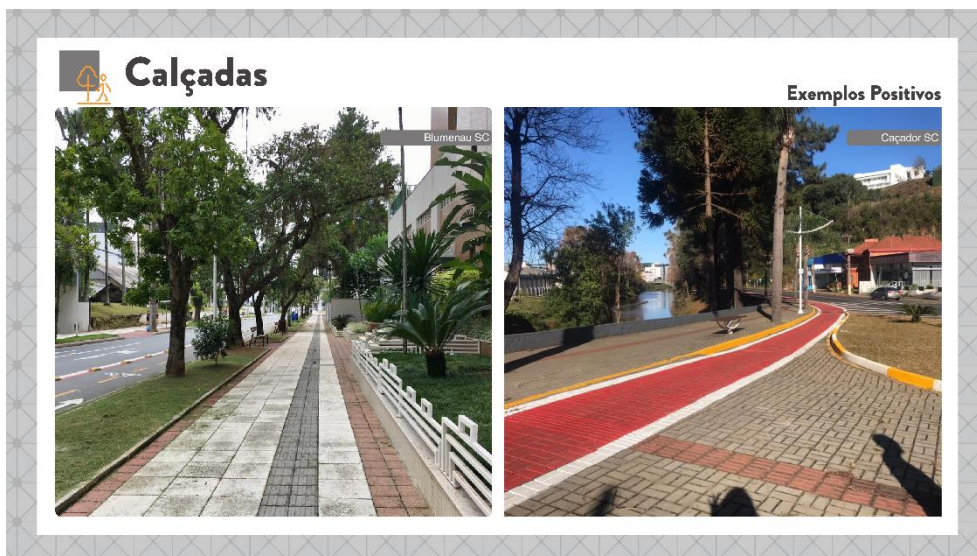


Calçadas



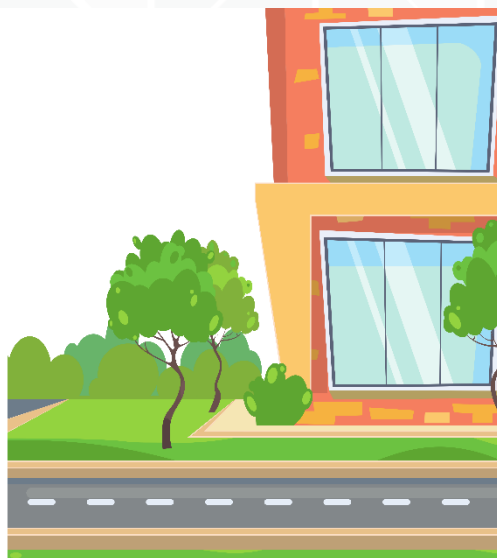
Exemplos Negativos





Arborização

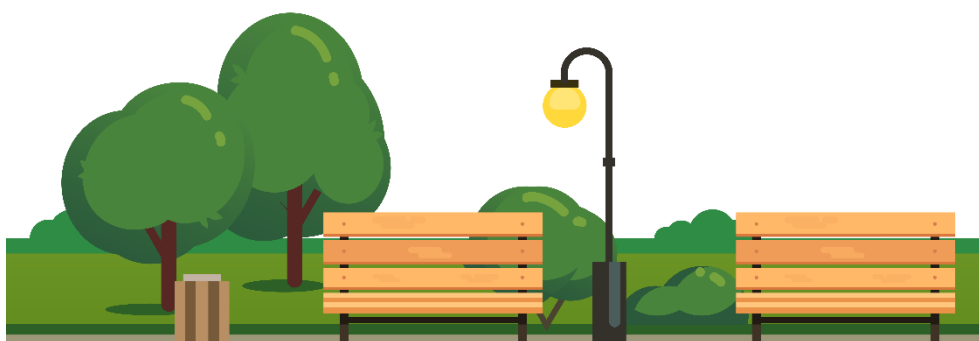
- Contribui para a qualidade do ar e ameniza a temperatura.
- Conforme as cidades se tornam mais densas, a arborização é essencial para a drenagem da água e a manutenção da biodiversidade.
- Além disso, fornecem sombreamento nas vias, para que os pedestres e ciclistas trafeguem confortavelmente.

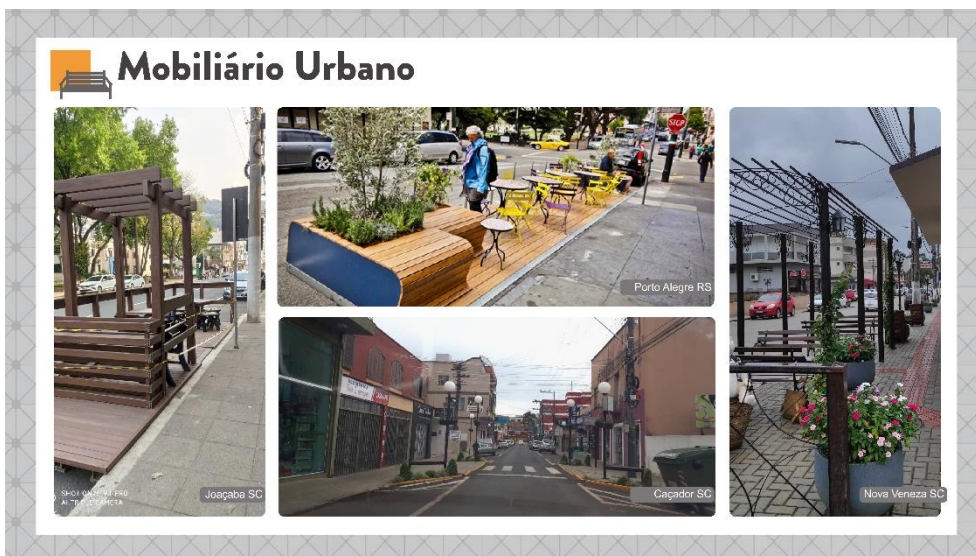




Mobiliário Urbano

O Mobiliário urbano estimula a interação entre as pessoas e o ambiente. São elementos que geram uma apropriação positiva do espaço e aumentam a vitalidade urbana.





Transporte Público e Modais ativos

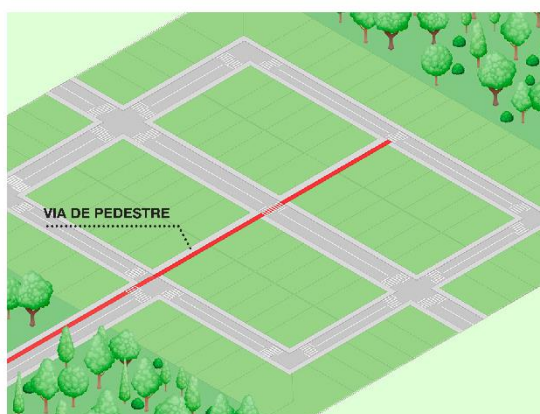
O transporte público conecta e integra as partes mais distantes da cidade, sendo uma ótima solução para fluxo de trânsito nas principais vias.

Assim como a diversificação do solo, os pedestres e os ciclistas trazem maior segurança as ruas, sendo alternativas eficientes e sustentáveis de se deslocar.

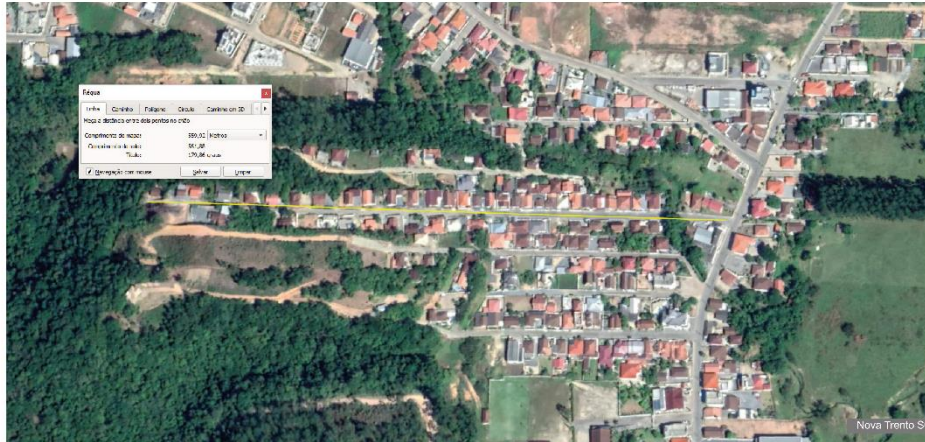


Transporte Público e Modais ativos

- Proporcionar meios e alternativas de encurtar as distâncias;
- Quadras menores;
- Vias de Pedestre;



 **Transporte Público e Modais ativos**



 **Transporte Público e Modais ativos**



 **Vagas de veículos**

Deve-se pensar no fluxo e em sua forma, estipulando a quantidade de vagas preferenciais e comuns.




Modelos usuais

Existem várias tipologias, pensar e planejar o desenho de vagas para veículos na cidade é fundamental.



CIDADE PARA PESSOAS



Preservação
Cultura e Lazer



Patrimônio
Cultural



Atrativo
Rural



Ambientes
Convivialitativos



Eventos
Comunitários


Patrimônio Cultural

São edificações e tradições locais que contam a história da região.

A preservação do patrimônio da cidade é fundamental para a memória coletiva, e torna a cidade singular.



Patrimônio cultural



Cáceres MT



Bahia BA

Exemplos Negativos



Cáceres MT



Divinoópolis MG

Patrimônio cultural



São Francisco do Sul SC



Roma Itália

Exemplos Positivos



Treze Tílias SC



Pomerode SC

Atrativo rural

- O turismo rural está em expansão, bem como a procura de casas de campo, como refúgio da rotina das cidades.
- Se faz necessário o planejamento da ocupação ordenada, atrativa para turistas e moradores, respeitando a paisagem rural, e propiciando a sustentabilidade e a qualidade de vida.




Ambientes convidativos

- Praças, parques e locais de convívio no entorno da cidade trazem permanência e qualidade de vida para os moradores.

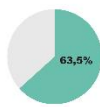


Ambientes convidativos

- A qualidade dos espaços públicos os valorizam, promovendo uma série de consequências sociais e econômicas.

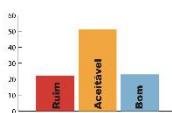
As pessoas são atraídas por locais onde elas se sintam mais à vontade e que gerem um sentimento de pertencimento. Os empreendimentos também são atraídos por locais bem estruturados, mantidos e administrados.

63% Gostariam de ter próximo a sua residência locais públicos de lazer



Até 25/10/2021

Qualidade dos espaços públicos de lazer existentes



Até 25/10/2021



Eventos comunitários

- Eventos comunitários que envolvam a comunidade como feira de orgânicos, festas de tradições e comidas típicas, trazem identidade para o local além da interação e participação da população.





Contribuição da sociedade

Tem como premissa a identificação de suas potencialidades e deficiências, dentro do município, sendo a base da construção que norteará o desenvolvimento da cidade.

PRESENCIAL

- REUNIÃO TÉCNICA
26/10/21
- REUNIÕES COMUNITÁRIAS
10/08/21 e 12/08/21
- AUDIÊNCIA PÚBLICA
- FICHA DE CONTRIBUIÇÃO

ONLINE

- QUESTIONÁRIO ONLINE
shorturl.at/cguA6
- REDES SOCIAIS
- SITE CINCATARINA
<https://planejamentourbano.cincatarina.sc.gov.br/default.aspx?municipio=arroiotrinta>

Dinâmica C.D.P

CONDICIONANTES

São todas as características do município que são existentes e que devem ser mantidas.

DEFICIÊNCIAS

São características negativas que dificultam o desenvolvimento.

POTENCIALIDADES

São todos os recursos ou vantagens que tem potencial e que ainda não foram aproveitados adequadamente.



Foto dos painéis de participação da dinâmica CDP



Referências Bibliográficas:

- PACHECO, Priscila. *Espacos Públicos*, 2018. Disponível em: <https://readymag.com/priscilapacheco/viscity-espacos-publicos/>.
- ABBUD, B. *Criando paisagens: Guia de Trabalho em Arquitetura Paisagística*. São Paulo, SENAC, 2006.
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1996. 283p. il.
- CULLEN, G. *Paisagem urbana*, tradução de Isabel Correia e de Carlos de Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 1968. – 222p.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1959. 227p. il.
- SIMÕES, F. A. O. *Psicologia da percepção*. São Paulo: FPU, 1983. 2v. (Temas básicos da psicologia, n.10)
- TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meioambiente*. São Paulo: Difel, 1980. 288p. il.
- <http://www.bu.ufsc.br/potarquitectura/CadernosDesenho/UniversalAplicacaoPaisagemno.pdf>
- CNM. *O Plano Diretor como instrumento de Desenvolvimento Urbano Municipal: orientações para o processo de elaboração e revisão do Plano Diretor*. – Brasília: CNM, 2013.
- CNM. *Planos Diretores para Municípios de pequeno porte: limites e perspectivas para a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade*. – Brasília, 2015.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Arroio Trinta


ANEXO III - QUESTIONÁRIO TÉCNICO

QUESTIONÁRIO PLANO DIRETOR DE ARROIO TRINTA



Questionário Técnico - Arroio Trinta

O objetivo deste questionário é conhecer a sua opinião sobre o lugar onde você mora e identificar os problemas da sua comunidade.

 cincatarina.cidades@gmail.com (não compartilhado) 

[Alternar conta](#)

***Obrigatório**

Nome: *

Sua resposta _____

Qual o seu endereço? *

Sua resposta _____

Qual o bairro? *

Sua resposta _____

Idade *

De 18 a 24 anos

De 25 a 40 anos

De 41 a 59 anos

ANEXO IV – ATA DA PALESTRA TÉCNICA

RELATÓRIO/ATA DE REUNIÕES	
Data da Reunião: 26/10/2021	
Hora início: 14:00	Hora fim: 14:50
Local: Transmitido pela plataforma Microsoft Teams	
Município envolvido: Arroio Trinta	
Assuntos: Palestra Técnica	



PARTICIPANTES
Conforme lista de presença.

NOTAS DE REUNIÃO
<p>A palestra técnica do município de Arroio Trinta possui como objetivo principal, a apresentação da importância da revisão do Plano Diretor, bem como de conceitos relacionados ao planejamento urbano adequado. Estavam presentes quatro membros da comissão técnica, bem como dois membros da equipe técnica do CINCATARINA. Inicialmente, a Sra. Gesiane H. Lermen cumprimentou a todos os presentes e contextualizou a respeito do que é o Plano Diretor, qual a função social da cidade e da propriedade, quais as principais diretrizes para a revisão do plano, e em qual etapa do processo está o andamento da revisão do plano diretor do município de Arroio Trinta e quais as próximas etapas. Posteriormente abordou o que acontece quando não há um planejamento eficaz. Dando prosseguimento explicou sobre cidades planejadas para pessoas, explicando ainda os seguintes eixos: imagem da cidade (uso misto, parâmetros urbanísticos, fachadas ativas e identidade/morfologia da cidade), espaços públicos de permanência e mobilidade (calçadas, arborização, modais de transporte ativos, espaços públicos e vagas de veículos) e preservação, cultura e lazer (patrimônio cultural, atrativo rural, ambientes convidativos e eventos comunitários). Logo após, levantou dois questionamentos, “qual a cidade que temos?” e “qual cidade queremos?”, com a intenção de fazê-los refletir sobre o tema. Por fim, comentou sobre a dinâmica C.D.P, aplicada nas reuniões comunitárias, e as demais formas que a sociedade tem para contribuir com a revisão do plano, frisando ainda que se faz de grande valia a contribuição da comissão técnica através do questionário técnico que permaneceu aberto até o dia cinco de novembro de dois mil e vinte e um, para que os membros da comissão possam responder o questionário expondo suas opiniões e contribuindo com o processo. O Sr. Michel indagou se neste momento poderia ser colocada suas propostas sobre os parâmetros urbanísticos, sendo que a Sra. Gesiane respondeu que neste momento está sendo realizada apenas as coletas de dados para a conclusão do diagnóstico e futuramente será abordado com a comissão as minutas de lei onde será discutido este assunto. A Sra. Gislaine solicitou se já havia sido aprovada a lei federal que possibilita que cada município delimite a distância que as construções devem manter do rio e se já seria inserido nesta revisão. A Sra. Stella, explanou que a equipe do Cincatarina está acompanhando o processo da lei federal e que sempre a revisão dos planos diretores leva como base as legislações federais e estaduais, lembrando que a lei municipal não pode ser mais flexível que estas leis e que será levado para a comissão as leis vigentes quando for discutido as minutas de lei. Por fim, a Sra. Gesiane agradeceu aos membros presentes lembrando a importância de todos participarem e contribuírem com o preenchimento do formulário técnico, sem mais para o momento deu por encerrada a palestra técnica.</p> <p><u>Próximos passos do município:</u></p> <p>1- Preencher o questionário técnico, que ficará aberto até o dia 05/11/2021.</p>

ANEXO V – LISTA DE PRESENÇA DA PALESTRA TÉCNICA

LISTA DE PRESENÇA PALESTRA TÉCNICA 26/10/2021	
Nome	Presença
AMARILDO JOSÉ TURMINA	
ARTHUR MANETTI	
GISLAINE ZAMBONI ZANINI	presente
JEAN MARCELO ZIERO	
JUNIOR GEMELI	
KARINE ARALDI	presente
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI	presente
SERGIO NESI	
WELLINGTON	presente

ANEXO VI – CONVOCAÇÃO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS NO DIÁRIO OFICIAL

20/07/2021 (Terça-feira)

DOM/SC - Edição Nº 3566

Página 108

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA - REVISÃO PLANO DIRETOR

Publicação Nº 3165379

A Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, por meio do prefeito municipal Alcidir Felchilcher, convida a população em geral para as reuniões comunitárias de revisão do Plano Diretor de Arroio Trinta que ocorrerão conforme as datas e locais descritos abaixo. Todas as reuniões serão realizadas às 19h (dezenove horas), com encerramento às 21h (vinte e uma horas).

Reunião Comunitária - I

Região: Interior

Data: 10/08/2021

Local: Centro Comunitário da Linha Sagrada Família, s/n – interior – Linha Sagrada Família

Reunião Comunitária - II

Região: Área Central e Interior

Data: 12/08/2021

Local: Pavilhão da Igreja Matriz, R. do Comércio, 20, Arroio Trinta

A reunião comunitária II, além das participações presenciais, será transmitida por plataforma online, com link de acesso a ser disponibilizado até 24 horas antes dos eventos.

A participação popular será respeitada nos termos do Estatuto da Cidade, bem como dos decretos e portarias emitidos a fim de apresentar medidas de enfrentamento ao COVID-19.

Desta forma, ficam convocados, todos os que desejarem participar das Reuniões.

Arroio Trinta, 19/07/2021

Alcidir Felchilcher

Prefeito do Município de Arroio Trinta

ANEXO VII - CONVITE DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS

REUNIÃO COMUNITÁRIA I

REVISÃO DO

PLANO DIRETOR

REUNIÃO COMUNITÁRIA I



CONVITE

O Município de Arroio Trinta através do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA convida V.S.^a para participar das Reuniões Comunitárias de revisão do Plano Diretor de Arroio Trinta.

10 DE AGOSTO DE 2021 ÀS 19H

*Local: Centro Comunitário da Linha Sagrada Família S/N - Interior -
Linha Sagrada Família*

Regiões: Interior

Mapa das regiões contempladas:

► *Participe!*



REUNIÃO COMUNITÁRIA II

REVISÃO DO

PLANO DIRETOR

REUNIÃO COMUNITÁRIA II



CONVITE

O **Município de Arroio Trinta** através do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA convida V.S.^a para participar das Reuniões Comunitárias de revisão do Plano Diretor de Arroio Trinta.

12 DE AGOSTO DE 2021 ÀS 19H

Local: Pavilhão da Igreja Matriz - Rua do Comércio, n°20

Regiões: Área Central e Interior


Mapa das regiões contempladas:




▶ *Participe!*




ANEXO VIII - LISTAS DE PRESENÇA DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS
REUNIÃO COMUNITÁRIA I


LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO COMUNITÁRIA- PLANO DIRETOR				 CINCATARINA	
DATA:	HORA INÍCIO:	HORA FIM:			
10-08-21	19:00				
MUNICÍPIO: Arroio Trinta	LOCAL: Comidadele Sagrada Família				
ASSUNTOS: REUNIÃO COMUNITÁRIA					
PARTICIPANTES					
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA
Alcides Felchela			Centro		
Paulo Leonardo					
Orlando Baldo			interior		
WALTON LUIZ GODINHO			CENTRO		
Selma Faria					
CESAR AJENHOFA			CENTRO		
Ken-zi Osobli: C			centro		
Gilmar Zamboni Zanini			Centro		
Salvo Ferrante			L. Sangaletti		
Gilberto Rossi					
Gilberto A. Sangaletti			L. Sangaletti		
Marcelo B. Serigato			B. Sangaletti		
Suomon Rodruço					
Aquiles Ferrante			J. Sangaletti		

LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO COMUNITÁRIA- PLANO DIRETOR				 CINCATARINA	
DATA:	HORA INÍCIO:	HORA FIM:			
MUNICÍPIO:	LOCAL:				
ASSUNTOS: REUNIÃO COMUNITÁRIA					
PARTICIPANTES					
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA
Selma Serigato			INTERIOR		
Michel J. Sangaletti			CENTRO		
Gilberto Sangaletti					
Leandro Sangaletti					
Marta Sangaletti			Interior		
Paulo Renato Morais			CENTRO		
Jessica S. Serigato					
Marcos Bellegante					
Cristiano Marco Voes			CINCATARINA		
Stella S. Silveira			CINCATARINA		

REUNIÃO COMUNITÁRIA II

LISTA DE PRESENÇA				 CINCATARINA	
DATA: 30/08/2024	HORA INÍCIO: 19:00	HORA FIM: 09:31			
MUNICÍPIO: ARROIO TRINTA	LOCAL: PAVILHÃO IGREJA MATRIZ				
ASSUNTOS: REUNIÃO COMUNITÁRIA					
PARTICIPANTES					
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA
WHELTON GODINHO			PREFEITURA		
Alcides Felizardo			Prefeito		
Adriano Momeni			7 Professor		
Alfonso Manghi			ACIAT		
Cláudia L. Zanini			Comissão Aciat		
RAIR TRISA					
João Paulo Pa			Vice - Prefeito		
Alfonso Teixeira			Igreja Arrojense		
Ricardo Bionca					
Adriano Spivack			Centro		
Paulo Renato de Moraes			Centros		
Gilberto A. Lidami			//		
Simon R. Chaves					
Genesio O. Bertram			CINCATARINA		
Gustavo Manacós			Cincatarina		

ANEXO IX - ATAS DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS
REUNIÃO COMUNITÁRIA I

RELATÓRIO/ATA DE REUNIÕES					
Data da Reunião: 10/08/2021					
Hora início: 19:00	Hora fim: 21:00				
Local: Comunidade Sagrada Família					
Município envolvido: Arroio Trinta					
Assuntos: Reunião Comunitária					
PARTICIPANTES					
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OI INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA
Alcides Fehleleto			Centro		
Paulo Leonoride					
Roberto Balde			interior		
WAZELTON LUIZ GODINHO			Centro		
Selvinio Kunk					
CESAR AUTENHOFF			Centro		
Karinne Odeh C			Centro		
Gláucia Zamboni Zanin			Bombar		
Sálvio Ferracanti			L. Sangalito		
Alvito exali					
Gilberto A. Sangalito			L. Sangalito		
Marcelo B. Sangalito			D. Sangalito		
Samuel Rodrigo C					
Aguiar de Jesus			D. Sangalito		
Deliz Torres			Interior		
Michael J. S. Sangalito			Centro		
Gilberto Sangalito					
Leandro Sangalito					
Marta Sangalito			Interior		
Zaico Renato Moraes			Centro		
José Maria S. Sangalito					
Narciso Religant					
Custódio Marcos			CINCATARINA		
Stella S. Silveira			CINCATARINA		

NOTAS DE REUNIÃO

A reunião iniciou com o prefeito do município Sr. Alcdir Felchilcher saudando os presentes, passando em seguida a palavra para a equipe do CINCATARINA, que deu prosseguimento a reunião, explicando o funcionamento de um consórcio público e o que seria a revisão de um plano diretor, informando toda as etapas do seu processo de elaboração. A próxima pauta, foi com relação as problemáticas causadas pela falta de planejamento nas cidades, como, o crescimento desordenado, a falta de saneamento, mobilidade, segurança e recursos básicos. Posteriormente foi apresentado algumas diretrizes sobre cidades para pessoas, sendo elas divididas em eixos, imagem da cidade (uso misto, parâmetros urbanísticos e fachadas ativas), espaços públicos (calçadas, arborização e mobiliário urbano), mobilidade (transportes públicos, meios alternativos, acessibilidade e vagas de veículos) e lazer e cultura (patrimônio cultural, atrativo rural, ambientes convidativos e eventos comunitários), onde foram apresentado conceitos e exemplos positivos e negativos da cada um deles, enfatizando que a reunião tem o intuito principal de levantar dois questionamentos, primeiro qual a cidade que temos e segundo, qual cidade queremos. Logo após, foi mostrado cartogramas técnicos já elaborados (declividade, áreas de preservação permanente, densidade populacional e evolução urbana) e parâmetros urbanísticos do zoneamento vigente, na sequência, foi explicado que será realizada mais uma reunião comunitária no dia 12 de agosto de 2021, ressaltando que a população pode contribuir também através do formulário online e de fichas de contribuição protocoladas na prefeitura. A última pauta da apresentação é com relação a dinâmica C.D.P. (condicionantes, deficiências e potencialidades), onde serão coletadas informações a respeito da cidade através de cinco eixos (econômico e social, estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação ambiental e patrimônio histórico e cultural). Para a realização da atividade, a população presente foi dividida em grupos e entregue para eles papeis e canetas coloridas, para a realização da dinâmica. Posteriormente as contribuições foram coladas em um painel, para a conclusão da dinâmica, com a validação coletiva. Após a finalização da dinâmica, todas as contribuições foram lidas e validadas pela comunidade, onde houve alguns questionamentos a fins de esclarecimentos. Primeiramente nas condicionantes, na contribuição "manter a altura das edificações em sete pavimentos no Centro" foi perguntando se a comunidade gostaria de manter apenas sete andares, ou como está hoje, (que através de outorga pode se aumentar a quantidade de pavimentos). A comunidade respondeu que deveria se manter os sete andares já permitidos. No item deficiências, houve dúvida na contribuição "horário de comércio, indústrias, etc.", sendo questionado se teriam poucos horários ofertados. Um dos membros presentes explicou que seria para manter os locais abertos durante o intervalo do meio-dia, pois há um grande fluxo de pessoas. Com relação as potencialidades, questionaram a equipe sobre o que seria a ampliação dos projetos de MEIS e EPP's, sendo respondido que é um programa do SEBRAE que visa ajudar as empresas que sofreram na pandemia e as que estão iniciando. Não havendo mais dúvidas, e com a leitura dos painéis concluídas, foi dada como finalizada a metodologia da reunião comunitária, agradecendo a todos os presentes pela participação e encerrada a reunião.

REUNIÃO COMUNITÁRIA II

RELATÓRIO/ATA DE REUNIÕES	
Data da Reunião: 12/08/2021	
Hora início: 19:00	Hora fim: 21:00
Local: Pavilhão da igreja Matriz e transmitida de forma online pela plataforma Microsoft Teams	
Município envolvido: Arroio Trinta	
Assuntos: Reunião Comunitária	



PARTICIPANTES					
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OI INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA
WHELTON GODINHO			PREFEITURA		
Aleidia Feldner			Prefeito		
Adriano Fernandes			ACIAT		
Jelson Marcondes			Comissão Aciat		
Cláudia L. Zanini					
KAR TASSA					
João Paulo Pa			Mes - Prefeito		
Alberson Teixeira			Igreja Romanica		
Ricardo Biscaia					
Adriano Spingill			Centro		
Paulo Renato de Moraes			Centro		
Gilberto A. Ludani			//		
Saumen R. Chade					
Agostinho Bazzani			CINCATARINA		
Gustavo Macaness			CINCATARINA		
Carolina Lima			CINCATARINA		

NOTAS DE REUNIÃO
<p>A reunião iniciou com a equipe técnica do CINCATARINA saudando os presentes e se apresentando, seguidamente explicou o funcionamento do Consórcio Interfederativo Santa Catarina (CINCATARINA) e o que é a revisão de um plano diretor e suas etapas, chamando então, o prefeito municipal Sr. Silvano de Pariz para assumir a palavra, onde cumprimentou a todos e enfatizou a importância da elaboração do plano e da participação popular. A equipe do CINCATARINA assumiu a palavra novamente, explicando as problemáticas causadas pela falta de planejamento nas cidades, como, o crescimento desordenado, a falta de saneamento básico, mobilidade, segurança e demais recursos básicos. Posteriormente foi apresentado algumas diretrizes sobre cidades para pessoas, sendo elas divididas em quatro eixos: imagem da cidade (uso misto, parâmetros urbanísticos e fachadas ativas), espaços públicos (calçadas, arborização e mobiliário urbano), mobilidade (transportes públicos, meios alternativos, acessibilidade e vagas de veículos) e lazer e cultura (patrimônio cultural, atrativo rural, ambientes convidativos e eventos comunitários), onde foram apresentados conceitos e imagens de exemplos positivos e negativos de cada um deles, elucidando que a reunião tem o intuito principal de levantar dois questionamentos, primeiro qual a cidade que temos</p>

e segundo, qual cidade queremos. Logo após, foi mostrado cartogramas técnicos já elaborados (declividade, áreas de preservação permanente, densidade populacional e evolução urbana) e parâmetros urbanísticos e o zoneamento vigente, explicando também que está ocorrendo a última reunião comunitária do município, no entanto, a participação popular continuará através do formulário online e de fichas de contribuição protocoladas na prefeitura. O último item da apresentação é com relação a dinâmica da reunião comunitária - C.D.P. (condicionantes, deficiências e potencialidades), onde serão coletadas informações a respeito da cidade através de cinco eixos (econômico e social, estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação ambiental e patrimônio histórico e cultural). Para a realização da atividade, a população presente foi dividida em grupos e entregue para eles papéis e canetas coloridas, para a realização da dinâmica. Posteriormente as contribuições foram coladas em painéis para validação da população de forma coletiva. Após a finalização da dinâmica, todas as contribuições foram lidas e aprovadas pela comunidade. Na leitura das contribuições, as dúvidas foram esclarecidas, sendo a primeira no painel de deficiências, onde na contribuição "assistência social", foi questionado se a população se referia a secretaria de assistência social ou se seria aumentar os programas dela. Obtendo como resposta que é com relação ao cadastramento e fiscalização das novas famílias. A comunidade, após a leitura das deficiências, adicionou mais um item ao painel em relação ao comércio, com a justificativa de ter grande fluxo de pessoas no horário do meio-dia, há a necessidade de manter alguns comércios abertos, outro item destacado pela comunidade é sobre as cargas e descargas serem realizadas durante a noite, causando incomodo para os moradores. O próximo questionamento foi no painel de potencialidades, perguntando se a população gostaria de uso misto na cidade, obtendo como resposta que querem bairros residenciais com apenas comércios de pequeno porte. Sobre as áreas de reserva ambiental, foi questionado se era para mantê-las ou usá-las de alguma forma. Foi respondido que a intenção é criar uma escola ecológica. Não havendo mais dúvidas, ao finalizarem a validação, a equipe do CINCATARINA questionou a população se haveria mais alguma contribuição a ser coletada na noite, com isso a equipe DEL (Desenvolvimento Econômico Local) solicitou que seja retirado do código de edificações a delimitação de área de cômodos do plano e que seja mais flexível a dimensão mínima das janelas. A Srta. Gesiane explicou que atualmente estes tópicos podem ser direcionados para a norma de desempenho. Na sequência a equipe municipal destacou a intenção de tornar obrigatório o uso de cisternas nas edificações. E, não havendo mais contribuições, foi dada por encerrada a reunião.

ANEXO X - APRESENTAÇÃO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS



CINCATARINA
Inovação e Modernização
na Gestão Pública

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO
SANTA CATARINA

**REVISÃO DO
PLANO DIRETOR**
Arroio Trinta

 @cincatarina
  /cincatarina
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

Consórcio Público **CINCATARINA**

Associação pública com personalidade jurídica do direito público com natureza autárquica interfederativa.

Através de Lei Municipal, o CINCATARINA passa a integrar a estrutura administrativa indireta do município, com um quadro técnico formado por uma **equipe multidisciplinar** de empregados públicos.



Revisão do Plano Diretor

A revisão do Plano Diretor é o principal instrumento para o planejamento da cidade que queremos. Engloba princípios e regras orientadoras para o município como um todo.

O Plano Diretor é uma política de estado e não de governo.

A cidade acontece e cresce em tempo diferente.



O QUE ACONTECE QUANDO NÃO HÁ UM PLANEJAMENTO EFICAZ?

Crescimento Desordenado

- Ocasionalmente ocasionando problemas como a falta de saneamento, mobilidade, segurança e recursos básicos como energia elétrica e água.



Principais Diretrizes

Uso Misto

Mesclar o uso residencial com trabalho, escola e comércios proporcionando distâncias mais curtas, atraindo pessoas a transitar no local, transformando assim, o ambiente em um espaço convidativo e seguro em todos os períodos do dia.



Uso Misto

EXEMPLOS NEGATIVOS

Caçador - SC
Tangará - SC

EXEMPLOS POSITIVOS

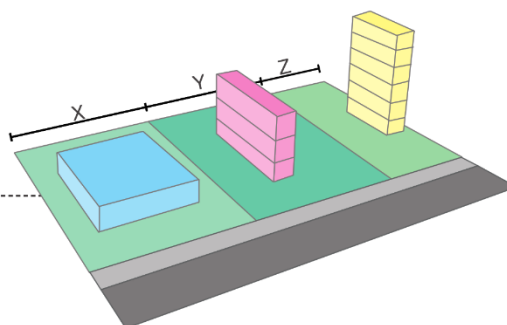
 **Uso Misto**



 **Parâmetros Urbanísticos**

A imagem da cidade deve ornar com a tipologia que está inserida. O Impacto sobre o desenho urbano está ligado ao seu dimensionamento e no que é permitido construir.

Mesma m² construída, porém com gabaritos e tamanhos de lotes diferentes.



 **Parâmetros Urbanísticos**

ADENSADA

ESPRAIADA

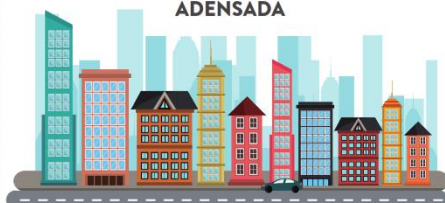



Imagem da Cidade

- • Qual tamanho do lote ideal?
- • Gabarito (altura máxima) ideal?
- • Recuos, afastamentos e paredes cegas?

EXEMPLOS NEGATIVOS



EXEMPLOS POSITIVOS



Imagem da Cidade

- • Qual tamanho do lote ideal?
Mínimo lei estadual / federal
- • Gabarito (altura máxima) ideal?
De acordo com a necessidade de adensamento vs infraestrutura
- • Recuos, afastamentos e paredes cegas?
Lei federal, análises de salubridade e ventilação e imagem da cidade

EXEMPLOS NEGATIVOS

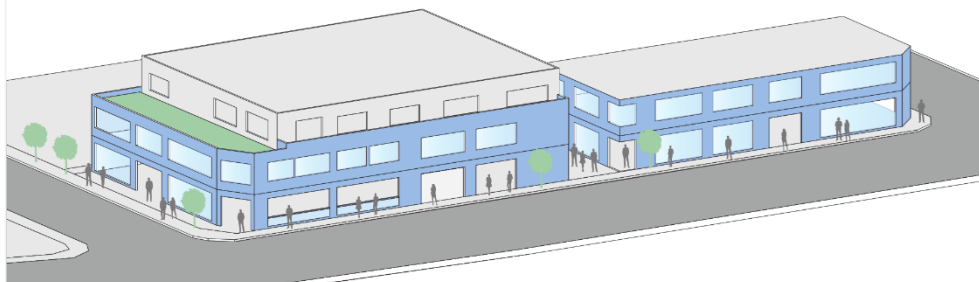


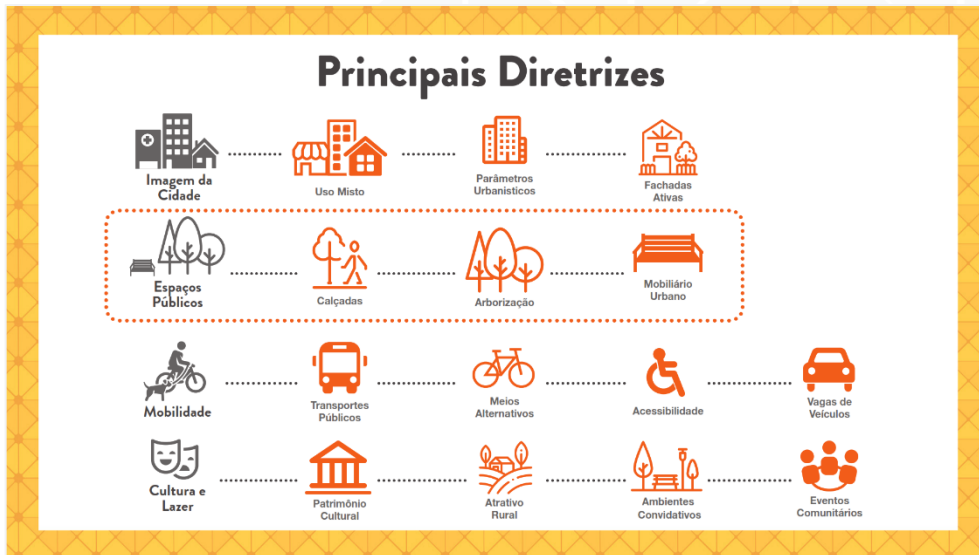
EXEMPLOS POSITIVOS

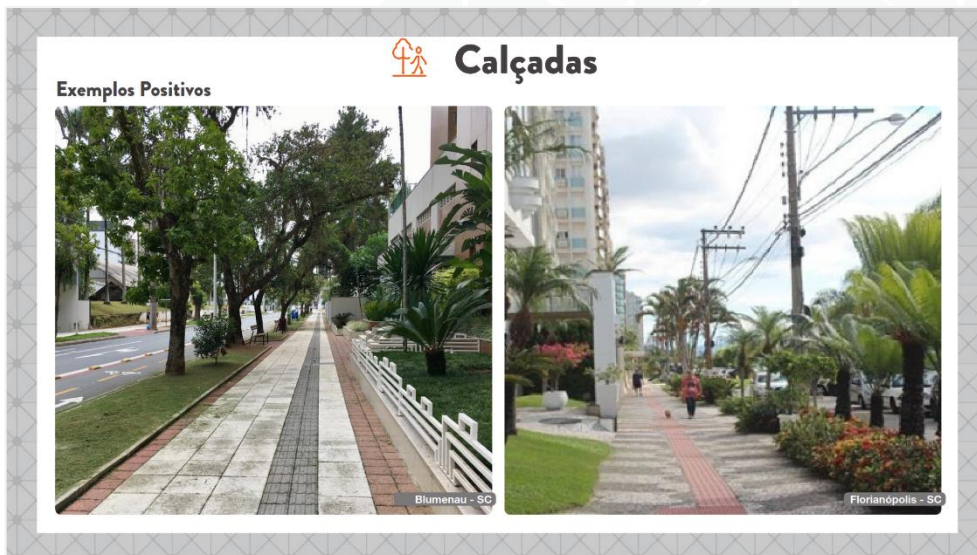


Fachada Ativa

O contato visual entre o interior das edificações e a rua, aumenta a sensação de segurança e a circulação de pedestres e ciclistas.

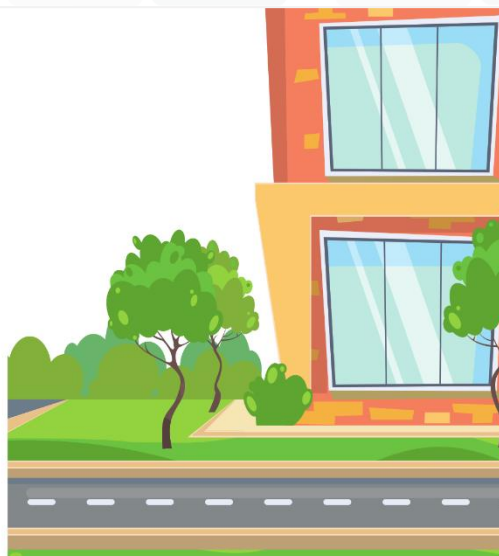






 **Arborização**

Contribui para a qualidade do ar e ameniza a temperatura. Conforme as cidades se tornam mais densas, a arborização é essencial para a drenagem da água e a manutenção da biodiversidade. Além disso, fornecem sombreamento nas vias, para que os pedestres e ciclistas trafeguem confortavelmente.

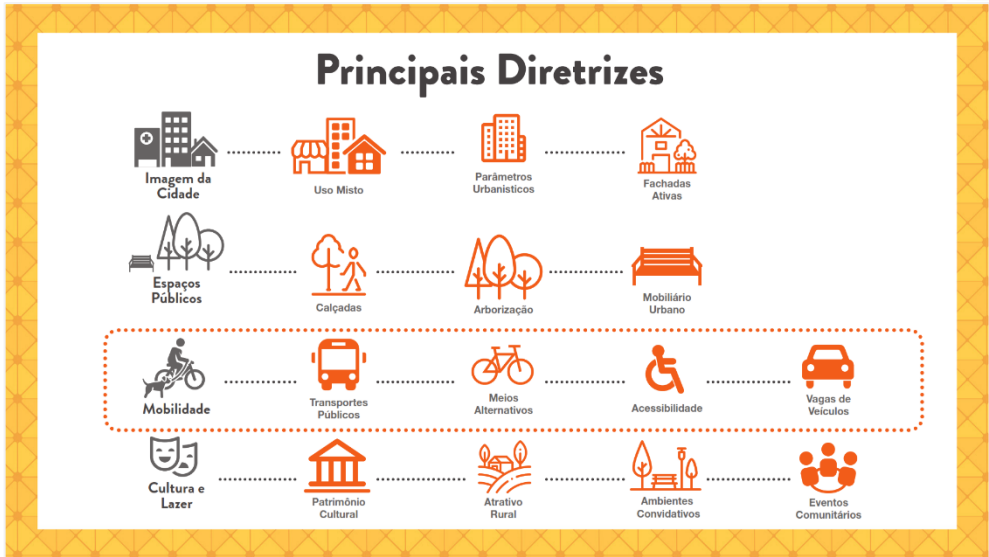




Mobiliário Urbano

O Mobiliário urbano estimula a interação entre as pessoas e o ambiente. São elementos que geram uma apropriação positiva do espaço e aumentam a vitalidade urbana.





 **Transporte público e meios alternativos**

O transporte público conecta e integra as partes mais distantes da cidade, sendo uma ótima solução para desafogar o trânsito nas principais vias.

Assim como a diversificação do solo, o uso da bicicleta traz maior energia às ruas, sendo uma alternativa eficiente e sustentável de se deslocar.



São Paulo - SP

 **Acessibilidade**

Proporciona o direito de ir e vir de pessoas com mobilidade reduzida.

Exemplos Negativos



Freiburgo - SC



Piratuba - SC



Joaçaba - SC



Blumenau - SC



Arroio Trinta - SC



Joinville - SC

 **Acessibilidade**

Exemplos Positivos



Navegantes - SC



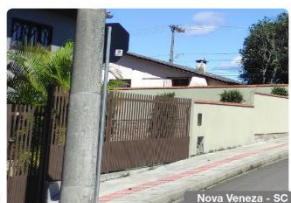
Rio de Janeiro - RJ



Caçador - SC



Curitiba - PR



Nova Veneza - SC

Vagas de veículos

Deve-se pensar no fluxo e em sua forma, estipulando a quantidade de vagas preferenciais e comuns.



Modelos Usuais



Existem várias tipologias, pensar e planejar o desenho de vagas para veículos na cidade é fundamental.



Principais Diretrizes



 **Patrimônio Cultural**

-  São edificações, locais e tradições que contam a história da região.
-  A preservação do patrimônio da cidade é fundamental para a memória coletiva, e torna a cidade singular.



Pomerode - SC

 **Patrimônio cultural**

Exemplos Negativos



Florianópolis - SC



Laguna - SC



São Francisco do Sul - SC



Divinópolis - MG

 **Patrimônio cultural**

Exemplos Positivos



São Francisco do Sul - SC



Nova Veneza - SC





Roma - Itália



Pomerode - SC




Atrativo rural

- 
 O turismo rural está em expansão, bem como a procura de casas de campo, como refúgio da rotina das cidades.
- 
 Se faz necessária o planejamento da ocupação ordenada, atrativa para turistas e moradores, respeitando a paisagem rural, e propiciando a sustentabilidade e a qualidade de vida.





Ambientes convidativos

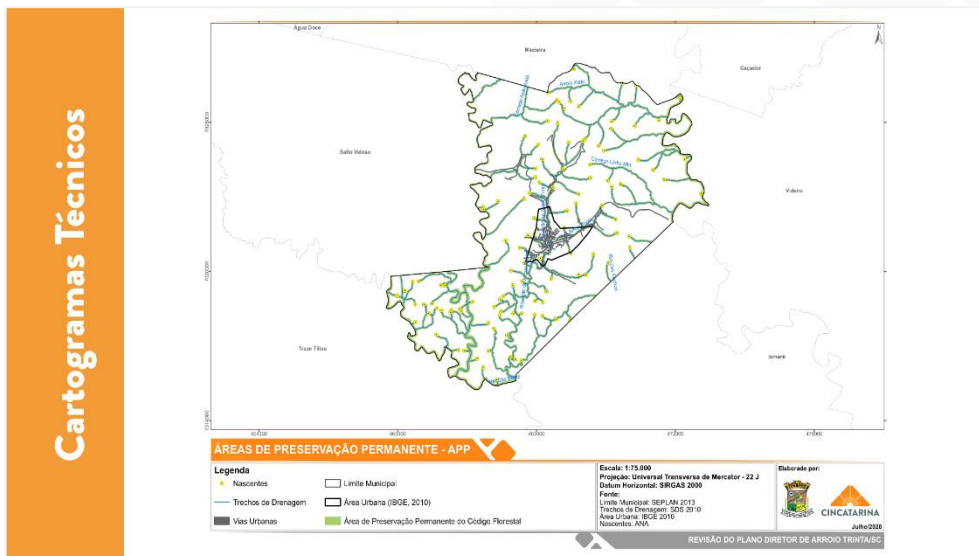
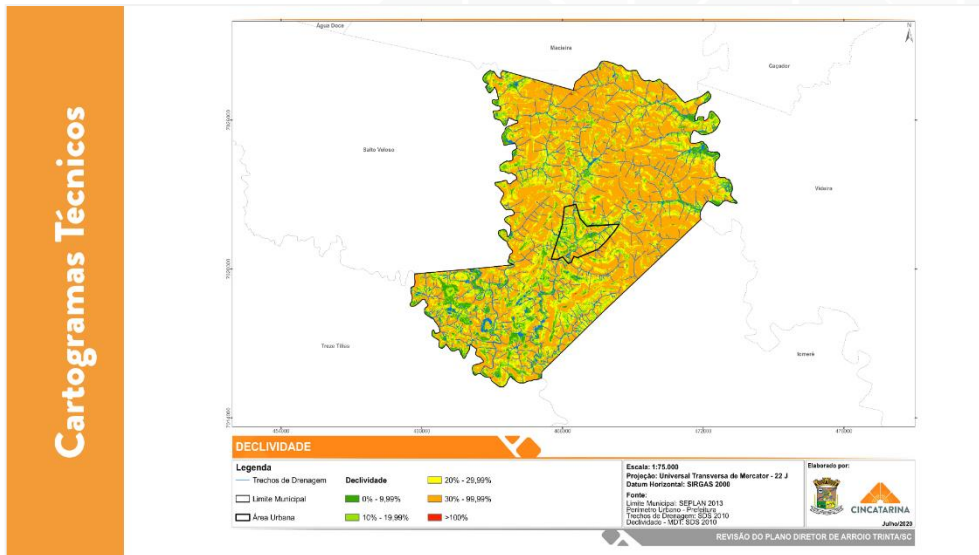
- 
 Praças, parques e locais de convívio no entorno da cidade trazem permanência e qualidade de vida para os moradores.



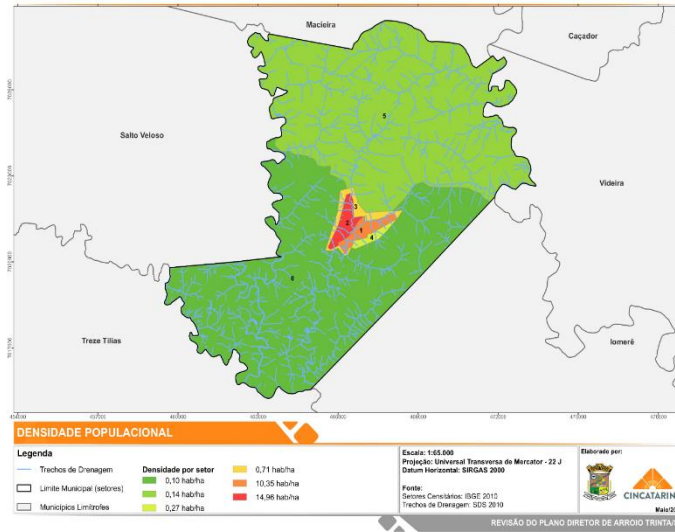

Eventos comunitários

- 
 Eventos comunitários que envolvam a comunidade como feira de orgânicos, festas de tradições e comidas típicas, trazem identidade para o local além da interação e participação da população.

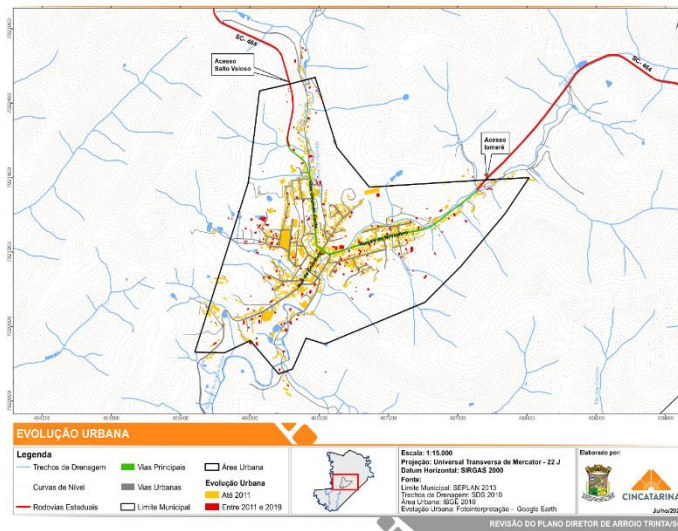




Cartogramas Técnicos

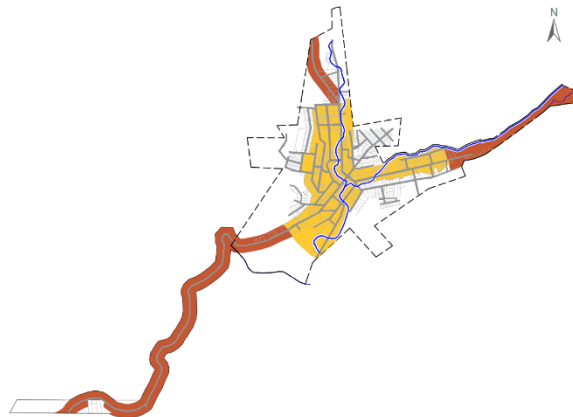
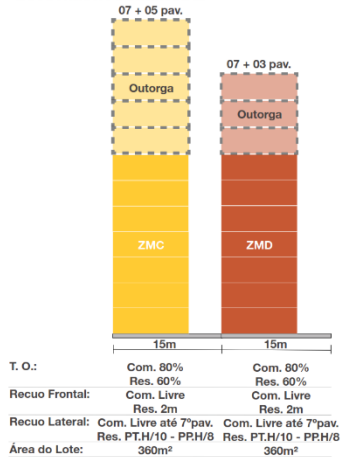


Cartogramas Técnicos



Parâmetros Urbanísticos

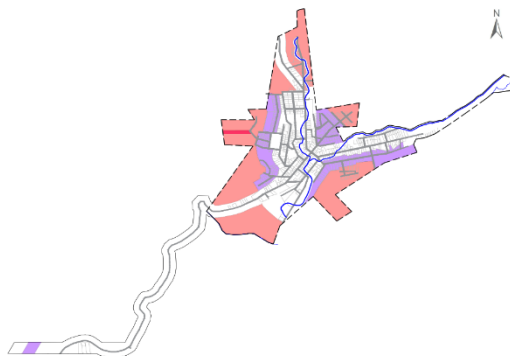
- ZONA MISTA DE DIVERSIFICADA
- ZONA MISTA COMERCIAL



Parâmetros Urbanísticos

- ZONA RESIDENCIAL DE MÉDIA DENSIDADE
- ZONA RESIDENCIAL DE BAIXA DENSIDADE
- ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL

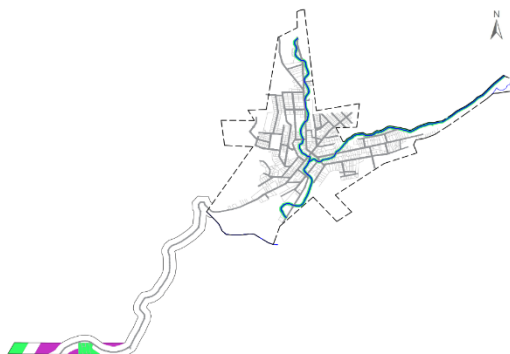
	04 + 03 pav.	02 pav.	02 pav.
	Outorga	ZRB	ZEIS
	ZRM		
	15m	15m	12m
T. O.:	60%	60%	50%
Recuo Frontal:	2,50m	2,50m	3,00m
Recuo Lateral:	1,5m se houver abertura	1,5m se houver abertura	1,5m se houver abertura
Área do Lote:	360m ²	360m ²	240m ²



Parâmetros Urbanísticos

- ZONA DE INTERESSE INDUSTRIAL
- ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- ZONA DE EXPANSÃO URBANA

	02 pav.	ZPP
	ZII	
	20m	-
T. O.:	70%	-
Recuo Frontal:	10m	-
Recuo Lateral:	Livre	-
Área do Lote:	800m ²	-



Contribuição da sociedade

Tem como premissa a identificação de suas potencialidades e deficiências, dentro do município, sendo a base da construção que norteará o desenvolvimento da cidade.

PRESENCIAL

- 10/08 e 12/08 REUNIÕES COMUNITÁRIAS
- AUDIÊNCIA PÚBLICA
- FICHA DE CONTRIBUIÇÃO

ONLINE

- QUESTIONÁRIO ONLINE
cincatarina.sc.gov.br
shorturi.at/igEJK
- REDES SOCIAIS



Dinâmica C.D.P

CONDICIONANTES

São todas as características do município que são existentes e que devem ser mantidas.

DEFICIÊNCIAS

São características negativas que dificultam o desenvolvimento.

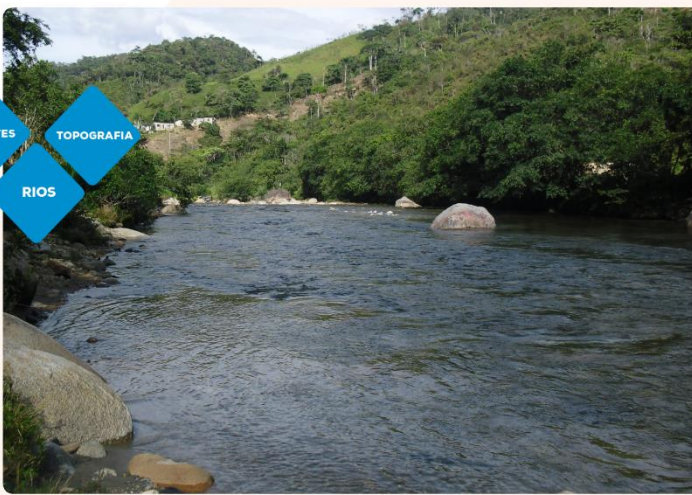
POTENCIALIDADES

São todas as características que tem potencial e que ainda não foram aproveitados adequadamente.



Diagrama de CDP com elementos: POTENCIALIDADES, CONDICIONANTES, TOPOGRAFIA, RIOS, DEFICIÊNCIAS.

São todas as características do município que são existentes e que devem ser mantidas.



www.cincatarina.sc.gov.br

Diagrama de CDP com elementos: POTENCIALIDADES, DEFICIÊNCIAS, CALÇADAS IRREGULARES, FALTA INFRAESTRUTURA, CONDICIONANTES.

São características negativas que dificultam o desenvolvimento do município.



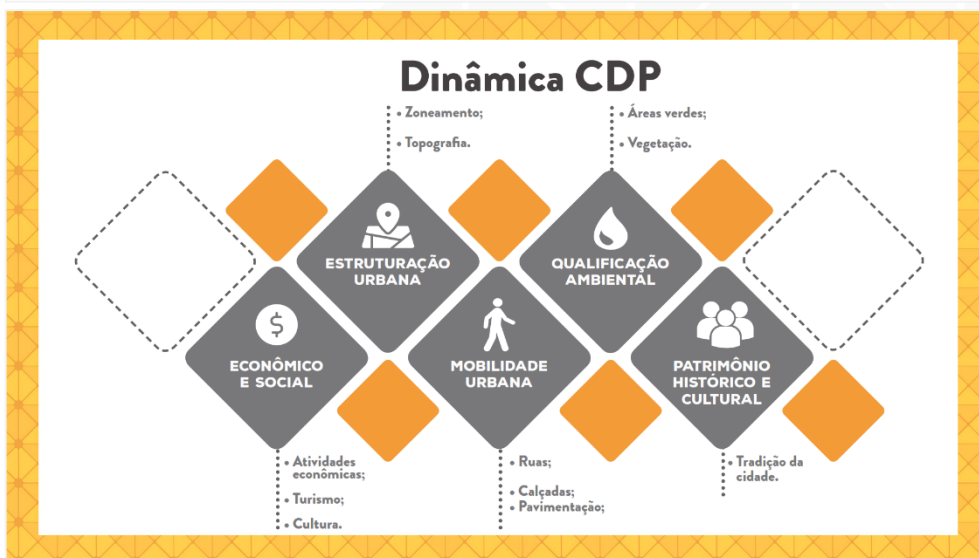


CDP

- CONDICIONANTES
- POTENCIALIDADES
- DEFICIÊNCIAS
- PONTO TURÍSTICO
- FEIRA DE ORGÂNICOS

São todas as características que tem potencial e que ainda não foram aproveitados adequadamente.

Dinâmica CDP



- ESTRUTURAÇÃO URBANA**
 - Zoneamento;
 - Topografia.
- QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL**
 - Áreas verdes;
 - Vegetação.
- PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL**
 - Tradição da cidade.
- MOBILIDADE URBANA**
 - Ruas;
 - Calçadas;
 - Pavimentação;
- ECONÔMICO E SOCIAL**
 - Atividades econômicas;
 - Turismo;
 - Cultura.

CONDICIONANTE
O QUE JÁ EXISTE E DEVE SER MANTIDO

DEFICIÊNCIA
O QUE PRECISA MELHORAR OU O QUE FALTA

POTENCIALIDADE
O QUE É BOM E PODE SER POTENCIALIZADO

Um único fator pode se encaixar nas três situações:



DEFICIÊNCIA

ECON. E SOCIAL	
ESTRUTURAÇÃO URBANA	
MOBILIDADE URBANA	
QUALIF. AMBIENTAL	RIO HÁ POLUIÇÃO
PATRIMÔNIO HIST.	

DEFICIÊNCIA

ECON. E SOCIAL	EMPRESAS DIFICULDADE DE ABRIR EMPRESA
ESTRUTURAÇÃO URBANA	
MOBILIDADE URBANA	
QUALIF. AMBIENTAL	RIO HÁ POLUIÇÃO
PATRIMÔNIO HIST.	

Foto dos painéis de participação da dinâmica CDP



ANEXO XI – TABULAÇÃO DE DADOS DO CDP DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS

REUNIÃO COMUNITÁRIA I

C.D.P.
Condicionantes
Econômico e social
Qualidade educacional
Incentivo ao turismo
Incentivo a criação de empregos
Projeto de taxidermia
Manutenção a unidade básica de saúde
Parque industrial
Sucessão familiar
Manter as atividades sociais
Continuar com o desenvolvimento no setor da saúde
Produção e incentivo agrícola
Incentivo ao empreendedor
Manutenção do incentivo para novas empresas e instalação de chiqueiros e aviários
Estruturação Urbana
Manter padrão de altura no Centro
Manter o limite máximo de sete andares para edifícios
Mobilidade Urbana
Vias de acesso
Qualificação Ambiental
Manter os incentivos no saneamento básico
Saneamento básico
Preservação do rio e dos recursos naturais
Proteção do Patrimônio
Centro comunitário Linha Sagrada Família
Centros comunitários
Construções antigas e históricas
Manter o incentivo à cultura turismo e grupos folclóricos do município
Preservação de pontos culturais
Manter os espaços que já tem
Deficiências
Econômico e social
Suporte aos jovens para investir no município (2x)
Pouca participação da população nos eventos do interior
Criar fundo de indústria e comércio
Mais parques e áreas de recreação
Falta de energia elétrica com frequência
Modalidades esportivas
Instalação de novas empresas para geração de empregos, mas de forma ordenada
Acessibilidade ao comércio
Dar mais atenção ao setor da agricultura
Horário de funcionamento das empresas, indústrias, etc.
Estruturação Urbana
Incentivo na construção de prédios e residências com características de arquitetura italiana
Novos loteamentos com mais árvores e calçadas grandes
Incentivo para regularizar e averbar lotes e construções

Padronização das cores nas casas da cidade, tons pastéis, características italianas
Mobilidade Urbana
Espaços para ciclovias
Passeios públicos
Mais acessibilidade nas ruas, lojas calçadas
Acesso para área rural
Pontes
Mobilidade urbana
Dar mais atenção as estradas das nossas propriedades
Padronização das calçadas nos novos bairros e loteamentos em largura de 02 metros (material paver)
Investir mais em nossas estradas rurais, com manutenções mais frequentes
Criar ciclovias
Qualificação Ambiental
Recolher mais vezes o lixo no interior
Melhoria nas redes de energia
Iluminação do estádio municipal
Manutenção/retirada de árvores da rede de elétrica
Proteção do Patrimônio
Fazer o "tombamento" histórico de edificações antigas
Introdução de elementos italianos nas construções
Potencialidades
Econômico e social
Investir mais em nosso centro comunitário
Gastronomia local
Melhoramento de programas para a profissionalização da mão de obra
Continuidade dos projetos de planejamento e desenvolvimento (DEL)
Ampliar os programas de aceleração de MEI's e EPP's
Estruturação Urbana
Ampliar o limite de andares das edificações
Padronização de construções
Manter sem paredes cegas
Mobilidade Urbana
Continuar arrumando as calçadas
Transporte escolar municipal e intermunicipal
Qualificação Ambiental
Estruturação do parque ecológico
Manutenção das águas (rio, nascentes, cisternas)
Lixeiras públicas
Saneamento básico, aumentar e cuidar da manutenção
Proteção do Patrimônio
Feiras, exposições
Culturas típicas
Pontos turísticos, mirante, praça cinquentenário, casa da cultura, prefeitura, portal, praça d'Itália, Asmoart, Igreja, outros

REUNIÃO COMUNITÁRIA II

C.D.P.
Condicionantes
Econômico e social
Políticas públicas subsidiadas para nossa agricultura
Manter e ampliar o parque industrial
Incentivo a novas indústrias
Escolas/praças
DEL (Desenvolvimento Econômico Local), sempre continuar
Turismo rural
Manter e fazer mais trilhas
Pontos turísticos (mirante, casa da cultura, Asmoart, Piazza Itália, Praça Cinquentenário)
Fortalecer ainda mais a agricultura
Contratação de engenheiro agrônomo e civil
Subsídios horas máquinas
Estruturação Urbana
Iluminação 100% da cidade (interior)
Manter a quantidade de pavimentos nos edifícios
Mobilidade Urbana
Calçadas
Transporte escolar municipal
Melhorar as calçadas
Qualificação Ambiental
Rio, cuidados trilha da polenta
Proteção do Patrimônio
Grupos folclóricos
Incentivo cultural (coral, oficinas culturais e artísticas)
Festivité all Italiana
Mirante e monumentos culturais
Restaurar patrimônios históricos do município
Deficiências
Econômico e social
Ampliação de modalidades esportivas
Divulgar mais o parque industrial e melhorar a burocracia
Assistência social (fiscalização, cadastro social novas famílias)
Incentivar a averbação das construções
Implantação de plano habitacional para baixa renda
Estabelecer horários de funcionamento do comércio ao meio-dia
Rodízio no atendimento no posto de saúde (horário de almoço e pós 17:30 até as 19:00 horas)
Pediatria, fonoaudiologia, ginecologista
Brinquedos para crianças com limitações nos parques municipais
Estruturação Urbana
Fiscalizar obras para cumprir regras
Incentivo para parcelamento urbano (novas ruas)
Vídeo monitoramento (saídas da cidade, pontos turísticos centrais, escolas)
Implantação de um parque linear
Multa nos lotes e casas abandonadas e não cuidadas na cidade
Criação de pistas (motocross, skate, ciclismo)
Mobilidade Urbana
Semáforos na área central
Tráfego pesado no Centro da cidade
Melhoria nas entradas, vias interioranas
Alargamento e melhoria de vias nas propriedades rurais
Pavimentação vias rurais

Melhorar o fluxo dos veículos, ruas com mão única
Ciclovias (2x)
Criação de estacionamentos organizados
Carga e descarga
Morros
Idoso, cadeirantes
Delimitação e criação de vagas (veículos)
Pontes
Placas sinalização
Ligação asfáltica á Treze Tílias
Qualificação Ambiental
Preservação das águas, nascentes
Saneamento básico (finalizações, ligações)
Cisternas
Fiscalização ambiental
Cisternas, caxambus
Aumento da rede de esgoto para Linha Passoni e Linha Alta
Proteção do Patrimônio
Tombamento de empreendimento histórico (casa do saber - SOLER)
Colocar no plano diretor itens da arquitetura italiana nas casas do município
Parque de eventos
Gastronomia típica
Potencialidades
Econômico e social
Projeto taxidermia (2x)
Investimento na infraestrutura agrícola
Turismo rural (2x)
Educação e saúde
Educação (língua italiana)
Agricultura
Eventos relacionados à educação e ao conhecimento direcionado
Criação de novas modalidades esportivas
Montanhas para trilhas (turismo)
Pontos turísticos
Indústria e comércio
Estruturação Urbana
Incentivas construções típicas (fachadas)
Cidade calma, boas para idosos
Manter bairros residenciais e comerciais
Mobilidade Urbana
Melhorar acesso de pedestres em algumas ruas
Qualificação Ambiental
Fazer o uso do terreno da reserva ambiental
Flores na cidade
Saneamento básico (2x)
Proteção do Patrimônio
Melhorar e incentivar a arquitetura italiana da cidade
Gastronomia
Cultura
Cultura italiana
Reutilização do centro da Linha Passoni (3ª Idade)

ANEXO XII – RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO DO CONTRIBUIÇÃO

QUANDO VOCÊ LEMBRA DA SUA CIDADE, QUE IMAGEM LHE VEM À MENTE?
 POR QUÊ? (96 RESPOSTAS)

1. A cidade é bela, porém mal organizada. Faltam pessoas com conhecimento técnico para auxiliar na urbanização adequada da cidade.
2. Acolhedora, uma cidade pequena e bonita.
3. Aqui é bom de morar.
4. Arquitetura típica.
5. Arquitetura, porque é marcante.
6. As cores da Itália. Acredito que seja fruto da perseverança em nos orgulhamos de nossas raízes.
7. Avenidas arborizadas e floridas. Acredito que podemos ter estes cenários a fim de atrair mais turistas e fortalecer a cultura Italiana.
8. Bares cheios de velhos jogando baralho ou jovens sendo funcionários 'chão de fábrica'. Por que é só isso que tem, os pontos turísticos da cidade são os bares, 1 a cada 10 metros e os jovens que se desejam se manter na cidade devem trabalhar como funcionários ganhando um salário mísero, pois a cidade não traz oportunidades de bons empregos, principalmente aos jovens que estão no curso superior ou formados, tendo esses que procurar novos rumos.
9. Beleza.
10. Bom de morar, mas povo mal-acostumado.
11. Bonita.
12. Bonita.
13. Buraco bem-posicionado e razoavelmente cuidado, porém, sem valorização e respeito às suas características geográficas e as diretrizes sócio ambientalmente sustentáveis.
14. Caminhão de porco transitando pelas ruas.
15. Casinha do pêssego. Por ter sido a capital do pêssego. Até os números das casas eram em formato de pêssego.
16. Centro da cidade, com as ruas bem cuidadas, praça, locais turísticos.
17. Cidade boa de se viver.
18. Cidade bonita, porque está crescendo e deve crescer mais.
19. Cidade limpa e organizada, aspectos turísticos.
20. Cidade limpa, organizada e acolhedora.
21. Cidade linda. Porque gosto da cidade.
22. Cidade maravilhosa! Muito bem projetada. Amo morar aqui!
23. Cidade maravilhosa. Qualidade de vida excelente
24. Cidade maravilhosa. Organizada
25. Cidade para idosos... Há falta de lazer para jovens.
26. Cidade tranquila. Segura
27. Cidade tranquila. Segura. Boa de morar.
28. Conluio de empresários com prefeitos.
29. Cultura.
30. Cultura italiana.
31. Cultura italiana.
32. Cultura italiana.

33. Cultura, pelas edificações, monumentos que foram feitos para resgatar a cultura italiana e atrair o turismo.
34. Dança e comida italiana! Devido a característica da cidade e de seu conterrâneo de tal lugar.
35. Desorganizada, cada um faz o que quer sem fiscalização.
36. É uma cidade limpa bem-organizada, mas precisa de mais desenvolvimento para gerar empregos.
37. É uma cidade linda e boa de se viver, porém precisa de acessibilidade, calçadas padronizadas, local adequado para caminhadas e principalmente melhor limpeza das ruas.
38. Falta de emprego.
39. Festivita all italiana .
40. Gente pacata.
41. Hospitalidade, lugar maravilhoso de se morar.
42. Igreja, porque é linda.
43. Imagem da prefeitura. Desde pequena, a prefeitura municipal sempre foi o ponto de referência, e até hoje, quando falam em Arroio Trinta, a referência é o prédio da prefeitura, o "centro" da cidade.
44. Lazer.
45. Limpa e sossegada.
46. Limpeza e beleza.
47. Limpeza, cidade bonita e organizada.
48. Limpeza, cultura italiana.
49. Lugar agradável e seguro para morar, com ótimas escolas.
50. Lugar calmo.
51. Lugar lindo, algo ainda para melhorar, mas não trocaria de lugar para viver.
52. Muito potencial, porém com recursos sendo gastos em coisas inúteis.
53. Nenhuma.
54. O Mirante, e a possibilidade que oportuniza de vislumbrar o horizonte próximo e distante.
55. Organização.
56. Os pontos turísticos, pois é algo que representa a cidade.
57. Parte central da cidade, prefeitura linda, porem o comércio que a rodeia, tem aspecto antigo, me passa uma imagem de um comércio que luta p manter o mesmo aspecto de 20 anos atrás, deixando a desejar esteticamente, a questão de preços também é gritante, nos mercados do município, é tudo super faturado, dando uma diferenças enorme com os preços do mesmo produto na cidade vizinha videira por exemplo, dando margem para que o comercio local deixe de faturar e prosperar... Entendo como a lei da oferta e procura... Assim muitos procuram as lojas/mercados e posto de combustível de cidades maiores (videira por exemplo)
58. Paz, pois é uma cidade tranquila para se morar.
59. Paz, tranquilidade.
60. Pequena e acolhedora.
61. Perfeita... Excelente
62. Pessoas alegres. Porque a nossa gente é costumeiramente alegre.
63. Políticos brigando pelo poder, considerando todas as denúncias dos últimos tempos, perdemos empresas devido a isso.
64. Portal.
65. Portal da cidade! Por ser um dos pontos de referência, e por ser um loca bonito, arborizado, calmo.
66. Portal Turístico. É sinal de acolhida para quem chega e conhece nossa cidade como também para nós moradores.

67. Portal, prefeitura, mirante.
68. Portal. Da as boas-vindas aos visitantes!
69. Pouca oportunidade de emprego, com salários bons.
70. Preconceito. Quando uma cultura é muito exaltada quem não consegue se identificar com aqueles costumes acaba sendo excluído para a margem da sociedade.
71. Prefeitura - ponto central organizado.
72. Prefeitura, mirante, portal.
73. Ruas arborizadas.
74. Ruas tranquilas... Tudo é de fácil acesso.
75. Segura, porém sem conteúdo aos jovens.
76. Sossego.
77. Ter um comércio atacadista. Porque esses aqui estão um absurdo os preços. E ter muito mais opções para a população fazer compras.
78. Ter um comércio atacadista. Porque esses aqui estão um absurdo os preços. E ter muito mais opções para a população fazer compras.
79. Tranquilidade.
80. Tranquilidade e segurança.
81. Tranquilidade, muito bom morar aqui.
82. Tranquilidade, segurança e lugares de apoio. Cidade que transparece seu lado acolhedor e bem cuidado, bem como todo italiano que se preze.
83. Tranquilidade.
84. Turismo. Está no Caminho de Treze Tílias, mas precisa dar estrutura e atrativos ao Turista.
85. Um ambiente de paz, pois é limpa calma e segura.
86. Um balanço em uma linda árvore.
87. Um lugar aconchegante e bom de mora.
88. Um lugar bom de se viver e construir sua família.
89. Uma cidade bonita e limpa.
90. Uma cidade bonita, aconchegante e com qualidade de vida.
91. Uma cidade limpa.
92. Uma cidade linda para a gente viver.
93. Uma cidade que tem muito potencial de crescimento, devido as empresas que mantém a economia da cidade. Porém são necessários mais apoio e incentivo a todos que já tem ou desejam abrir empresas no município ... Principalmente dar mais oportunidades aos jovens para permanecerem na cidade, fazendo com que a mesma tenha uma evolução constante, tanto no âmbito social e cultural, quanto econômico e político.
94. Uma cidadezinha acolhedora cheia de graça.
95. Vista do mirante. Porque transmite o sossego e tranquilidade.

DEIXE MAIS ALGUMA CONTRIBUIÇÃO AQUI! (51 RESPOSTAS)

<p>1. 1º) Gostaria que no parque municipal Zulmir De Bortoli fosse feito um projeto para implantação de uma escola ecológica em parceria com Universidades e empresas. Projeto este com recursos oriundo do Ministério do Meio Ambiente e ou cultura.</p> <p>2º) Lâmpadas led em todas as ruas da cidade.</p> <p>3º) Organização do trânsito na cidade e incentivo de cisternas nas residências e propriedades rurais.</p>
<p>2. A arquitetura Colonial Italiana é atrativa, incentivar este estilo arquitetônico, dando descontos no IPTU, como forma de valorizar e divulgar os nossos ancestrais.</p>
<p>3. A colocação de bandeiras (Brasil, Arroio Trinta, Gemellaggio) em cima do Portal.</p>
<p>4. A gestão pública municipal precisa considerar, valorizar e praticar os atos de gestão e regras equilibradamente e com equidade em todo o território do município, sede e interior, com transparência e visão planejada de curto, médio e longo prazo.</p>
<p>5. Achei a ideia ótima, parabéns!</p>
<p>6. Ainda sonho ver modificações no trânsito de nossa cidade...sei que minha opinião vai exigir um estudo de quem entendo no assunto...estou aberto para sugerir.</p>
<p>7. Amo minha cidade.</p>
<p>8. Arborização urbana deve ser o principal foco, a cidade está integrada a vegetação (com lindos morros presentes na paisagem) mas a cidade não reflete essa natureza exuberante de seu entorno. As árvores podem integrar a cidade agindo na qualidade de vida da população. Uma estratégia que pode ser adotada é deixar cada rua com uma espécie diferente vegetal (como a rua dos ipês, quaresmeiras, etc.). A cidade pode dar uma muda de árvore para cada criança que nascer no município, assim a criança irá crescer junto a árvore, trazendo um espírito de pertencimento.</p>
<p>9. Arroio Trinta não é uma cidade turística. Invistam em fontes de renda e empresas grandes, para que um acadêmico de psicologia por exemplo, possa fazer um estágio na cidade. Deixem empresas entrarem na cidade, esqueçam o turismo, invistam na cidade, procurem evolução ou Arroio Trinta vai virar uma cidade de velhos (os que vão para os inúmeros bares da cidade), pois é isso que Arroio Trinta é, uma cidade onde se pode viver na infância e após a aposentadoria, mas não é uma cidade para a vida adulta.</p>
<p>10. Cidade limpa chama muito a atenção do pessoal que vem de fora.</p>
<p>11. Cidade sempre sendo protegida contra roubo etc.</p>
<p>12. Conscientização da população com relação as acessibilidades.</p>
<p>13. Desejo que continuem com projetos para embelezar nossa cidade, construindo novos pontos turísticos.</p>
<p>14. E preciso prosperar, melhorar, ajustar, sair da mesmice, fazer com que os munícipes prestigiem o comércio local, como veneram o comércio de videira e Joaçaba, fazer grandes vitrines, mercados amplos, com bons produtos e valores justos, postos de combustível com valor justo e acessível, pois hoje é muito fácil, tirar um dia de trabalho e ir à cidade vizinha buscar o que procura, fora que melhorando esta parte, quem sabe incentive os nossos filhos a ficarem no município.</p>
<p>15. Estão deixando fazerem as calçadas com caimento errado, entradas de garagem onde a rampa é na calçada, acesso a cadeirantes nas esquinas praticamente inexistente, pintura de meio fio/faixa de pedestre/lombadas sem padrão algum.</p>
<p>16. Eu acho que seria muito enriquecedor para a cidade um local para as famílias poderem passear, fazer piquenique... Um grande lago, cercado de gramado, muitas árvores frutíferas nativas, com local para caminhada...</p>
<p>17. Falta principalmente lazer, local para a atividade física, praça para ir com a família aos finais de semana, tomar um chimarrão e comer pipoca, local com árvores, natureza...</p>
<p>18. Fazer cumprir a lei. Fazer o que é correto, não como vem sendo feito que é querer agradar a todos, e deixar fazer o que cada um acha melhor e quer.</p>
<p>19. Gestão Claudio e Ildfonso perfeita.</p>
<p>20. Gostaria que houvesse pavimentação asfáltica até Treze Tílias.</p>
<p>21. Incentivo a edificações culturais e arquitetura italiana. Incentivo a investimentos privados, principalmente ligados à área do turismo, agro e prestação de serviço. Acompanhamento do</p>

<p>crescimento da periferia da cidade, com planejamento de lotes em quadras, estradas, calçadas, áreas públicas... Incentivo a eventos culturais, sociais e educativos, cursos, seminários, congressos...</p>
<p>22. Incentivos tanto nas escolas, quanto em relação aos demais órgãos, ao estudo e importância de nossa história e nossa cultura. Esse incentivo já acontece. Mas quem sabe se poderia criar um símbolo visível que toda residência poderia expô-lo como forma de unidade. A sugestão é que se use o cipreste italiano como árvore símbolo da cidade. Esse cipreste poderia ser produzido pelo viveiro da prefeitura, ou por meio de doação de mudas pela prefeitura.</p>
<p>23. Investir em infraestrutura para empresas.</p>
<p>24. Maior oferta de empregos mantém o jovem no município com isso o movimento econômico é maior possibilitando melhores e maiores investimentos.</p>
<p>25. Mais empregos, facilitar acesso a empresas de grande, melhorar o escoamento do parque industrial.</p>
<p>26. Mais geração de emprego e contratação de técnicos e veterinários que trabalhem junto aos agricultores, não somente dentro do seu escritório, com visitas periódicas aos agricultores.</p>
<p>27. Mais lugares para lazer, calçadas para caminhadas e ciclovias.</p>
<p>28. Melhorar na arborização e vegetação da cidade, deixa mais bonita, agradável e saudável.</p>
<p>29. Melhorar os acessos as comunidades do interior.</p>
<p>30. Na nossa cidade precisam olhar mais a drenagem pluvial.</p>
<p>31. O acesso a ciclovias e passeios para caminhada passando pela linha alta até o Cantuccio pode ser uma via segura para passear com os filhos.</p>
<p>32. O investimento em pelo menos mais uma empresa seria ótimo, pois são poucas as oportunidades de trabalho aqui e muitas vezes não é disponibilizado ônibus para algumas empresas em cidades vizinhas.</p>
<p>33. Para decisões ouçam realmente a população.</p>
<p>34. Pinturas/fotografias em paredes cegas.</p>
<p>35. Precisamos ciclovias. Parque arborizado para encontros piqueniques, passeios, corridas...</p>
<p>36. Precisamos de mercados de fora para ampliar a concorrência e diminuir os preços absurdos dos mercados locais.</p>
<p>37. Precisamos um local para curtir a natureza e realizar caminhadas.</p>
<p>38. Proibir os moradores de deixar os canos de suas calhas caírem nas calças. Tem várias nessa situação em minha rua.</p>
<p>39. Quando meu vizinho Natalino parar de se intrometer em política na cidade e for dar sua contribuição no município onde vota, quando condenados pela justiça não tiverem vez e voz nas decisões importantes do município, quando vereadores pararem de querer aparecer falando tanta besteira e realmente pensarem no povo, quando se for pensado no coletivo e não apenas em um grupo ou em si próprio, quando as leis forem cobradas a todos, quando as ideias forem respeitadas, quando políticos pararem de mentir achando que o povo é burro, quando se tiver planejamento não apenas sonho ou desejo, aí sim começamos crescer e a desenvolver.</p>
<p>40. Que continue cada vez mais linda e acolhedora.</p>
<p>41. Que tal, fortalecer o turismo.</p>
<p>42. Só falta médico pediatra e ginecologista para não ficar saindo da cidade para outra.</p>
<p>43. Tem que incentivar mais a população para embelezamento de suas propriedades. O potencial do município é incrível e já somos conhecidos por várias pessoas que dizem que Arroio Trinta é a cidade das casas pintadas e bem cuidadas... Principalmente no final de ano e natal... E incentivar e ajudar os municípios a investir em obras, indústria e comércio, para ajudar na geração de empregos e crescimento do município. Não burocratizar tanto para regularizar casas existentes, elaborar uma lei de incentivo a regularização das suas casas, para as pessoas poder vender, reformar e alugar, e fazer o dinheiro girar mais aqui!</p>
<p>44. Temos que estar voltando a tudo, mas principalmente em geração de empregos.</p>

45. Tentar incentivar de alguma forma os munícipes a deixarem suas moradias mais cuidadas e floridas. Pediria mais segurança e patrulha nas ruas.
46. Ter um ginecologista bom e um pediatra aqui está precisando com urgência.
47. Ter um ginecologista bom e um pediatra aqui está precisando com urgência.
48. Teria que ter mais empregos.
49. Tranquilidade. E bem está com a natureza.
50. Transporte público interno para facilitar a locomoção dos trabalhadores.
51. Valorizar as características geográficas de toda a área territorial do município através da elaboração e implantação de um Planejamento Estratégico de Curto, Médio e Longo prazo objetivando triplicar a população em 20 anos mantendo e melhorando a qualidade de vida fortalecendo o viver de todos de forma socioambientalmente sustentável.

APÊNDICES

Apêndice 01 - Uso e Ocupação do Solo - A1

Apêndice 02 - Uso e Ocupação do Solo - B1

Apêndice 03 - Uso e Ocupação do Solo - B2

Apêndice 04 - Uso e Ocupação do Solo - C1

Apêndice 05 - Densidade Populacional

Apêndice 06 - Evolução Urbana

Apêndice 07 - Loteamentos Irregulares

Apêndice 08 - Áreas de Preservação Permanente - APP

Apêndice 09 - Declividade

Apêndice 10 - Declividade (Área Urbana)

Apêndice 11 - Hipsometria